

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**APRENDER A CALAR
E APRENDER A RESISTIR**

A Pedagogia do Silêncio em Santa Catarina



0.227.003-9

Áurea Oliveira Silva

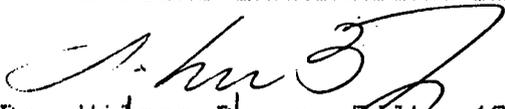
UFSC-BU

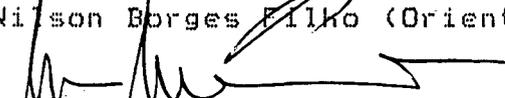
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

APRENDER A CALAR E APRENDER A RESISTIR:
A PEDAGOGIA DO SILÊNCIO EM SANTA CATARINA

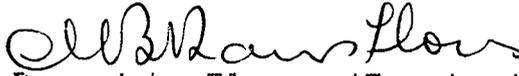
Dissertação submetida ao Colegiado
do Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação.

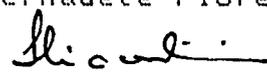
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 06/12/93


Prof. Dr. Nilson Borges Filho (Orientador)


Profª. Drª. Marli Auras (Co-Orientadora)


Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri (Examinador)


Profª. Drª. Deraldete Flores (Examinadora)


Profª. M.Sc. Telma Anita Piacentini (Suplente)

AUREA OLIVEIRA SILVA

Florianópolis, Santa Catarina
Dezembro/1993

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai, que ensinou-me as primeiras letras. À Celina e Mário que dividiram comigo o teto e o pão. Ao meu companheiro Pio e a todos os jovens do Brasil incluindo os meus filhos, Juliana e Vladimir.

À memória daqueles que morreram nos porões da ditadura, e aos que conseguiram resistir e sobreviver.

Agradecer é lembrar sempre.

Ao orientador e coorientadora:

Ao professor, Nilson Borges Filho, por ter sido o primeiro a acreditar na realização deste trabalho.

À Marli Auras, que acompanhou passo a passo a construção deste trabalho com preciosas sugestões. Agradeço sobretudo sua solidariedade.

Aos colaboradores que contribuíram com preciosas sugestões: Ademir Rosso, João Becker, Regina Célia de Sá, Rita Pinheiro, Vianney dos Santos, Zoê Dalva da Silva, Tânia da Silva e Rita Oenning.

A todas as pessoas que acreditaram e colaboraram com as entrevistas, sem as quais este trabalho seria impossível.

Ao Lucas pela paciência com a burocracia.

A todos os professores do Mestrado que além do saber trocaram afeto, entre eles: Reinaldo, Selvino, Maria Oly, Bete Leal, Lauro, Rauen, Celina Girardi, Leda Scheibe, José Angotti, Demétrio e Erno. Aos colegas, e sobretudo àqueles que no convívio repartimos tantos momentos difíceis e agradáveis: entre eles, Lalu, Fátima, Ademildes (Ché) Jussara, Dole e Creuza.

Ao Pedro Paulo, pela preocupação estética.

Aos amigos de todos os momentos: César, Tina, Dionízia e Maristela.

Florianópolis, dezembro de 1993.

RESUMO

O tema central desta dissertação constitui-se na análise de como o Estado coercitivo instalado pós-golpe de 1964, através de seus aparelhos repressivos e ideológicos, educou os indivíduos ao silêncio. Simultaneamente, focaliza-se a construção dos mais importantes movimentos de resistência em Santa Catarina e as diversas formas de microresistências que os indivíduos buscaram para sobreviver e se rebelar.

Para tentar responder a estas questões, o trabalho foi dividido em quatro capítulos:

O primeiro, Os Antecedentes Históricos, situa o momento político anterior ao golpe.

O segundo, O Processo Contraditório da Coerção e da Resistência, trabalha-se os conceitos de educação e silêncio - A pedagogia do silêncio - e as categorias da coerção e resistência. Nesse sentido, as "falas do silêncio", são o registro das formas de resistência ocorridas no exílio, tanto externo como interno, e a solidariedade como expressão de resistência diante das perdas sociais e individuais dos anos de silêncio.

O terceiro, As Estratégias de organização do Estado sem Direitos, enfoca o período imediatamente posterior ao golpe de 1964 até 1966.

O quarto, As Vozes Horizontais se Levantam: O Novo Golpe de dezembro de 1968, identifica os principais acontecimentos políticos de 1967 até 1979.

ABSTRACT

The central theme of this dissertation is the analysis of how the coercive State installed after the 1964 coup, by means of its ideological and repressive apparatus, has disciplined the individuals to silence. Simultaneously, one focalizes the construction of the most important movements of resistance in Santa Catarina and the several forms of microresistances which the individuals searched for in order to survive and to rise against that State.

As an attempt to answer these questions, the dissertation was divided into four chapters:

The first one, The Historical Antecedents, situates the political circumstance preceding the coup.

The second one, The Contradictory Process of Coercion and Resistance, deals with the concepts of education and silence - The pedagogy of the silence - and the categories of coercion and resistance. In this sense, the "silence speeches" are the register of the forms of resistance which occurred during the exile, both external and internal, and the solidarity as an expression of resistance before the social and individual losses of the silence years.

The third chapter, The Strategies of Organization of the State without Rights, focus on the period immediately anterior to the 1964 coup up to 1966.

The fourth one, The Horizontal Voices Rise: The New Coup of December 1968, identifies the main political happenings from 1967 to 1979.

SUMÁRIO

Resumo	5
Introdução	6
1. Ponto de Partida	7
2. Considerações Metodológicas	10
2.1 O Objeto de Estudo	10
2.2 A Investigação do Objeto	13
3. O Estado	16
3.1 A Teoria de Estado Enfocada na Pesquisa	16
3.2. A Teoria de Estado em Gramsci	16
3.3 A Doutrina de Segurança Nacional	18
3.4 O Estado Autoritário no Brasil	21
Capítulo 1 - Antecedentes Históricos	24
1. As Forças Políticas Dominantes	26
2. As Forças Progressistas em Santa Catarina	30
3. A Organização da Resistência Antes do Golpe	41
4. Os Dias que Antecederam ao Golpe em Santa Catarina	46
Capítulo 2 - O Processo contraditório do aprendizado do silêncio e da resistência	48
1. Educação: Coerção e Resistência	50
1.1 A Pedagogia do Silêncio	52
2. As Falas do Silêncio: O Exílio	58
2.1 O Exílio como Sinônimo de Resistência	58
2.2 A Solidariedade, Expressão de Resistência	62
2.3 As Perdas Sociais dos Anos de Silêncio	63
2.4 As Perdas Individuais	65
Capítulo 3 - As Estratégias de Organização do Estado sem Direitos	70
1. Os Momentos de Coerção e Resistência em Santa Catarina. De 1964 a 1966.	71
2. Os Primeiros Momentos de Opressão e Silêncio. De 1964 a 1966.	73
3. Os Atos Institucionais	82
Capítulo 4 - As Vozes Horizontais se Levantam. O Novo Golpe de Dezembro de 1968.	92
1. O Medo foi Vencido.	93
2. A Consolidação do Governo Autoritário Militar. O Novo Golpe.	104
3. A Participação da Igreja nos Movimentos de Coerção e Resistência	108
4. O Milagre Acabou, e o Estado Autoritário Precisava Sobreviver	112
5. Considerações Finais	120
6. Entrevistados	123
7. Bibliografia	12

INTRODUÇÃO

Urge atrofiar o medo,
enfiar as botas ou os pés nus na lama do caminho.
Urge semear nos sulcos profundos
da grande dor humana,
trabalhar dia e noite
pois os que adormeceram
terão por desjejum
um prato de espanto
e um copo de espuma
deteriorada.

(Tanira Piacentini, 1972)

1. O PONTO DE PARTIDA

É bom retornar ao ponto de partida após esta difícil caminhada. Não foi difícil pela quantidade de páginas escritas, mas pelas dores de se chegar a elas. Tenho uma história de luta que começou há muito tempo, mais precisamente em 1965, em São Paulo. Naquela época, me iniciei na luta contra a opressão do Estado Autoritário, que os sul-americanos costumam chamar de ditadura.

A escolha do tema começou a ser delineada na minha casa, numa conversa com duas amigas. Após ter falado da possibilidade de estudar uma escola de um assentamento de trabalhadores rurais sem terra, em Fraiburgo, disseram-me: “Mas por que não estudar a tua história, o exílio interno, por exemplo?” Depois em outra conversa, numa discussão no Mestrado, alguém disse: “Mas, Áurea, você não aprende mesmo a calar, heim?” E fiquei pensando mais um pouco. Era instigador investigar este tema, e contar esta história a todos, incluindo essa geração que pergunta no Mestrado: “Mas é verdade que houve mesmo tortura de preso político?” E segui pensando a respeito. Um professor me disse que o tema era velho, que deveria estudar coisas novas. Lembrei-me de uma outra amiga, de Cuiabá, que dizia: “Chega de silêncio, temos que falar, contar a todos o que foi a ditadura militar brasileira. Se nós não contarmos, quem vai contar?”

Mas meus questionamentos continuavam. Como eu iria trabalhar um objeto de pesquisa como o silêncio e o exílio? O que seria educação? O exílio poderia ser uma forma de educação?

Do amadurecimento de todas essas reflexões nasceu um título: “**Aprender a Calar e Aprender a Resistir: A Pedagogia do Silêncio em Santa Catarina**”. Em seguida à escolha do tema, encontrei um livro intitulado, **Pedagogia do Silêncio**, de Vítor Tomelin, no qual o autor narra sua vida numa comunidade italiana no interior de Santa Catarina e o processo de silêncio imposto pelas instituições, principalmente a família e a Igreja. Mas o que seria a **pedagogia do silêncio**? “É preciso definir, dizer o que é”, dizia-me um professor. Eu indagava: será a coerção do Estado sobre os indivíduos, obrigando as pessoas ao silêncio? Mas isso ainda não estava claro no projeto.

Eu fiquei assim um pouco apreensiva, com muito medo, na incerteza... Fiz três ou quatro entrevistas. Estava claro, para mim, a opressão do Estado. Depois, fui fazer uma entrevista¹ em Criciúma. Uma longa entrevista, duas fitas gravadas e mais uma noite de conversa. Dolorosa. Não dormimos. Relembramos juntas nossas lutas, e as da organização clandestina a que ambas pertencêramos, a Ação Popular. Não nos conhecíamos. A sensação era de estarmos “de certa forma” contando a nossa história, e a de muitos outros que como nós viveram este período.

Transcrevi a entrevista e verifiquei que o que me foi contado era uma profunda história de resistência. Aí esclareci a questão: como vou falar da coerção sem falar da resistência? Foi então que encontrei o livro **Contrapontos: Autoritarismo e democratização**, de Guillermo O'Donnell, que falava de uma voz que resistia em silêncio - a **voz oblíqua**. Finalmente, encontrei o livro de Eni Puccinelli Orlandi, sugerido por Nilson e enviado por Luciane M. de Oliveira, minha querida amiga de Campinas, São Paulo. Com essas leituras pude perceber que o silêncio não é somente ausência de palavras, enquanto resultado da coerção. Existe resistência no silêncio. A **Pedagogia do Silêncio** é, então, esse conflito entre o dizer e o não dizer ou ficar em silêncio. Na **Pedagogia do Silêncio** existe simultaneamente coerção e resistência.

Não é minha pretensão definir, uniformizar, reduzindo a riqueza de um conceito que nasceu de alguma coisa viva, dinâmica. Há muitas pedagogias do silêncio. Essa é apenas mais uma forma de apresentá-la.

Depois de muitos traumas e sofrimentos, a cada entrevista, me voltava a lembrança dos porões escuros da opressão. Parava. “Não, por que eu? Outros pesquisadores mais jovens poderiam escrever sobre esse assunto. Por que justamente eu?” Encontrava sempre as falas incentivadoras dos orientadores Nilson Borges Filho e Marli Auras. E das amigas, Lalu, Fátima... Continuei. E depois o ultimato: É preciso terminar, o prazo... “Mas o meu prazo é março de 94”. “A CAPES exige outro prazo.” “O Mestrado vai perder a bolsa”... Bem, é preciso terminar. Ter a coragem de terminar. Como uma frase que encontrei na tese de Inês Flávia Schilling:

¹ Veja relação de entrevistados.

“Isto ainda vacila, tropeço, confundo-me. De toda maneira, haverá sempre uma margem de indecisão, a distinção não será origem de classificações seguras, o paradigma rangerá, o sentido será precário, revogável, reversível, o discurso será incompleto.”

Roland Barthes **“O Prazer do Texto”** Ed. Perspectiva, 1987.

E aqui está o trabalho. O que eu consegui fazer.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1. O objeto de estudo

A abordagem da pesquisa aqui realizada tenta trazer à tona a discussão, em forma de denúncia, da repressão político-ideológica do regime instaurado em 1964, no Brasil e de sua repercussão em Santa Catarina.

Existe um movimento dialético que perpassa todo o trabalho: a coerção do Estado e a resistência dos subalternos.

A **educação, ou aprendizado do silêncio**, se expressa aqui através dos mecanismos utilizados pelo Estado Autoritário Militar, seja pela violência física, as prisões, por exemplo, seja pelos meios de educação utilizados pelas principais estruturas ideológicas da sociedade civil, como a Igreja, a Escola e a Imprensa. O conjunto destas ações contribuiu para que algumas pessoas fossem impedidas de se comunicar e de exercer seus mínimos direitos de cidadania. Alguns se exilaram. Muitos viveram alienados e passaram a pensar e a agir de acordo com as mensagens intensivamente divulgadas pelos meios de comunicação de massa. O medo foi inculcado em suas mentes contra um inimigo interno forjado pela Doutrina da Segurança Nacional.² Alguns nem tiveram condição de ter medo, tal foi o cerceamento das informações. Eram de tal forma selecionadas que só se podia ver o que era “belo”, o que era permitido pelo imenso aparato de propaganda previamente esquematizado.

Por outro lado, esse mesmo Estado Militar provocou, em contraposição à coerção e à violência, o surgimento de uma outra forma de educação. À **coerção do Estado** se contrapôs a **resistência**, na busca da construção de uma nova visão de mundo; ou a microrresistência, como forma de preservação da dignidade e da vida.

Uma das características dos diversos governos autoritários é o cerceamento do direito de expressão dos dominados que porventura tentam se opor ao

² Ver bibliografia.

poder constituído. No contexto do Estado Autoritário Militar Brasileiro, na sua dimensão catarinense, os que podiam falar expressavam quase sempre a linguagem da classe dominante.³

O objetivo pretendido é demonstrar sobretudo a coerção do Estado e a resistência dos subalternos. Isto não significa que se queira bipolarizar ou mostrar uma “briga” entre bons e maus. Ao longo do trabalho, surgem as contradições, os momentos de coerção e resistência no interior do próprio grupo que resistia ao Estado Autoritário, e aquelas originadas da própria sociedade.

Nesse sentido buscou-se recuperar, através das memórias dos atingidos pela violência do Estado policalesco, os reflexos dessa repressão em segmentos da sociedade catarinense, tentando recompor algumas especificidades daquilo que denominou-se **pedagogia do silêncio**.

A investigação tinha como ponto de partida alguns questionamentos: como a repressão física e psicológica feita pelos órgãos de repressão do Estado, em colaboração com instituições da sociedade civil, contribuiu para o silêncio, o exílio e a alienação? Como foi construída a resistência a este tipo de opressão?

Desta forma, o fio condutor dos capítulos são, desde o início, as categorias **coerção e resistência**, buscando em cada uma delas o confronto com outros autores que já percorreram caminhos semelhantes ou tentaram elucidar alguns fatos históricos. Tivemos, em todos os momentos, a preocupação de relacionar o tema explorado com a história oral dos catarinenses, com autores catarinenses e com autores e acontecimentos nacionais.

Teve-se também o cuidado de mostrar que o Estado autoritário brasileiro e seus executores catarinenses não inventaram uma nova forma de coagir os cidadãos. Tratava-se, isto sim, da aplicação de uma teoria política que foi uma doutrina de guerra: **a Doutrina de Segurança Nacional**. Ela atendia tanto aos interesses do governo norte-americano quanto aos da elite brasileira. A escolha dessa doutrina, que resultou em tantas arbitrariedades, em tantos assassinatos, em tanto desrespeito aos direitos à cidadania e ao

³ “Muitos foram os idealizadores da propaganda ideológica. Outros submeteram-se a ela”.

direito à vida, foi a opção naquela conjuntura política, da classe dominante por preservar, através da força, a sociedade capitalista.

A motivação para a realização deste trabalho também resultou do compromisso social de resgatar a história, investigando e auxiliando no sentido de tornar transparente a compreensão desse processo em Santa Catarina.

Por outro lado, essa história está relacionada a minha própria vida e a de muitos amigos e companheiros desaparecidos. Vivemos intensamente o período, tido como um dos mais sombrios⁴ da história brasileira, tendo passado pelo processo de reeducação através da coerção, e vivido durante quase oito anos, exilando-me dentro e fora do país, aprendendo a calar por um lado e a resistir por outro. Como diz Herbert de Souza - Betinho - "Começa o exílio... quer você esteja dentro ou fora, você está exilado. O golpe é a definição de seu exílio". (1979, p. 27)

Depois de transcorridos 29 anos do golpe militar, percebe-se que algumas pessoas ainda têm medo de se manifestar publicamente, o que nos leva a crer que a educação repressiva, imposta pelos governos do regime militar, estimulou o processo de aprender a calar, sempre presente na sociedade brasileira desde os tempos da colonização, tornando-o mais explícito e violento.

A sociedade sofre hoje as conseqüências do passado e dessa fase mais recente do país, como demonstram as manchetes dos jornais⁵ no dia-a-dia das grandes cidades e a militarização da própria sociedade.⁶

A História sobre esse período, no entanto, está sendo descartada, negligenciada e esquecida. Verificamos isso através da quase ausência de estudos desse período nos currículos escolares, do primeiro e segundo graus. Mesmo nos cursos superiores, em nível de graduação e pós-graduação, existem poucos trabalhos realizados sobre a questão, como dissertações e teses de doutorado. Aqui em Santa Catarina, tais trabalhos são ainda mais reduzidos, conforme constatei nos arquivos da Biblioteca Central

⁴ Sombrio: no sentido de triste, deprimente para uma parte da sociedade brasileira (os trabalhadores, parte dos estudantes, intelectuais, classe média e até os próprios militares que não concordavam com o regime de terror).

⁵ Ver artigo: **Três brasileiros são assassinados por hora**. Folha de São Paulo, 8 de novembro de 1992. **Brasileiros já não reagem à barbárie**. Folha de São Paulo, 8 de dezembro de 1992. Existem muitos outros artigos tratando do tema neste mesmo jornal.

⁶ Ver: Clóvis Brigagão, 1985. **A militarização da sociedade**.

da UFSC.⁷ Esse esquecimento foi e continua sendo mantido e incentivado pelos principais atores do período militar. A título de exemplo, basta observarmos os programas das redes de televisão, principalmente os da Rede Globo; das matérias dos jornais da grande imprensa nacional e local; a postura de alguns ministros, governadores, senadores, políticos de expressão que foram os mentores dos atos mais repressivos durante os governos do regime militar e que hoje, ainda, ocupam cargos altamente representativos na estrutura do poder estatal.

Tentei limitar a pesquisa ao período que antecedeu ao golpe de 1964 até 1979, ano do início da chamada “abertura política”. Conheço as minhas limitações, por isso sei das dificuldades de abordar um tema tão abrangente. Pretendi sim, abrir brechas, inquietar, trazer dúvidas a outros pesquisadores que desejarem também trabalhar este período histórico.

2.2 - A investigação do objeto

O objetivo inicial da pesquisa era detectar a coerção do Estado Autoritário em Santa Catarina, no período compreendido de 1964 a 1969. Com esse propósito, realizei as primeiras entrevistas.⁸

A escolha dos entrevistados aconteceu através da definição de um critério importante: ter vivido e participado ou ter tido alguma relação com fatos e acontecimentos

⁷ Dos trabalhos que se referem de alguma forma ao período em Santa Catarina, encontramos o do Prof. Dr. Nilson Borges Filho, *Estado e Militarização - As políticas militares como aparelho repressivo do Estado* - tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, e o da Professora Dra. Marli Auras, *Poder Oligárquico Catarinense - da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à Opção pelos “Pequenos”* - tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Há ainda a monografia realizada por Patrícia Santos: *1964, Através da Imprensa Catarinense - Reflexos do Estado Autoritário em Santa Catarina. O caso da Operação Barriga-Verde*. Além disso, existem alguns livros que se referem ao período: *Santa Catarina em Perspectiva: Os anos do golpe, uma série de artigos coordenados por José de Souza Dias*; *Partidos Políticos de Santa Catarina*, de Carlos Alberto Silveira Lenzi; *Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)*, de Yan de Souza Carreira; *A política dos anos 70 - A lição de Florianópolis*, de Roberto Henry Srouf e as memórias de Manoel Alves Ribeiro (MIMO) em *Caminho*.

⁸ Para Queiroz, 1988, “História Oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período do tempo.” (p. 19) A autora faz uma interessante diferenciação entre História Oral obtida através de entrevistas e História de Vida (depoimentos) diferenciando-as inclusive na forma de coleta e finalidade. No nosso caso, a opção foi mesmo a entrevista.

políticos do período no Estado de Santa Catarina. Identifiquei as pessoas através de informações de terceiros, confirmadas nas listas encontradas nos processos, nos jornais e nos arquivos dos órgãos repressivos.

No momento inicial, minha visão do objeto era ainda fragmentada, difusa... À medida que evolui nas leituras de autores que se relacionavam com o tema, somadas às conversas e principalmente à entrevista realizada em Criciúma, o que era antes cinzento, opaco, foi ficando mais luminoso. Percebi, então, que estava faltando uma outra parte do meu objeto para que se processasse a dialética, ou seja, o movimento: esta outra parte seria a **resistência**.

Portanto, as primeiras pesquisas ficaram incompletas, fragmentadas. Mas as mesmas me ajudaram na construção e nos primeiros entendimentos do tema.

Procurei não utilizar abordagem única para as entrevistas, pois tinham objetivos diferentes. Em algumas, após explicar aos entrevistados o objetivo da pesquisa, deixava-os falar livremente. Em outras, eu já formulava perguntas mais específicas e as entrevistas foram mais diretivas, como no caso de alguns militares que entrevistei para conhecer o funcionamento do aparelho repressivo do Estado.

Utilizei também parâmetros de comparação entre as informações colhidas dos entrevistados e de alguns documentos. Evidentemente, esse tipo de checagem nem sempre foi possível pela escassez de documentos encontrados.

Houve um dos entrevistados que se negou a conceder-me a entrevista por ser um assunto que “desejava esquecer”. Todavia, ajudou-me fornecendo importantes documentos para a pesquisa.

Em alguns casos senti que a pessoa tinha dificuldade de falar e dizer o que antes era proibido. Estava-se diante da questão dos “limites do dizer”, da autocensura. Sabia que estava faltando alguma coisa na fala.

Certas entrevistas funcionaram como uma verdadeira terapia como no caso de uma ex-professora que havia sido proibida de entrar em sua escola, onde passara tantos anos de sua vida ensinando. Quando chegou neste ponto da entrevista, ela parou e disse: “Não vou falar porque faz 30 anos e eu nunca falei desse assunto”, e começou a chorar.

Há outras entrevistas em que os indivíduos tentavam falar de tudo menos do assunto que ainda doía. Assim, precisava-se de algumas horas de paciência para se poder chegar ao tema da pesquisa.

Evitei falar da tortura física, que já foi, a meu ver, suficientemente descrita. Preferi priorizar as formas de organização dos grupos ou dos indivíduos no enfrentamento ao regime.

As falas dos entrevistados perpassaram quase todo o trabalho. No segundo capítulo, as entrevistas foram trabalhadas por tópicos. Transcrevi as falas significativas para os temas escolhidos. Percebi que as falas, nesse caso, diziam mais do que qualquer autor e se auto-interpretavam. Quando alguém fala do seu exílio existe algum autor que possa falar melhor do que o exilado? Era o momento de dizer o que não havia sido dito. Era o momento de falar do proibido. Era a vez de romper os anos de silêncio.

No terceiro e quarto capítulos, utilizei as memórias elucidando os fatos históricos, descobrindo inclusive contradições entre o escrito e o falado, como no caso do número de presos em 64.

3.0 - O ESTADO

3.1 - A teoria de Estado enfocada na pesquisa

Não é nossa pretensão aprofundar uma teoria de Estado porque este não é objeto de nossa pesquisa. Optei pela teoria gramsciana de Estado porque, a meu ver, é a que melhor atende à realidade das sociedades latino-americanas no período histórico de nossa pesquisa. Como diz Coutinho: “A universalidade de Gramsci é capaz de iluminar alguns aspectos de nossa peculiaridade nacional”. Segundo ainda Coutinho, nessa ótica, dois conceitos são fundamentais, o de ‘Estado Ampliado’ - o Brasil hoje teria uma formação do tipo ‘ocidental’; e o de ‘Revolução Passiva’, como processo de modernização conservadora (1988, p.106).

3.2 A teoria de Estado em Gramsci

As diferenças que se percebem em Gramsci relativamente às teorias de Estado propostas por seus precursores, como Marx, Engels e Lênin, não significam uma ruptura. Representam muito mais uma conservação/superação da teoria clássica marxista.

Na época em que Marx, Engels e Lênin formularam suas teorias, o Estado era realmente estrito, coercitivo. O Estado centralizava tudo. Era um Estado policialesco e burocrático num momento de escassa participação política, com uma sociedade civil ainda em esboço. Por isso, esses autores se basearam naquele Estado para desenvolverem suas teorias. No período histórico vivido por Gramsci, no âmbito geográfico do Ocidente, o Estado, ao contrário, tornava-se bastante complexo. Nesta época já se nota uma intensificação do processo de participação política, com a formação de grandes sindicatos,

partidos políticos operários e movimentos populares. Os Parlamentos eram eleitos por sufrágio universal, havendo, paralelamente, grande desenvolvimento da imprensa, com a circulação intensa de jornais e revistas. Portanto, “surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos de Estado.” (Coutinho, 1989: 75)

É preciso deixar claro que tanto para Marx como para Gramsci a relação entre estrutura e superestrutura é uma relação dialética e dinâmica. A Igreja, por exemplo, em determinado momento histórico faz parte da estrutura e da superestrutura. A fábrica, de outra parte, é estrutura enquanto base econômica de uma determinada sociedade e é superestrutura enquanto movimento dos sujeitos coletivos existentes dentro dela.

Gramsci distingue duas esferas essenciais no interior das superestruturas: **a sociedade política e a sociedade civil - Estado ampliado.**

A sociedade política, ou o Estado no sentido estrito, Estado coerção, é formada pelas instituições encarregadas de manter a ordem, de coagir. Está representada pelos órgãos sob controle das burocracias executivas e policial-militar, como o Exército, a Polícia, o Judiciário e os órgãos de administração direta do governo.

A sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias. Compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura - revistas, jornais, editoras e meios de comunicação de massa. (Coutinho, 1989: 76)

A sociedade política e a sociedade civil mantêm o Estado burguês. Entretanto, o modo de conservação acontece de forma diferente nos dois casos.

“(...)através da sociedade civil, as classe buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, (...) uma dominação mediante a coerção.” (Idem, p.77)

O fato novo registrado por Gramsci é que nas sociedades capitalistas mais avançadas a esfera ideológica ganhou uma autonomia material em relação ao Estado em sentido estrito. “E é essa independência material - ao mesmo tempo base e resultado da

autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia - que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como **mediação** necessária entre a estrutura econômica e o Estado Coerção". (Idem, p.78)

3.3 - A Doutrina de Segurança Nacional - DSN.

Após o golpe militar, o Estado Brasileiro foi imediatamente adequado aos limites da **Doutrina de Segurança Nacional**.

A Doutrina de Segurança Nacional ⁹ - DSN pode ser definida como:

"Abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais." (Alves, 1989, p.35)

Essa doutrina foi desenvolvida na Escola Superior de Guerra - ESG, fundada em 1949, durante o Governo Dutra. As origens dessa Doutrina no Brasil datam do pós-guerra, quando os tenentes brasileiros, em contato com militares norte-americanos, tomaram conhecimento dessa teoria no National War College, nos Estados Unidos. Após a Guerra, uma missão militar norte-americana, foi encarregada de auxiliar seus colegas brasileiros a fundar a Escola Superior de Guerra, permanecendo durante 12 anos no trabalho de assessoria e supervisão.

"Em 1964, o esquema abstrato do Estado futuro já estava claramente concebido." (Comblin, 1978, p.156)

"Anteriormente à concepção propriamente dita da Doutrina vinculada à ESG, e devido em parte à divisão dos oficiais quanto ao possível envolvimento na II Guerra, a segurança nacional, tomada como mobilização para a 'defesa nacional', é um conceito vinculado à exploração do potencial

⁹ Ver a Doutrina de Segurança Nacional - DSN em:

Silva, Golbery do Couto. 1967, **Geopolítica do Brasil**. Comblin, Joseph. 1978, **A Ideologia de Segurança Nacional**. O Poder Militar na América Latina. Rizzo, de Oliveira Eliezer. 1978, **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**.

econômico (aço, carvão, petróleo, etc.). A partir da II Guerra, passa a ser um conceito fundamentalmente político, referido à participação do Brasil no Ocidente e à continuidade da sociedade capitalista.” (Oliveira, 1978, p. 27)

Conseqüentemente, o conceito de **guerra** passa da agressão externa para a agressão interna. O conflito ideológico entre oriente e ocidente criava a possibilidade de uma **guerra total**. O inimigo, que antes era definido através do conflito entre nações, era visto agora como ameaça interna. A educação, por sua vez, efetivava-se com o apelo constante à Nação, através de todos os meios e formas, para combater essa nova ameaça.

O General Golbery do Couto e Silva definia, em 1959, o principal conceito da doutrina: os Objetivos Nacionais, que poderiam ser Permanentes e Atuais:

“Os Permanentes (ONP) - expressando aspirações e interesses que perduram em determinada etapa, mais ou menos longa, da evolução do grupo nacional; como núcleo constante e universal aí figuram, sob formas mais agressivas e positivas ou mais defensivas e negativas; as idéias motoras de integração nacional, autodeterminação ou soberania, bem-estar e progresso;” (1967, p. 159)

Os Objetivos Atuais, de outra parte, dependiam da análise conjuntural, ou seja, das circunstâncias do momento “em particular pelos antagonismos internos e externos, tanto existentes como presumíveis”. (Idem, p. 159)

A partir desses conceitos traça-se a Estratégia Nacional, que, como diz o próprio General, “a estratégia é a Política de Segurança Nacional”. As estratégias particulares (política, psicossocial, econômica, militar) garantem a “Estratégia geral”.

Dentro dessa nova “visão de mundo” o conceito de geopolítica adquiriu importância fundamental:

“A Geopolítica estuda a relação entre a geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, suas lutas. Difere da geografia política no sentido de que procura nos dados geográficos orientações para uma política.” (Idem, p.25)

A tese mais importante da **geopolítica** é a divisão do mundo em dois poderes antagônicos: o Oriente Comunista e o Ocidente Capitalista (bipolaridade). Conforme essa teoria, a América Latina estaria integrada ao bloco ocidental devido à superioridade moral do Ocidente.

A geopolítica foi importante para definir o espaço político e a posição geográfica dos países que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional. Na América Latina, além de estabelecer os limites geográficos do Estado, trabalhou também com as **fronteiras**

ideológicas, um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação. (Borges Filho, p. 64)

A geopolítica é uma teoria que tem como premissa um conceito absoluto de Estado. Nela, a Nação se confunde com o Estado e é vista como um todo homogêneo dotado de uma única vontade.

(...) “a Nação é uma única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e de domínio do espaço... A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado.” (Comblin, 1978, p.28)

A Doutrina de Segurança Nacional propõe desde o seu início uma teoria de guerra. Ela é do começo ao fim uma estratégia de guerra. **A guerra total.**

A guerra generalizada seria o conflito armado entre grandes potências, na qual os recursos totais dos beligerantes são postos em ação. **A guerra fria** seria a guerra permanente travada em todos os planos - militar, político, econômico e psicológico -, porém, evitar-se-ia o confronto armado. “A estratégia de **barreira** define os objetivos dos Estados Unidos para a guerra fria. Impedir qualquer avanço do comunismo identificado à União Soviética.” (Comblin, 1978, p. 40).

Para os teóricos dessa Doutrina, a **guerra revolucionária** seria uma nova estratégia do comunismo internacional, pois o comunismo estaria por trás de todos os fenômenos revolucionários do Terceiro Mundo. (Idem, p. 44)

“O manual básico deixa claro que o conceito de guerra revolucionária não envolve necessariamente o emprego da força armada. Abrange toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado.” (Alves, 1989, p. 35)

O conceito de **fronteira ideológica** opõe-se, desta forma, ao de fronteiras territoriais. “Na guerra revolucionária a **guerra ideológica** substitui a **guerra convencional** entre Estados no interior das fronteiras geográficas de um país.” (idem, p. 37)

É a partir do entendimento do que seja para a Doutrina a guerra ideológica, que se poderá entender o conceito de **inimigo interno** e o de **agressão indireta**.

De acordo com Alves, 1989, a teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de alguns tipos de estruturas defensivas. É “dever” do Estado combater esse **inimigo** que pode estar em toda parte, pode ser qualquer cidadão disfarçado de professor, padre, jornalista ou operário. E por isso é justificada a criação de um enorme aparato repressivo montado pelo Estado para, se necessário, coagir a população. Além disso, é prioritário montar uma rede de informações políticas para detectar os “inimigos” que, como já foi dito, seriam aqueles setores da população que poderiam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”.

3.4 - O Estado Autoritário no Brasil

Na história brasileira, a classe dominante, ao não conseguir resolver os conflitos gerados pela pressão da luta de classes, optou por introduzir uma nova forma de dominação através da coerção pelas Forças Armadas.

“O governo militar é um parêntese entre dois governos constitucionais; o elemento militar é a reserva permanente da ordem e do conservadorismo, é uma força política que atua ‘publicamente’ quando a ‘legalidade’ está em perigo.” (Gramsci, 1989 (b), p. 60)

Esse tipo de Estado que predominou na América Latina durante o período histórico estudado foi denominado pelos cientistas sociais latino-americanos de Estado Burocrático-Autoritário - BA,¹⁰ a saber:

¹⁰ Em muitos momentos os entrevistados falam da ditadura brasileira. Creio que mesmo não sendo uma ditadura tipo fascista, o Estado brasileiro nesse período não deixou de ser uma ditadura, no sentido em que o termo é encontrado no dicionário:

Ditadura,

1. Forma de governo em que todos os poderes se enfeixam nas mãos dum indivíduo, dum grupo, duma assembléia, dum partido, ou numa classe.

2. Qualquer regime de governo que cerceia ou suprime as liberdades individuais.

3. fig. Excesso de autoridade; despotismo, tirania. (Ferreira, 1986 - Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

Para este estudo, utilizamos o conceito de Estado burocrático-autoritário.

O'Donnell, (1986), enumera algumas características próprias desse **Estado Burocrático-Autoritário - BA.**

Primeira: esse tipo de Estado possui sua base social na grande burguesia oligopolizada e internacionalizada.

Segunda: é formado, preferencialmente, por instituições responsáveis pela implantação da coerção e pela normalização da economia. Esta escolha é entendida se levada em conta as duas grandes tarefas que o BA deve realizar: “a replantagem da ‘ordem’ na sociedade através da eliminação da atividade política do setor popular, por um lado, e a normalização da economia, pelo outro.” (p. 21)

Terceira: exclusão política de um setor popular, que tem como objetivo impor uma outra ordem na sociedade. Isto seria condição para a consolidação da dominação social e a normalização da economia. Assim se geraria um crescimento econômico “fortemente internacionalizante e seletivo de distribuição geral de recursos.” (Idem, p. 21)

Quarta: a exclusão implica na eliminação da cidadania, que inclui a supressão de todas as instituições da democracia política.

Coutinho, (1988), afirma que, no caso brasileiro,

“...deve-se recordar que o regime militar brasileiro, malgrado a intensa utilização da coerção e mesmo do terrorismo de Estado, sobretudo nos anos 1969-1976, jamais foi uma ditadura fascista clássica, ou seja, não foi um regime reacionário com bases de massa organizadas. Apoiando-se na camada militar-tecnocrática, esse regime não foi capaz de criar organismos capazes de conquistar uma hegemonia real na sociedade civil, nem de fazer funcionar os aparelhos dessa como ‘correias de transmissão’ de um Estado totalitário, como ocorreu na Itália e na Alemanha.” (pp. 123, 124)

De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, o Estado que deverá ser representado por uma elite de militares é o poder máximo da Nação e está acima das classes. Seu único objetivo é o “bem comum”, por isso deve fazer calar as visões e interesses particulares.

“O Estado é, no seu sentido mais estrito da palavra, uma vontade soberana, ele representa o poder de mobilizar tudo o que há na nação, e não aceita a interferência de qualquer outra vontade: ele é a vontade única da nação.” (Comblin, 1978, pp. 72, 73)

Os teóricos da Segurança Nacional consideravam “fraqueza” os debates e as discussões próprias dos regimes democráticos liberais. A oposição era tida como sinônimo de anarquia e de subversão. Como consideravam que estávamos em guerra, “toda ou qualquer oposição ou é dirigida pelo inimigo, ou então está fazendo o jogo do inimigo”. (idem, p. 74)

A democracia para o Estado militar representava um impasse, pois foi para “salvar” a própria democracia que tomaram o poder. No entanto, se “abrissem” poderiam perdê-la. A democracia teria, então que ser “protegida”.

“Na concepção de seus autores, a nova democracia promove a participação dos cidadãos porém essa participação consiste em integrar-se nas tarefas definidas pelo Estado. Participar é obedecer. Há uma participação para a execução, e não para a decisão”. (Idem, 74-75)

O consenso buscado pelo Estado foi um tipo de consenso passivo, diferente daquele proposto por Gramsci. O consenso significa trabalhar com os conflitos, trabalhar com as diferenças, significa a busca de um acordo. No Estado Militar não é permitido discordar. O Estado, como já foi dito, é a vontade única da Nação.

Apesar desse novo Estado não ter destruído toda a estrutura institucional anterior, criou, reduziu, suprimiu ou desenvolveu instituições antigas, diluindo, através da repressão, as organizações da sociedade civil que, justamente por possuírem “essa independência material e essa autonomia relativa”, poderiam ter exercitado seu papel na busca do consenso.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

“QUEM NÃO CONHECE A HISTÓRIA DE NOSSO PAÍS, AS LUTAS DE NOSSO POVO, NÃO PODE SE INTITULAR REVOLUCIONÁRIO, NÃO PODE FIXAR UM OBJETIVO, UM RUMO E UMA PERSPECTIVA. NAVEGA À DERIVA, COMO BARCO SEM LEME.”

(Seu Mimo, Manoel Alves Ribeiro, em Caminhos)

1. AS FORÇAS POLÍTICAS DOMINANTES

Como entender a conjuntura política do Estado de Santa Catarina no período autoritário militar iniciado a partir do golpe de 1964? Quais as conjugações de forças existentes neste Estado? A quem o poder estatal e as elites econômicas se aliaram para apoiar o golpe?

Creio que, para entender os acontecimentos históricos decorrentes do golpe militar em Santa Catarina e a própria **pedagogia do silêncio**, é necessário lançar um olhar através da história da organização social e política deste Estado.

No Brasil, a **modernização** capitalista deu-se de maneira diferente dos países da Europa, como a França e a Inglaterra, onde esse processo aconteceu com uma efetiva participação popular.

Como afirma Coutinho,

“A transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações de classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.” (1988, p. 108)¹¹

Dentro desse contexto, o “alinhamento” das forças golpistas teria como base a própria origem da organização política e social deste Estado.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1959), através de sua política econômica, provocou um acelerado desenvolvimento no Brasil. Em Santa Catarina, como veremos adiante, a região que sofreu maior impacto foi Joinville.

“O esforço desenvolvimentista, apesar de bem-sucedido, geraria a partir de 1958 uma crise econômica decorrente do endividamento externo e de um processo inflacionário. O modelo substitutivo entrava numa crise decisiva pela falta dos chamados bens de capital, pela inelasticidade do mercado de consumo e pelas recentes reivindicações no plano da reforma social, com os trabalhadores rurais exigindo reforma agrária e os trabalhadores urbanos reclamando maiores salários para acompanhar o processo inflacionário.” (Felizardo, 1988, p. 14)

¹¹ Gramsci chamou de **revolução passiva** a essas transformações progressivas feitas através de “restaurações”, mediante aceitação da classe dominante, de algumas exigências provenientes das classes subalternas. (Ver Carlos Nelson Coutinho - **Gramsci e a América Latina**, quando trata da teoria “ampliada” do Estado e do Brasil contemporâneo, pp. 116 a 127)

Autores catarinenses como Lenzi (1983), Carreirão (1990) e Auras (1991), pesquisando sobre a política catarinense no período multipartidário, que vai de 1945 à 1965, constataram a predominância de um poder político viciado e concentrador. Os partidos que dominavam a máquina estatal eram o **PSD - Partido Social Democrata**, que congregava, sobretudo, as oligarquias rurais, conhecido como o partido das “velhas raposas”; e a **UDN - União Democrática Nacional**, fração de classe emergente do confronto entre o nacionalismo populista e o industrialismo ligado ao capital externo e que congregou, sobretudo, os oposicionistas a Vargas.

O PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, surgiu nesse contexto disputando os votos da classe trabalhadora, principalmente no meio sindical urbano.

Em Santa Catarina, o **PSD** foi o partido de maior expressão, mantendo o domínio político do Estado por vários anos. A maior expressão política da oligarquia Ramos, Nereu Ramos, governou o Estado catarinense de 1935 à 1947, quando o repassou a Aderbal Ramos. Nereu esteve também na presidência deste mesmo partido durante 13 anos (de 1945 até 1958), quando morreu em um acidente aéreo. A partir dessa data até sua extinção pelo AI-2,¹² o presidente seria Celso Ramos (irmão de Nereu), que continuaria na direção do partido ou do Estado, atrelando-se ao governo militar e ingressando posteriormente, em 1965, na Aliança Renovadora Nacional - Arena, agremiação que deu continuidade, durante os primeiros anos da ditadura militar, à permanência dessas mesmas elites no poder.

A UDN - União Democrática Nacional, fundada em 22 de abril de 1945, era composta por grupos que perderam o poder em 1930 e se encontravam vinculados ao Partido Republicano Catarinense - até a implantação do Estado Novo. Esses grupos eram liderados por Adolfo Konder, sua família e aliados que mantinham laços familiares com os Bornhausen. Em 1947, depois de muitas disputas internas, a liderança do partido foi transferida para Irineu Bornhausen, eleito presidente da agremiação e lançado candidato ao governo do Estado. A UDN terá importância fundamental no movimento golpista de 1964.

¹² Em outubro de 1965, o Presidente Castelo Branco, através do AI-2, extingue todos os partidos políticos e cria a ARENA, do governo, e o MDB da “oposição”, vide pág. 90.

O Estado catarinense possuía, no início da década de 60, alguns **pólos** que se destacaram pelo seu crescimento econômico e importância política. Pode-se constatar que o sul de Santa Catarina, principalmente nas regiões do carvão, com destaque para Criciúma e Içara, pelo seu desenvolvimento econômico¹³ e sua tradição cultural, era considerado o segundo pólo político mais importante daquela época, sendo o primeiro em contingente de trabalhadores organizados.

O pólo de maior importância era Florianópolis porque, sendo a capital, aqui se encontrava a Assembléia Legislativa e aqui residia a maioria das lideranças dos partidos que conduziam as lutas políticas. Além disso, aqui também se concentrava uma das maiores forças de organização social do Estado, o movimento estudantil. Todavia, em termos de lutas operárias, quem liderava era o movimento de mineiros do município de Criciúma, que, desde a década de 50, resistia à exploração capitalista.

Em termos econômicos, Joinville tornou-se o pólo mais importante, conhecida como região metal-mecânica, produtora de autopeças e eletrodomésticos, constituindo-se no eixo complementar da indústria de São Paulo. Em consequência desse desenvolvimento industrial, verificou-se uma verdadeira explosão populacional na região, elevando a taxa de crescimento populacional urbano para mais de 60% em 10 anos: 43.334 habitantes em 1950, para 70.687 em 1960.¹⁴

Em Santa Catarina, o partido legalmente mais organizado de tendências reformistas era o PTB.¹⁵ Este partido aglutinava muitas lideranças de esquerda, tanto do

¹³ De acordo com Bossle (1988), “Desde sua descoberta no sul do estado, o carvão catarinense vinha sendo preterido em relação ao carvão importado, sua valorização e conseqüentemente melhor aproveitamento tiveram início com a II Guerra Mundial, quando se forçou a substituição do carvão importado através das medidas de proteção adotadas pelo governo, dentre as quais a obrigatoriedade do aumento de 20% da taxa de carvão nacional misturado ao importado. (Decreto-Lei n. 2667, de 3 de outubro de 1940). (...) Também se atendia a uma reivindicação catarinense: determinou-se que o Porto de Imbituba, concessão da empresa de Henrique Lage, fosse aparelhado, mediante concessão para sua construção e exploração.” (p. 121)

¹⁴ Apesar de sua importância econômica e do seu acelerado desenvolvimento, Joinville não se destaca como um pólo de organização dos trabalhadores. Alguns historiadores justificam que este fato é característico das regiões de colonização alemã, onde a relação capital/trabalho se estabeleceu de forma protecionista. Além disso, as organizações sindicais daquela década eram profundamente influenciadas pelo PCB, inimigo atroz dos integralistas predominantes nessa região.

¹⁵ “O PTB, apesar de ser o partido com maior vinculação com a classe trabalhadora, possuía baixo índice de penetração em Santa Catarina com relação ao restante do País. O PTB foi um partido criado para servir como um instrumento de mobilização do voto operário em benefício de Getúlio Vargas e seus seguidores (...) Com o passar do tempo o PTB se define como um partido ‘reformista-populista-trabalhista’; e, a partir do aparelho sindical e da utilização de algumas posições da máquina estatal - especialmente o Ministério do Trabalho - cresce bastante, passando de pequeno partido a segundo maior em termos de representação no Congresso.” (Carreirão, 1970, apud Soares p. 33)

Partido Comunista como de outros pequenos partidos que surgiram da divisão do próprio PCB. O crescimento do PTB, na sua vertente mais esquerdizante, foi um espaço importantíssimo para o avanço das lutas democráticas.

Após 1957, o partido sofre uma mudança de linha, com a vinda, do Rio de Janeiro, do líder petebista Doutel de Andrade. Segundo Ian Carreirão, é em Florianópolis e no sul do Estado que se verifica um maior crescimento do partido com tendências mais esquerdizantes, possivelmente por influência de lideranças do PCB vindas do Rio Grande do Sul.

Segundo depoimento de Manoel Dias ao mesmo autor, nas regiões do Vale do Itajaí e Joinville, o trabalhismo era composto por lideranças mais moderadas. Em Blumenau, o PTB praticamente não tinha expressividade política. Justamente nessas mesmas regiões predominavam o Movimento Integralista e posteriormente o Partido de Representação Popular - PRP, profundamente anticomunistas. Em minhas entrevistas, constatei que indivíduos oriundos do PRP participaram ativamente de todos os movimentos de preparação e realização do golpe militar em Santa Catarina.¹⁶

Em Santa Catarina, no período de 1950 a 1962, a importância do PTB é vinculada ao grande equilíbrio entre as oligarquias, “no plano eleitoral, o PTB, como fiel da balança, é disputado pelo PSD - com quem faz alianças preferencialmente - e UDN” (Idem, p. 74). Ainda segundo o mesmo autor, através destes mútuos apoios é que o PTB conseguiu eleger dois governadores e dois vice-governadores e lançar alguns candidatos a muitas prefeituras no Estado.

¹⁶ Encontrei esta informação nas memórias do Sr. Manoel Alves Ribeiro, seu Mimo: “Na área militar, foram escolhidos como encarregados de vasculhar as casas dos comunistas, oficiais que tinham sido integralistas e simpatizantes do nazismo.” (Caminho, p. 174) Na entrevista de Salim Miguel: “O Secretário de Segurança que era e continuava sendo um líder integralista...”

2. AS FORÇAS PROGRESSISTAS EM SANTA CATARINA ¹⁷

Após 1945, o PCB foi, sem dúvida, a organização de esquerda de maior vulto e importância no Brasil. A maioria das lutas nacionalistas foram dirigidas pelo PCB. Aqui em Santa Catarina, o PCB distribuía seus jornais em bancas de revistas, além de contar com uma livraria chamada Anita Garibaldi (conhecida como livraria do Salim) e com uma gráfica.

No final dos anos 50, com a eclosão do movimento social, muitas outras idéias políticas foram aparecendo. As mudanças ocorridas dentro da própria Igreja favoreceram o surgimento de uma nova “visão de mundo” fora dos parâmetros marxistas.

Como lembra o Pe. Edgar de Oliveira:

“Chega um momento em que os marxistas diziam: ‘bom, para nós é suficiente o homem econômico’; os cristãos diziam: ‘não, para nós é suficiente o homem integral, com a sua dimensão divina, homem filho de Deus.’ Aí os marxistas calavam... Eles diziam: ‘isto aí é poesia de vocês, são as estruturas mentais de vocês, de ópio do povo, de religião’.” (6)

Em meio à ebulição de todo movimento social, o PCB começa a sofrer uma profunda crise política interna.¹⁸

No início dos anos 60, por sua vez, começa a florescer nas comunidades católicas de Florianópolis, a Juventude Estudantil Católica - JEC. O Pe. Edgar de Oliveira foi a pessoa que marcou todo o período pré e pós-64 com um trabalho de organização da juventude e luta dentro da Igreja e do Estado repressivo. Ele é natural do município de

¹⁷ Progressistas ou de esquerda são as forças que, inconformadas com o sistema capitalista, se engajavam na perspectiva de uma mudança social, radical ou não. Muitas vezes estiveram juntas. Outras vezes, não, por divergirem nas posições e nas estratégias desta mudança.

¹⁸ O conflito dentro do partido decorria principalmente do tipo de análise que o mesmo fazia da sociedade brasileira. Segundo Gorender, na ‘Declaração de Março’ de 1968, repetia a mesma premissa do Programa do Quarto Congresso: “(...) A concepção da revolução brasileira em duas etapas. Até hoje inalterável para o PCB e o PC do B, é uma concepção que vem do Sexto Congresso da Internacional Comunista realizado em 1928. (...) Assim, a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa - a da revolução socialista. (...) Propunha-se a mesma composição de forças sociais para a realização das tarefas revolucionárias da primeira etapa: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional.” Gorender, 1987, p. 30)

São João Batista e estudou Teologia durante algum tempo no Seminário de São Leopoldo.

As idéias mais progressistas da Ação Católica começam a aparecer nesse Seminário, entre 1958 e 59. Essas idéias contribuíram para o acirramento das discussões dentro da Igreja acerca do seu papel.

Enquanto a Ação Católica propunha a participação do jovem no mundo, as outras organizações mais tradicionais da Igreja buscavam preservá-lo da “maldade do mundo”.

A JEC quando iniciou sua atuação em Florianópolis já estava marcada pela *ação política*. O bispo da capital na época, D. Joaquim Domingos de Oliveira, era da linha conservadora da Igreja e por isso não concordava com as idéias políticas dos grupos componentes da Ação Católica.

O trabalho da JEC se caracterizou pela organização de grêmios estudantis. Esses grêmios, aqui em Florianópolis, foram organizados principalmente nos colégios religiosos como o Coração de Jesus.

“Foi quando proliferou o grêmio, tudo quanto era escola tinha grêmio estudantil... Os elementos da Ação Católica não participavam da política, era proibido a eles serem eleitos para cargos políticos dentro dos grêmios e de diretórios - mas faziam campanha para eleger os candidatos que achavam que eram os ‘bons’.” (6)

Entre suas bandeiras, a JEC lutou pela participação aberta dos estudantes para formar o currículo anual das matérias, conseguindo algumas vitórias, por outro lado, os estudantes secundaristas, através dos seus grêmios, participaram lado a lado das lutas nacionais junto dos estudantes marxistas, lutando pelo movimento do petróleo, o “carvão é nosso”, como diz o Pe. Edgar.

*“Aqui em Santa Catarina, eu me lembro de uma luta do estudante, em favor das ferrovias catarinenses, em favor do carvão catarinense. Ficou um mês inteiro uma pedra enorme de carvão em frente da catedral, numa armação de madeira, e os estudantes colhendo ali assinaturas do povo, distribuindo folhetos.
(...) A JEC também lutou pela criação da Semana do Estudante. Era uma semana inteira de palestras no Teatro Álvaro de Carvalho. Nas escolas, os grêmios faziam competições esportivas, também. Tinha muita movimentação estudantil.” (6)*

Nessa época, nos Congressos da Ação Católica, discutiam-se duas posições. Alguns defendiam que a frente deveria ser ampla, que todos os cristãos e não cristãos deveriam lutar por melhores salários, por melhores condições sociais, políticas e econômicas. Outros, eram totalmente contrários e defendiam que a Igreja deveria se ocupar apenas das questões religiosas.

Nesses mesmos anos, consolidaram-se também outras organizações de esquerda, ressaltando-se dentre elas, a **Ação Popular**,¹⁹ resultado de discussões no interior da Ação Católica.

O embrião da Ação Popular em Santa Catarina, semelhante ao ocorrido em Belo Horizonte, foi também a JUC - Juventude Universitária Católica.

Entre 1959-60, em Florianópolis, o movimento estudantil estava dividido em três grupos: Renovação Acadêmica, ligado ao PCB e dominante na União Catarinense de Estudantes - UCE; a Aliança Acadêmica, com orientação conservadora e minoritária; e, finalmente, formada pela maioria de jucistas, a Terceira Força, um grupo de universitários "independentes", vitorioso nas eleições para a presidência da UCE, em 1960 (Moretti, 1984).

É justamente através da Terceira Força que se inicia o primeiro núcleo da Ação Popular em Santa Catarina. A Terceira Força continuou em evidência até o golpe militar de 1964, uma vez que a Ação Popular era uma organização clandestina e nem todos os membros dessa tendência estudantil nessa época, eram militantes da Ação Popular.

Em maio de 1961, no V Congresso Estadual da UCE, segundo Moretti (1984), dois temas se destacaram: a reforma universitária e a luta pela defesa e

¹⁹ A "**Ação Popular** foi fundada em 1962 em Belo Horizonte por estudantes jucistas e membros da União Nacional do Estudante (UNE). Também participaram, deste a fundação, jovens intelectuais, como jornalistas, professores, artistas (...). O Surgimento da AP decorreu, simultaneamente, das mudanças da Igreja Católica, a partir do pontificado de João XXIII, e do aprofundamento da luta de classes no Brasil. Para os seus membros politizados, a Juventude Universitária Católica (JUC) se mostrava já demasiadamente estreita, dada a vinculação oficial à Igreja. Nasceu, por isso, a idéia de criar outro veículo de ação política, que permitisse liberdade de atuação e não envolvesse a hierarquia católica hostil à politização esquerdizante (...) Os adeptos da AP se pronunciaram por uma ideologia própria, buscando apoios doutrinários nos pensadores católicos Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin e Lebret. Daí a formulação de um socialismo humanista." (Gorender, 1987, p. 37)

valorização dos recursos e riquezas catarinenses, principalmente com relação ao carvão no sul do Estado.

“Nota-se que nesta fase os estudantes ainda se mobilizavam dentro dos pólos do nacionalismo e do desenvolvimento, a partir do sistema capitalista. Esta problemática, no entanto, será superada, quando os estudantes começaram a sentir na prática os limites das reformas de base levadas a efeito pelo governo de João Goulart.” (Moretti, 1984, p. 78)

Dentre os grupos organizados que surgiram no início da década de 60, além do movimento estudantil e da Ação Católica, destacaram-se os Sindicatos da Construção Civil (formado por pedreiros, eletricitários, pintores e outros trabalhadores nesta área), dos Marítimos, dos Bancários e a Federação das Cooperativas de Pesca (Fecopesca), liderada pelo então deputado Paulo Stuart Wright.

O Sindicato da Construção Civil foi, segundo Manoel Alves Ribeiro, o primeiro embrião do movimento operário em Florianópolis, cuja organização cresceu na época da construção da Ponte Hercílio Luz (entre novembro de 1922 a 1926). É no seu interior que surgiu,²⁰ a primeira célula do Partido Comunista Brasileiro, em Santa Catarina.

A Fecopesca foi organizada em 1961 a partir de um trabalho de educação de base com lideranças pesqueiras, que reuniu 27 entidades do litoral catarinense, atingindo 25 mil famílias. Foi através das cooperativas de pescadores que Paulo Stuart Wright elegeu-se deputado, em consequência da grande repercussão do seu trabalho na região do litoral catarinense, principalmente em Laguna, Florianópolis, Itajaí e S. Francisco. Em função de seu crescimento e importância, em 1962, a Fecopesca conseguiu estabelecer convênios com o governo do Estado, passando a controlar a pesca no litoral catarinense. O avanço da organização pesqueira local acabou provocando graves conflitos com os comerciantes interessados na exploração do pescado.

O golpe militar de 1964, fechou a Fecopesca atendendo a interesses políticos e econômicos, seu coordenador foi perseguido e cassado e posteriormente

²⁰ Conforme entrevista de Manoel Alves Ribeiro ao pesquisador e mestrando do Departamento de História da UFSC, Jaci Guilherme Vieira.

(1973) preso e assassinado. Os pescadores voltaram a ficar à mercê dos exploradores de sua força de trabalho.²¹

Em Criciúma e Içara destacava-se, por sua tradição, o Sindicato dos Mineiros, cuja organização vinha ocorrendo de longa data. Todavia, foi a partir de 1958, com a eleição de Antônio José Parente, que esta organização ganhou força. O Sindicato dos Mineiros foi considerado, naquele momento histórico, um dos mais combativos do Brasil.

“O período de 1957-1964, marcado pela militância sindical dos trabalhadores mineiros, acompanhava o movimento trabalhista brasileiro. Os sindicatos, em âmbito nacional, passam a ser ocupados por líderes operários que contestam a estrutura sindical garantida pela CLT. Os mineiros de Criciúma participam das bandeiras de luta nacionais. Estão presentes nas concentrações operárias coordenadas pela CGT. Envia comissões ou representantes do sindicato para participarem de congressos, de reuniões de estudo trabalhista sindical que se realizam no Rio de Janeiro.” (Volpato, 1982: 233-234)

Manoel Dias, advogado e ex-vereador no período que antecedeu ao golpe, reafirma a análise de Volpato ao declarar que:

“Santa Catarina, um Estado que é muito conservador - um movimento sindical muito pequeno e além de tudo muito peleguismo. Mas lá em Criciúma tem os mineiros. Os mineiros de Criciúma até 64, eram uma das categorias do Estado mais bem organizada e politizada do Brasil. Era a única categoria profissional que, antes de 1964, tinha salário profissional.

Havia uma ação muito grande na região. Era, em Santa Catarina, a região mais politizada com um movimento sindical dos mais ativos. Criciúma tem uma história riquíssima que poucas pessoas conhecem. Surgiram muitos líderes sindicais que tinham uma dialética e capacidade de argumentação muito grande. Criciúma era chamada de Cuba. Eu trabalhava no sindicato com meu irmão, ajudava na parte jurídica, fazendo parte de toda aquela agitação que tinha lá. O PTB era muito forte, ideológico, era realmente um partido de vanguarda e comandava o processo político, embora o PCB e outras organizações de esquerda atuassem dentro dele.” (13)

A característica do poder neste Estado, predominantemente conservador, marcou diferenças de posições políticas em relação a outros Estados como o

²¹ Estas informações foram retiradas do CPC - Centro Popular Paulo Stuart Wright, fundado em 1986 por um grupo de intelectuais de esquerda e que por falta de recursos foi obrigado a fechar.

Rio Grande do Sul, demonstrando que haviam importantes especificidades nos estados sulinos. Um desses fatos foi a Campanha pela Legalidade, em 1961.

Tal acontecimento, cuja chama começara na capital gaúcha, liderado pelo então governador Leonel Brizola, marcou a história brasileira na década de 60.²² Na verdade, muitas análises históricas confirmam que foi o Movimento pela Legalidade que impediu a antecipação do golpe militar para 1961.

Enquanto no Rio Grande do Sul, o General Machado Lopes, comandante do III Exército, rompeu com os ministros militares golpistas e se aliou ao movimento que defendia a posse do vice-presidente Goulart, ou seja, a ordem constitucional, em Santa Catarina ocorreu exatamente o contrário: as instituições militares deste Estado não aderiram à Campanha pela Legalidade. O comandante do 14º BC,²³ coronel Pinto da Luz, o comandante do 5º Distrito Naval e o comandante da Base Aérea romperam com o III Exército. Enviado pelo então Presidente Mazzilli, o Marechal Cordeiro de Farias veio a Santa Catarina para comandar as operações golpistas, como foi constatado nas memórias do velho marechal Farias.

“No Estado de Santa Catarina, a Guarnição de Florianópolis manteve-se dentro da legalidade, obedecendo às ordens do Ministro da Guerra e às minhas próprias, em perfeita sintonia com a posição definida pelo Cmte. do 5º Distrito Naval, Contra-Almirante Luiz Clóvis de Oliveira - com o comandante da Base Aérea daquela cidade, constituindo assim uma perfeita ilha de resistência que precisava ser defendida a todo custo, motivo pelo qual foi sentida a importância de ser reforçada, o que foi feito na madrugada de 31 de agosto com uma Companhia de Fuzileiros do 2º RI, aerotransportada, ao mesmo tempo que eu passava à disposição do 5º DN, para fins operacionais, o 14º BC e o 2º RI, autorizando aquela autoridade, ainda, a considerar

²² O movimento pela Legalidade, denominado Campanha da Legalidade, surgiu no Rio Grande do Sul no momento em que, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25/08/61, os ministros militares, liderados pelo ministro-da-guerra Odílio Denys, desejavam impedir a posse do vice-presidente Goulart, que se encontrava na ocasião em viagem diplomática à China. João Goulart havia sido Ministro do Trabalho no período do governo Getúlio Vargas e era acusado de “comunista”, principalmente pela Igreja, pela direita da UDN e elite militar ligados à Doutrina de Segurança Nacional. A rede da Legalidade foi liderada pela Rádio Guaíba, requisitada pelo então governador gaúcho Leonel Brizola. Os microfones desta rádio foram colocados nos porões do Palácio Piratini. Dali se transmitiam notícias sobre a situação política para todo o território nacional, através de outras emissoras que aderiram ao movimento. Para conhecer em pormenor este fato, consultar Moniz Bandeira: **Brizola e o Trabalhismo** pp.73-93, Joaquim Felizardo, **A legalidade, Último Levante Gaúcho**, assim como vários autores que trabalham este período (consultar nossa bibliografia).

²³ Batalhão de Caçadores do Exército.

sob suas ordens, outros elementos de III Exército que se pronunciassem dentro do ponto de vista da disciplina e da ordem legal.” (In Lenzi 1983: 292)

Esse fato foi confirmado pelo depoimento do coronel Ari de Oliveira a Valmir Martins:

“Nós nos desligamos do 3º Exército, do qual nós éramos, e passamos então a receber ordens diretas do comando revolucionário brasileiro.” (in Dias, 1989, p. 133)

O clima de medo que foi vivido pelas tropas obrigadas a receber ordens de seus comandantes golpistas, está explícito no depoimento de um ex-soldado.

“Tendo eu saído do estado de São Paulo, por volta de 1953, indo morar numa fazenda no norte do Paraná, cidade esta chamada Rolândia (...), lá fiquei até meados de 1960, quando então fui servir o Exército brasileiro. Como queria entrar para as fileiras das Forças Armadas, não aceitei a dispensa por excesso de contingente. Viemos para Ponta Grossa, de lá para Curitiba, depois Rio Negro e finalmente Blumenau, onde fiquei até 1972. Tendo sido incorporado, em junho de 1960, no frevo da renúncia do Presidente Jânio Quadros, não me lembro bem se em 60 ou 61. Sei que ficamos aquartelados mais de 60 dias entre o quartel e o acampamento, nos matos, para esperar a turma do Brizola, e isso tudo deixava a gente muito confuso, porque não tínhamos muitas informações externas e os militares não se abriam muito. Nós tínhamos muito medo. Quando se falava em cadeia, solitária, prisão política, tudo isso assustava muito. Eu era colono e não tinha conhecimento de política, assim como ainda não tenho (...) Tinha alguns generais, coronéis e capitães que eram uns verdadeiros terrores, como o major Werneck, coronel Alexandre, o tenente Ottamar, capitão Ivo Célio e outros. Mesmo assim, ainda fiquei lá até 1963.” (12)

No início de setembro de 1961, Criciúma foi invadida por tropas do general Machado Lopes, provocando o aumento do reforço militar em Santa Catarina. Havia, portanto, um clima de guerra entre os Estados.²⁴

²⁴ Fato confirmado no telex interceptado por radioamadores, em 28 de agosto de 1961. A comunicação tinha o seguinte conteúdo: “O III Exército deve compelir imediatamente o Sr. Brizola a pôr termo à ação subversiva que vem desenvolvendo e que se traduz pelo deslocamento e concentração de tropas e outras medidas que competem exclusivamente às Forças Armadas (...)

O Governador colocou-se, assim, fora da legalidade. O comandante do III Exército atue com a máxima energia e presteza.

Faça convergir sobre Porto Alegre toda tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente, inclusive a 5a. DI, se necessário.

Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive o bombardeio, se necessário.

Está a caminho do Rio Grande do Sul uma força-tarefa da Marinha.” (Felizardo, 1988, p.32)

Além dos militares catarinenses, o governador Celso Ramos não deu apoio à Campanha pela Legalidade, unindo-se às forças majoritárias golpistas.

Apesar do nível inferior de organização política deste Estado (a sociedade civil ainda bastante desorganizada, desagregada), e do conservadorismo político de suas elites, os militantes daquela época já se destacavam pelo seu elevado grau de valentia. Durante a Campanha da Legalidade, os estudantes se definiram pela defesa da Constituição, conclamando o povo a participar e lançando palavras de ordem:

“Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe e exigimos que seja cumprido à risca a letra da Constituição (...) A UNE decreta greve geral e sua diretoria desloca-se à Porto Alegre, de onde, durante o período de resistência, se dirige aos estudantes através da rede da legalidade (...) Para dar amplitude à campanha, a UCE instala em seu prédio, no mesmo dia da renúncia, o serviço de alto-falante da Rede da Legalidade, informando à população, através de boletins constantes, sobre o desenrolar dos acontecimentos (...) Na mesma ocasião, correu a notícia de que um oficial da Marinha teria declarado que iria dinamitar a ponte Hercílio Luz, pois comentava-se que as tropas de Brizola estariam subindo do Sul para São Paulo.” (Moretti, 1984, p. 80)

Estudantes, intelectuais e alguns trabalhadores, acompanhados pelo Arcebispo Auxiliar de Florianópolis, D. Felício César da Cunha Vasconcelos, ofm., organizaram uma grande passeata que se dirigiu até a Ponte Hercílio Luz. Ali ficaram até que o comandante do V Distrito Naval lhes assegurou que não haveria dinamitação da ponte.

Finalmente, o conflito da legalidade foi apaziguado com um acordo entre o Vice-Presidente João Goulart e as forças golpistas, que, no dia 2 de setembro de 1961, aprovaram o parlamentarismo.²⁵

Em 7 de setembro de 1961, Goulart prestou juramento perante o Congresso, assumindo o primeiro Governo Parlamentarista do Brasil. O acordo feito para eliminar o conflito previa a escolha, para primeiro-ministro, de um membro do PSD mineiro, Tancredo Neves.

²⁵ Segundo Moniz Bandeira, (1979), o Congresso tinha poderes para organizar o governo e destituí-lo quando quisesse. Mas o Presidente da República não tinha a faculdade de dissolver o Congresso e recorrer às eleições para aferir a opinião pública, como ocorre nos países da Europa, onde o parlamentarismo predomina.

Após um período de completa instabilidade política,²⁶ em 1º de janeiro de 1963, com 9 milhões de votos, João Goulart recuperou os poderes constitucionais como Presidente da República.

“O novo governo só então começa a sua atuação, levando adiante uma política popular e abrindo espaços para a articulação dos setores mais progressistas da sociedade. Isto fez com que os partidos de esquerda ganhassem maior expressividade, desequilibrando a tradicional relação de forças políticas. Nesse movimento verifica-se, de um lado, o avanço dos movimentos de massa que respaldam as reformas de base propostas, e, de outro, o esvaziamento da representatividade política da direita, que, temerosa com as possíveis conquistas sociais, deixa de lado a retórica e passa a usar o argumento da força, organizando-se de forma paramilitar.” (Dias, 1989, pp. 9 e 10)

Segundo Dreifuss (1987), os principais articuladores do golpe militar no Brasil foram essencialmente três instituições: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e Escola Superior de Guerra - ESG,²⁷ criadas separadamente e que, após a posse de João Goulart, uniram-se num único bloco de interesses com o objetivo de derrubar o modelo vigente e implantar o modelo multinacional e associado. Na verdade, os representantes das diversas instituições faziam parte de uma mesma fração de classe econômica. Eram empresários, militares, membros do IPES, do IBAD, ou da ESG, membros da UDN e deputados ou senadores “donos” das leis, dos grandes jornais, televisão ou rádio. Havia também professores universitários e reitores. Essa fração de classe possuía poderes econômicos e políticos suficientes para derrubar o modelo nacionalista populista vigente e para impedir o avanço das organizações populares (que representava uma ameaça, dentro da visão geopolítica adotada pelos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional).²⁸

²⁶ Na verdade, passou-se a viver uma profunda crise na sociedade brasileira, crise de ordem econômica e política. Segundo Gorender (1987), “Em 1962, a sensível queda do crescimento evidenciou que a economia brasileira entrava na fase de crise do ciclo. 1963 já seria um ano de crescimento praticamente nulo e, portanto, de queda do produto per capita. (...) A crise econômica de 1962-1965 foi a primeira crise cíclica nascida no processo interno do capitalismo brasileiro e revelou precisamente seu amadurecimento. A crise despertou especulações críticas com relação ao futuro da industrialização, porém, qualquer idéia de reversão à economia agro-exportadora estava superada”. (pp. 41,42)

²⁷ Para conhecer em detalhes a organização do IPES e IBAD consultar DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** 1987, op. cit. Para conhecer a ESG e a Doutrina de Segurança Nacional, consultar COMBLEIN, Joseph, **A Ideologia da Segurança Nacional, O Poder Militar na América Latina,** 1978, op. cit.

²⁸ A geopolítica definia o espaço político e a posição geográfica dos países que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional. O mundo estava dividido em dois blocos antagônicos: o Oriente Comunista e o

Algumas “personalidades” aparecem no cenário da crise como os principais impulsionadores da propaganda contra o governo do Presidente João Goulart: o jornalista e então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, da UDN; o governador de São Paulo, Ademar de Barros, do PSP; e representantes das camadas mais conservadoras daquele Estado. Claro estava que, no subterrâneo da crise, a direção do processo encontrava-se sob os encargos dos intelectuais do IPES/IBAD e da elite da ESG.

E finalmente o governo norte-americano, que em última instância era o principal interessado: foi quem assessorou a ESG; quem agiu disfarçadamente dentro do IBAD; quem financiou o IPES através dos empresários; quem fez a política de boicote econômico cortando os empréstimos, entre outros.

O governo catarinense (representado pelo Governador Celso Ramos) estava, desde 61, aliado a esse movimento golpista. Apesar de não aparecer publicamente, apoiou a ação dos diversos grupos existentes como o Círculo Operário, Opus Dei, a Tradição, Família e Propriedade - TFP, o IBAD e a Campanha da Mulher pela Democracia - Camde.

A Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC, assim como a imprensa local, uniram-se para combater os movimentos populares e perseguir suas lideranças políticas, com a finalidade de desestabilizar o governo federal e obter o consenso da sociedade civil para a consecução dos seus objetivos políticos, os quais resultariam no golpe militar.

Todos esses movimentos eram coordenados pelas principais forças golpistas. Assim, procuravam influenciar a população em geral contra os perigos de um possível governo progressista que estas forças conservadoras denominavam de “comunista” e que poderia exterminar a democracia, instalando em nosso país uma “República Sindicalista”. Os principais veículos de mobilização na época do golpe eram as rádios e os jornais, como *A Gazeta* e *O Estado*, de propriedade das mesmas elites golpistas.

Ocidente Capitalista. A geopolítica na América Latina trabalhava também com o conceito de ‘fronteiras ideológicas’, “um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação”. (Borges Filho, 1989, p. 64)

Das organizações mais importantes de direita e que participaram das articulações na época do pré-golpe, destacaram-se: o **IBAD**, que em Santa Catarina era representado pelo general Vieira da Rosa; **O Círculo Operário**, organização religiosa de formação sindical, também ligado ao **IBAD**; a **Camde**, coordenada por Dona Carolina Galotti, membro da Ala Feminina da UDN, e a **FIESC**²⁹

O ano de 1963 poderia ser também chamado “**o ano que não terminou**”³⁰, pois o conflito de classes era visível, com uma profunda crise de identidade. As organizações políticas tanto de direita quanto de esquerda evoluíram muito. Todavia, enquanto a direita conseguia direcionar seus objetivos, a esquerda se fragmentava, sem saber bem os rumos que desejava tomar. Não havia um partido com organização e clareza suficientes para enfrentar os desafios que apareceram naquele momento.³¹

²⁹ A pesquisa de Dreifuss demonstra claramente a articulação e inclusive direção de empresários filiados à Federação da Indústria de S. Paulo - FIESP ligados ao IPES. O autor denominou de “elite orgânica” participante do planejamento, execução e consumação do golpe militar. No caso de Santa Catarina, a pesquisa de Bárbara Giese deixa claro o apoio da FIESC. Não sabemos, entretanto, o nível de envolvimento dos empresários com o IPES.

³⁰ Esta é uma alusão ao livro de Zuenir Ventura, 1988, “**1968, o ano que não terminou**”.

³¹ Cada grupo acreditava na força do seu poder. Segundo Basbaum, Prestes, por exemplo, “acreditava que chegaria ao poder por via pacífica asenhoreando-se pouco a pouco da máquina do Estado”. Para entender melhor a crise e a fragmentação da esquerda no momento do golpe militar, consultar Leôncio Basbaum, **História Sincera da República**, Volume 4, Cap. V - De que lado está a esquerda? (1983, pp. 87-99). Jacob Gorender. **Combate nas Trevas**, 1987.

3. A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA ANTES DO GOLPE

O movimento estudantil³² ganha força em Santa Catarina após o Segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba no mês de março de 1962. Segundo Moretti,

“Ai foi aprofundada a crítica ao caráter arcaico e elitista das universidades brasileiras e ao formalismo de seus cursos, ao conteúdo de seus currículos totalmente distanciados dos problemas da grande maioria do povo; ao problema da cátedra vitalícia”. (1984: 81)

A luta dos estudantes nesta época concentrou-se na reivindicação por participação nos colegiados universitários em igualdade de posição com os professores e funcionários. Essa participação, no entendimento dos alunos, permitiria uma maior democratização da Universidade pública. No mesmo seminário, em Curitiba, os estudantes decidiram organizar a UNE-volante, uma caravana composta pela diretoria da UNE, pelo pessoal que dirigia politicamente a entidade e por membros do Centro Popular de Cultura (CPC), com o objetivo de percorrer todo o país na tentativa de desencadear um processo de conscientização entre os alunos.

A UNE-volante chegou a Florianópolis em março de 1962, trazendo a peça **“Miséria ao Alcance de Todos”**, organizada pelo Centro Popular de Cultura - CPC - e que foi proibida pela Secretaria de Segurança Pública, numa demonstração que, em Santa Catarina, não era necessário um golpe de Estado para que as vozes fossem silenciadas.

Desse movimento resultou uma greve, que os estudantes de Economia decretaram no dia 30 de março, em protesto pela nomeação do Professor Hamilton

³² No início da década de 60, a elite militar que comandava a Escola Superior de Guerra via com desconfiança o “desabrochar” destas novas forças políticas. Os Serviços de Informações trabalhavam intensivamente dentro da estratégia do “inimigo interno” identificando todo e qualquer elemento que exercesse alguma atividade de construção de novas identidades. Após o golpe militar de 1964 todas as forças foram desmobilizadas através do exílio, da prisão e até da morte de suas lideranças.

Caminha à revelia da Congregação da Faculdade. Estudantes das outras faculdades aderiram à greve.

“(...) oito dias depois, toda a Universidade que começava a funcionar naquele ano estava paralisada. (...) Dois meses depois, nova greve; tratava-se, agora, da chamada ‘greve de um terço’ que havia se alastrado pelo país todo, paralisando cerca de 90% dos estudantes. Durante a greve de um terço registraram-se inúmeras manifestações de protesto pelo Brasil, como a ocupação pelos acadêmicos cariocas do ministério da Educação, de onde só saíram com a intervenção da Polícia do Exército.” (Moretti, p. 82)

A presidência da UCE estava nesse momento com o jucista Francisco Mastela, da Terceira Força. A entidade realizou entre os dias 24 e 27 de setembro, o seu I Congresso Extraordinário. Entre os temas discutidos surgiu a questão da localização da Universidade, na qual os dois grupos de esquerda não chegaram a um consenso. O primeiro, da Terceira Força, com o apoio do Diretor da Faculdade de Filosofia, Desembargador Henrique da Silva Fontes, reivindicava a localização na Trindade. E o segundo, do Partido da Renovação Acadêmica, desejava que a mesma continuasse no Centro. Após um mês de campanha, o Conselho Universitário aprovou, por maioria de votos, a transferência da Universidade. (idem, p. 83)

Outra frente importante de luta dos universitários na batalha da democratização da Universidade foi a organização, pelos estudantes, dos trabalhos de educação popular a serem realizados na periferia da cidade e na própria sede da UCE, para meninos trabalhadores (engraxates, jornaleiros, biscateiros...). As aulas eram ministradas no período noturno.

Em abril de 1963, a UCE foi sede do I Seminário Sul Brasileiro de Alfabetização de Adultos, promovido pela União Nacional de Estudantes - UNE e União Estadual de Estudantes - UEE, com a presença do professor Paulo Freire. Foi no contexto do Seminário que deflagrou-se a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos.

“A campanha, contou com apoio federal e fazia parte do Movimento Popular de Cultura, promovido pelo então Ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso.” (Idem, p. 84)

Naquele mesmo ano, em novembro, a UCE assinou um convênio com o MEC para administrar cursos nas colônias de pescadores do litoral catarinense, visando à alfabetização de oito mil adultos. (idem, p. 85) Este trabalho esteve ligado à organização das cooperativas de pescadores, já mencionadas, coordenadas pelo então deputado Paulo S. Wright, destacando-se em Florianópolis as comunidades de Armação e Pântano do Sul.

Como diz o Pe. Edgar, a UNE trabalhou lado a lado com as organizações da Ação Católica.

Os CPCs da UNE produziram material escrito, discos e gravações. Nas reuniões estaduais convidava-se a população para, no final de semana, assistir às apresentações dos eventos culturais e políticos.

“Então, no Estreito, havia diversas sessões, o salão cheio. Todo o povo escutando, né, a situação política no Brasil, tudo a base de canto, de charge, de piada, de humorismo mesmo, de ridicularização da situação política do Brasil, e mentalizando e politizando o povo...” (6)

Moretti (1984) ressalta dois fatores que contribuíram para a ebulição estudantil no movimento popular:

“Em primeiro lugar, a união dos setores populares na Frente Operário-Estudantil-Popular de Santa Catarina³³ (...) Em segundo lugar, o amadurecimento da militância dos estudantes e o empenho destes junto às lutas populares.” (p. 85, grifo nosso)

A Frente Operário-Camponesa-Estudantil Popular de Santa Catarina era composta por organizações da sociedade civil ligadas ao movimento estudantil e ao movimento operário, expressando-se principalmente através do movimento universitário e secundarista, a UCE e a UCES, e da organização dos pescadores. Em nível de partido congregava membros do PCB, do PTB e da AP.

No Estado, esta Frente teve muitas vezes caráter reivindicatório, como a luta contra o aumento das passagens de ônibus. Algumas vezes assumiu caráter político, como foi o caso do movimento pela legalidade e o movimento de resistência ao golpe militar.

³³ Segundo Annamaria Beck, (1) o nome correto da Frente é: **Frente Operário-Camponesa-Estudantil Popular de Santa Catarina**. O camponês era representado pelos pescadores.

O Movimento Nacionalista, por sua vez, já tinha caráter mais amplo, abrangendo outras camadas sociais. Com sede no Rio de Janeiro, reunia civis e militares, e era ligado à Frente Parlamentar Nacionalista. A Frente-Operário-Camponesa-Estudantil e o Movimento Nacionalista muitas vezes agiram conjuntamente. Dado ao restrito número de militantes, muitas pessoas participaram das duas organizações ao mesmo tempo. Em 1963, o Movimento Nacionalista abarcou praticamente todo o movimento social.

De acordo com Nésio J. Pereira (15), o embrião do Movimento Nacionalista já vinha de muitas lutas: o movimento de “O petróleo é nosso”; a campanha para eleger o General Lott; e a Campanha pela Legalidade.

Foi o Movimento Nacionalista, com participação da Frente Operário-Camponesa-Estudantil que, em 1963, agilizou o movimento pelas **reformas de base**, o qual incluíra questões relativas a assuntos como, agricultura, educação, saúde, recuperação salarial e controle da inflação.

No entanto, sem dúvida, foi a luta constante desse Movimento contra o golpe militar que marcou sua existência.

Essas organizações tiveram grande importância para a militância política de Santa Catarina, dado o nível de mobilização popular que conseguiram. Entre as pessoas que tiveram ampla participação neste período, destacam-se Mário Bastos, José do Patrocínio Galotti, Fernando Pereira, o “Cláudio” e o ex-deputado Evilásio Caon, Manoel Alves Ribeiro - Mimo, Nésio Jacques Pereira e outros.

Houve também uma tentativa de organização armada do “**Grupo dos Onze**”, um movimento de civis, que começou a ser organizado em 1963, liderado pelo então Deputado Federal Leonel Brizola. Esse grupo teve suas primeiras células no Rio Grande do Sul, recebendo o apoio das forças que participaram do movimento da legalidade, espalhando-se a seguir pelo Brasil. Em Santa Catarina, teve maior aceitação no sul do Estado. A organização e a estratégia do grupo pareciam ambíguas. Ao mesmo tempo em que apresentava um caráter legal, sendo divulgado por rádios, era também semiclandestino, com objetivos paramilitares. Aqui em Santa Catarina, segundo alguns entrevistados, o grupo não esteve armado.

Finalmente, podemos concluir que, de acordo com as entrevistas realizadas, alguns importantes dirigentes políticos da época, principalmente Leonel Brizola e integrantes do próprio PCB, “apostavam” na divisão das Forças Armadas para resistir ao golpe. Contavam, para tanto, com o “Grupo dos Onze” como força civil organizada.

4. OS DIAS QUE ANTECEDERAM AO GOLPE EM SANTA CATARINA

Enquanto grupos opositores ao governo João Goulart incitavam a opinião pública a favor do golpe, como já foi mencionado, outros que apoiavam o governo Goulart tentaram impedir tal processo, como disse Nésio Jack Pereira:

“No dia 30 de março de 1964, estávamos na rua, os funcionários públicos naquela época não tinham muita organização como hoje. A organização era feita praticamente de operários e estudantes. O Sindicato da Construção Civil era o mais forte e liderava o movimento sindical. Quem estava na direção política era o PCB.” (15)

O Seu Mimo também registrou esse importante acontecimento ocorrido na capital catarinense.³⁴

“Nas vésperas do golpe militar, foi programado um comício pelas reformas, que iniciou por uma passeata a partir do Diretório Estudantil, à rua Álvaro de Carvalho, encaminhou-se para a Praça XV, em frente ao Palácio. Sabendo que a polícia ia intervir, os manifestantes espalharam no calçamento rolhas de garrafas e bolinhas de vidro, temendo o arremesso da cavalaria. O que de fato ocorreu mas muitos cavaleiros foram parar no hospital. O povo foi dispersado a bala, mas a polícia atirava para o ar quebrando quase todos os globos de luz do jardim. Sob imenso tiroteio, o povo foi dispersado através das ruas confluentes da praça.” (1989? p. 172)³⁵

A ausência de comunicação gerava, entre os militantes, um clima profundamente instável. Conhecia-se a posição da Marinha, que já vinha desde o período de Getúlio apoiando o golpe. Todavia, a posição do Exército era ambígua. Por isso, segundo Nésio, organizou-se uma comissão composta de algumas personalidades importantes, como o ex-deputado Evilásio Caon, José do Patrocínio Galotti, um líder estudantil e outros, para ir ao 14º BC (Batalhão de Caçadores). O comandante disse que

³⁴ Segundo Annamaria Beck, houveram muitas manifestações nos dias que antecederam ao golpe com grande participação com grande participação popular diferindo, substancialmente das manifestações atuais, onde a classe média é predominante.

³⁵ O livro foi impresso sem data. O Sr. Francisco Pereira, que escreveu o prefácio, informou-me a data.

apoiava Goulart e que apenas aguardava uma ordem para reagir ao golpe. A ordem não veio, e o mesmo foi transferido para a reserva no dia 31 de março.

Há a hipótese de ter havido uma tentativa de reforço às tropas vindas do Rio Grande do Sul que se preparavam para impedir o golpe, feita através do comandante da Polícia Militar de Chapecó, o Capitão Neri Clito Vieira, que na época era militante do PSB.³⁶ Em consequência dessa acusação e de outras já registradas nos Órgãos de Segurança, o capitão Vieira foi preso em 2 de abril de 1964, em Chapecó, e trazido para Florianópolis.

³⁶ Conforme consta das folhas de acusação do seu IPM, conseguiu provar sua inocência. O coronel Vieira em entrevista, não confirmou sua participação. Limitando-se a declarar que passou muitos anos lutando para reconquistar seus direitos na Polícia Militar.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO CONTRADITÓRIO DA COERÇÃO E DA RESISTÊNCIA

Vou fazer da minha vida um carnaval
Vestir de renda a tristeza
Enrouquecer de poesia
De azul colorir meu mal
Vou pintar na minha cara
a vermelhão
Um sorriso contente que reflita
nas poças do céu
mais esta ilusão...

(Tanira Piacentini, 1973). (17)

1. EDUCAÇÃO: COERÇÃO E RESISTÊNCIA

Considerando as características do Estado brasileiro no período compreendido por esta pesquisa, será necessário buscar no próprio conceito de educação a explicação do movimento coerção/resistência que permeou o cotidiano dos catarinenses após o golpe militar. Nesse sentido, torna-se necessário discutir o que é educação.³⁷

Para Gramsci, é preciso compreender a educação além dos muros escolares.

“Esta relação pedagógica (AOS) existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos do Exército. Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica.” (1989, p. 37)

A educação nesse sentido, é produzida no próprio processo de construção de um determinado modelo econômico, político e social, através das diversas formas de produção da existência humana - em que se destaca o trabalho, isto é, as relações de produção de determinada sociedade como princípio educativo fundamental. É também forjada pelo Estado através de seus aparelhos repressivos (como as Forças Armadas e o Poder Judiciário) e por suas estruturas ideológicas (como a Igreja, a Escola, a Imprensa, os Sindicatos e outros). O mecanismo pedagógico frequentemente utilizado é a disciplina, que impõe exigência à obediência e que pode resultar no medo e na alienação.

Considerando o ponto de vista dialético, educação também pode significar ruptura do saber alienado e confronto com a ordem estabelecida. Este conceito dialético de educação é encontrado em diversos trabalhos de Gramsci, que enfatiza a necessidade de uma “reforma intelectual e moral”, ou seja, a necessária superação do senso comum, para se construir, em decorrência, uma nova hegemonia.

³⁷ Educar - raiz latina dux, ducis (guia, chefe), de onde ducere conduzir, comandar, e os compostos educere (conduzir para fora de) e educare (criar homens ou animais -, formar, instruir). A etimologia sugere que educar consiste em fazer com que a criança saia do seu estado primitivo, quer em fazer dela (tornar acto) o que possui virtualmente. Acontece o mesmo com o alemão, ziehen, igual a puxar. Formar pela educação, dirigir a formação moral e intelectual de um homem (Paul Fouquié. Dicionário da língua pedagógica).

Em Paulo Freire, encontramos esse conceito na relação pedagógica educador/educando, onde o educador busca no confronto do saber sistematizado e do saber encontrado no “senso comum”, ou consciência ingênua, a construção de um outro saber, ou seja, a ruptura da consciência ingênua para o máximo de consciência possível. A construção dessa nova visão de mundo constituirá o alicerce da futura transformação social. Paulo Freire busca na própria etimologia da palavra educação o seu verdadeiro sentido: “educar, tornar ato o que possui virtualmente, puxar”.³⁸

Inserimos nosso objeto de estudo nestes conceitos mais abrangentes sobre educação.

Vista assim, a educação disciplinar não é estática, acabada. Os indivíduos resistem, lutam e se contrapõem à coerção, movimentando-se em direção a uma outra visão de mundo e sociedade. E é nesse próprio movimento de confronto das vozes que se calam, e outras que emergem da escuridão do silêncio resistindo, que trabalhamos as categorias centrais do nosso objeto de estudo.

Nos dicionários, coerção é entendida como repressão.³⁹ Basicamente, neste estudo, coerção é sobretudo violentar, oprimir, vexar, tyrannizar; impedir pela ameaça ou pelo castigo, proibir, impor o silêncio. A coerção do Estado (Estado entendido no seu sentido amplo) efetivamente exerceu seu poder educativo sobre os indivíduos: disciplinando, amedrontando com seus mecanismos de guerra psicológica, criando o pânico e o terror, alienando, isolando, censurando, exilando e conseqüentemente gerando o silêncio.⁴⁰

Por outro lado, resistir pode ter os seguintes significados:

³⁸ Tanto a proposição educacional de Gramsci quanto a de Paulo Freire, representaram movimentos de resistência à opressão do Estado. O modo como operaram essa resistência não é a questão neste momento. O que queremos enfatizar são os movimentos de contraposição a uma ordem opressora com vistas à construção de uma sociedade mais justa. Estas formas de educação permeadas por inúmeras teorias revolucionárias, foram encontradas em diversos segmentos da sociedade civil como por exemplo, a Igreja, Organização dos Advogados do Brasil - OAB, o Movimento Estudantil e os partidos de esquerda ou progressistas.

³⁹ Reprimir: 1. Sustar a ação ou o movimento de, conter, reter, moderar, coibir, refrear, represar; 2. Não manifestar, ocultar, disfarçar, dissimular; 3. violentar, oprimir, vexar, tyrannizar; 4. Impedir pela ameaça ou pelo castigo, proibir; 5. castigar, punir; 6. Conter-se, moderar-se, refrear-se. (Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1986, p. 1490)

⁴⁰ Silêncio entendido como inibição da palavra.

1) ato ou efeito de resistir. Força que se opõe a outra, que não cede a outra, força que defende um organismo do desgaste, luta em defesa, oposição em reação a uma força opressora; vigor moral, ânimo; força que se opõe ao movimento de um sistema... (Novo Dicionário Aurélio, p. 1445).

2) Na linguagem histórico-política designam-se, sob o termo resistência, entendida em seu significado estrito, todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, contra a ocupação alemã e italiana; e ainda a resistência que nasce em toda a parte, como fenômeno espontâneo, de um ato voluntário ou da conscientização de indivíduos e pequenos grupos, dispostos a rebelar-se e a não aceitar a ocupação. (Bobbio, Mattenci e Pasquino, 1983. Dicionário de Política, p. 1114)

Neste estudo, os termos mais significativos para entendermos a resistência vivida durante o período autoritário militar são: luta em defesa da cidadania, oposição em reação a uma força opressora e todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva. A resistência nasce como fenômeno espontâneo, de um ato voluntário ou da conscientização de indivíduos ou pequenos grupos, na luta incessante contra o regime autoritário militar. Para muitos, significou também a tentativa de construção de um outro tipo de sociedade em que os indivíduos pudessem exercer seus plenos direitos de cidadania. Por outro lado, quando todos os caminhos foram fechados, buscou-se na microrresistência formas silenciosas de dizer ou lutar pela preservação da própria vida.

Resistir foi encontrar, nas diversas formas de oposição ao Estado, uma outra forma de educação que não significasse sujeição.

1.1. A pedagogia do silêncio

Primeiro, é preciso entender o que é silêncio. Como diz Eni P. Orlandi,

“O silêncio (...) não é transparente, ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar. (...) O silêncio não fala, ele significa. É pois inútil traduzir o silêncio em palavras (...) O silêncio não significa

ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso.” (1992, p. 105)

O golpe militar reforçou o silêncio na sociedade brasileira, que manifestou-se nos grupos sociais de várias formas:

- 1) O silêncio que coopera, que concorda com a opressão.
- 2) O silêncio produzido pelo medo. A fuga, o se “adequar” às regras do jogo, mesmo não concordando com elas. “Não me comprometa”, “eu não sou culpado”.
- 3) O silêncio alienante, a cortina, o barulho feito do fetiche de palavras vazias. O Brasil lindo, “prá frente Brasil do meu coração”. O silêncio que educa para calar. A censura que foi interiorizada. A verdade que foi negada. O desconhecimento da história. A fuga para outras formas de vivências.
- 4) O silêncio que busca resistir.

Todos esses silêncios foram provocados pela censura. Censura significou, para alguns grupos sociais, a interdição da palavra e do movimento.

“(...) A censura sempre coloca um 'outro' na jogada. Ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de 'um' e do dizer do 'outro'. É sempre em relação a um discurso outro - que, na censura, terá a função do limite - que um sujeito será ou não autorizado a dizer.” (Orlandi, 1992, p. 108)

O aspecto fundamental da censura é que:

“submetido a ela, o sujeito não pode dizer o que sabe ou que se supõe que ele saiba (...) O silêncio da censura não significa ausência de informação mas interdição. Nesse caso, não há coincidência entre não dizer e não saber.(...) Isto nos leva a afirmar que a censura funciona não em nível de informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos, assim como sobre os processos de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos. Ela impede o trabalho histórico dos sentidos.” (Orlandi, 1992, p. 110)

O Estado, através de suas organizações repressivas, nega ao indivíduo sua identidade individual e coletiva através da interdição da palavra e do lugar social ocupado por ele. O sindicato não pode organizar, o advogado não pode defender e o jornalista não pode escrever o que pensa. A tentativa desse tipo de Estado é, através da censura (a forma mais efetiva de coerção), desmobilizar e desestabilizar os sujeitos.

Silenciá-los. Todos os Atos Institucionais e Decretos foram tentativas de impor o silêncio. Era a política do silêncio determinando o dizer e o não dizer.

“A censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. A censura (...) remete à responsabilidade do sujeito (autor) quanto ao que ele diz. A censura intervém assim na relação do indivíduo com sua identidade social e com o Estado.” (Orlandi, Eni, 1992, pp. 107 a 110)

Muitos entrevistados relataram os efeitos provocados pela censura: nos cuidados ao falar, nas mudanças da linguagem substituindo palavras para não ser identificado (“hospital” e “cair”, por exemplo, para significar prisão), no esconder da família suas verdadeiras atividades..., nas letras de músicas dizendo de outras formas ...

“Por medo, já havíamos introjetado a censura, isto é, cada um experimentava, na sua própria intimidade, os limites do dizer.” (Orlandi, 1992, p. 117)

Durante todo o período do exercício da violência pelo Estado Autoritário, nunca deixou de existir resistência. Mesmo nos momentos em que resistir poderia significar a morte.

*“Um dia me apertaram com muitos choques, mas eu trabalhei com eletricidade e tinha noção de choque... aí eu simulei um desmaio. Eles tinham matado Wladimir Herzog e o metalúrgico Fiel lá em São Paulo... Fizeram muita massagem, o Lúcio ficou apurado, ele era responsável pelo inquérito, me abraçou. ‘Não, a gente não quer fazer isso mas a gente quer te interrogar. Você fica olhando pra nossa cara e rindo’. Aí eu já fui tomando nojo dele, eles prestavam um trabalho tão triste ao Estado.
(...) Eu senti desprezo. Eles estavam interrogando... e eu ficava olhando prá ele, não tinha que dizer nada mesmo, porque prá polícia não adianta dizer nada mesmo... E ele disse que eu ficava rindo e que se irritava com isso.” (4)*

Nesse caso, a resistência se expressou no sorriso...

Os indivíduos cerceados, sufocados na sua identidade, no seu direito de expressão, buscavam outras formas de dizer que não eram perceptíveis aos censores do Estado Autoritário. Uma linguagem que era entendida somente por aqueles que desejavam resistir. Muitas formas criativas e variadas foram inventadas. Essa rebeldia expressou-se principalmente através das músicas e das missas em que os salmos traduziam mensagens proibidas. Pode-se censurar Jesus Cristo?

Dessa forma, “os autores exercem a resistência dizendo o ‘mesmo’ (o que é permitido) para dizer, no entanto, efetivamente ‘outra’ coisa (o que é proibido).” (Orlandi, 1990, p. 111)

Essa seria a voz oblíqua descrita por O'Donnell.⁴¹ Para este autor, esse tipo de comunicação implicava sempre algum risco.

“(...) Tais sinais tinham grande importância emocional e cognitiva, como a oportunidade de perceber que cada um ou uma não estava inteiramente sozinho em sua oposição ao regime. Esse resíduo de voz, a oblíqua, não verbal, que ainda podia ser exercitada quando todas as outras formas de vozes estavam suprimidas, constituía o limite intransponível para a violência do agressor.” (O'Donnell, 1986, p. 113)

Para Guillermo O'Donnell, esse tipo de linguagem manifestou-se na Argentina através da troca de olhares rápidos nas ruas e outros espaços públicos; bater palmas com excessivo entusiasmo diante das autoridades públicas; e comparecer a recitais de cantores e músicos sabidamente contrários ao regime.

No caso brasileiro, uma manifestação típica de voz oblíqua foi utilizada através da música. O seu principal expoente foi o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, que tentava driblar a censura falando o que era permitido para dizer o que era proibido. O importante é que estabelecia uma comunicação com os opositores ao regime. Exemplo clássico é a música “Apesar de você”, que foi liberada pela censura por terem acreditado que era dedicada a uma mulher. A letra denuncia a amargura do povo imposta

⁴¹ Segundo Guillermo O'Donnell, numa sociedade democrática, identificamos várias formas de comunicação entre os indivíduos, que são responsáveis pela construção de identidades coletivas. Dentre estas formas existem aquelas que são estritamente políticas, denominadas pelo autor de voz vertical ou voz horizontal.

A voz vertical é aquela dirigida “ao alto” por clientes ou cidadãos, endereçada a gerentes ou governantes. O modo mais importante de voz vertical é o coletivo, quando grupos de pessoas saem às ruas para expressar suas queixas ou reivindicações. Podemos exemplificar com as lutas pelas reformas de base no período pré-64. Ou, mas recentemente (1992), com a luta dos aposentados pelo pagamento dos 147% de reajuste salarial.

A voz horizontal é aquela que permite a formação de identidades coletivas. “Tal identidade significa que nós não só compartilhamos de algumas idéias básicas (...) mas também que temos algum ideal em comum”. Durante os regimes militares sul-americanos, exercer o direito de voz vertical ou voz horizontal era correr perigo de vida. Ser preso, seqüestrado, morto. Por isso, muitos indivíduos, temendo represálias do regime por suas atividades anteriores, optaram pelo exílio. A alternativa da maioria foi escolher o próprio silêncio como forma de resistência. É esse silêncio permeado de sentidos que o autor chamou de voz oblíqua. (1986, pp. 100 a 105)

pelo regime militar, mas profetiza seu fim. A censura não entendeu a mensagem, mas os grupos resistentes sim, tornando a música quase que um “hino de protesto”.

As formas de resistência popular mais frequentes, traduzidas nessa voz oblíqua, foram vividas intensamente no interior do Movimento de Música Popular Brasileira - MPB. Aconteceram grandes encontros musicais, em que, como diz Orlandi, “a emoção política significava fortemente os seus muitos e variados sentidos.” (1992, p. 120)

Outros exemplos de voz oblíqua observados foram: o voto nulo, as missas silenciosas, os espaços em branco nos jornais ou ocupados por “receitas de bolo” ou poemas, indicando sutilmente as notícias censuradas, além de outras formas de microrresistência que alguns grupos encontraram para se rebelar.

No caso deste estudo, a voz oblíqua também aparece em várias situações. Através da solidariedade, visível em vários momentos das entrevistas, como a organização dos vizinhos e amigos de Eglé Malheiros, quando foi presa. Pelas rezas, formas silenciosas impregnadas de medo - manifestação utilizada pelo grupo de mulheres que rezava em Içara, na ocasião em que Derlei de Lucca foi presa em São Paulo. Através das missas frequentemente celebradas, ou ainda através das greves de fome, ato de extrema rebeldia utilizado muitas vezes por presos políticos, e que foi também uma forma de resistência para os catarinenses durante a Operação Barriga Verde.

Os festivais, as peças de teatro, as concentrações silenciosas organizadas pela Pastoral da Juventude foram outras manifestações de voz oblíqua.

Uma outra forma de manifestação de voz oblíqua:

O som, o sal, a sede
Em ondas de sol tateiam portas paredes
A mensagem truncada, a palavra cega
O relógio em ponto, o minuto errado
o caminho incerto, o momento não decodificado

Decodificado torto
Decodificado morto

As ondas de sal continham saudade
As ondas de som trouxeram o mar
O tempo de sede atravessa a garganta
a verdade no sol não foi decodificada.
Decodificado torto

Decodificado morto

A mensagem no campo - a revolta
A palavra na volta - a colheita
O relógio em ponto, o minuto exato
O momento em tempo de vida decodificada

Decodificado
Decodificado

Tanira Piacentini

(1972, 2º Festival Universitário Catarinense de Canção - 2º lugar) (17)

O grupo que dominava o Estado tem o poder de força e a direção ideológica, mas, em todos os momentos, mesmo de forma silenciosa, a resistência esteve presente. E foi através dos múltiplos embriões de resistência, germinados pelo país, que se ergueram corajosamente os grandes movimentos sociais, que propiciaram pelo menos o “abrandamento” dos efeitos da violência provocada pelo Estado Autoritário.

A Pedagogia do Silêncio é este confrontar constante entre a coerção e a resistência. É o movimento dialético entre o dizer e o não dizer ou dizer de outras formas.

2. As Falas do Silêncio: O Exílio

“É uma ilusão sempre nutrida pelos vencedores ou dominadores aquela de pensar que conseguirão apropriar-se por inteiro da memória coletiva dos vencidos ou dominados ou silenciá-la totalmente (...) Até porque o dominador se esquece de que numa sociedade de classe em definição como a nossa ‘há sempre um dia depois do outro’ mesmo que seja longa a noite entre eles.” (SILVA, Werneck, 1986:9)

Identifiquei, nas falas dos entrevistados, as lembranças do exílio vivido, e as várias formas de expressão da coerção e de resistência. Destaco entre elas algumas que considero significativas para este trabalho, tais como: o exílio como sinônimo de resistência; solidariedade, expressão de resistência; as perdas sociais dos anos de silêncio; as perdas individuais.

2.1. O exílio como sinônimo de resistência

O que é exílio? Nos dicionários: exilar, v.t. Expulsar da pátria; expatriar, desterrar; expulsar de casa. Exílio significa: expatriação forçada ou voluntária; degredo, desterro, o lugar onde reside o exilado. (fig.) lugar desagradável de habitar.

O Estado exilou os indivíduos, expulsou-os da pátria ou do seu lugar, impedindo que exercessem suas identidades. Os indivíduos e parte da sociedade viveram o exílio. Exilar, como silenciar, tem muitos significados, não se define somente através de palavras. Foi a vida de cada um, vivida em diferentes lugares, que caracterizou o exílio.

Muitos foram exilados sem saber. Muitos cantavam, rezavam e viviam felizes.

O exílio interno caracterizou-se: pelas inúmeras mudanças de lugar, pela perda do trabalho, pela perda da identidade....

Como diz Nésio:

“(...) Cheguei à conclusão que não podia ficar em Florianópolis. Mas como eu tinha uma casa de praia no Rancho de Canoa (...), disse: ‘Maria, vamos fazer o seguinte: Nós vamos prá S. José, colocar uma banca, porque em S. José não tem banca’. Fomos, e conseguimos alugar uma porta de um prédio recém-construído. Telefonaram para o dono do prédio que eu ia montar uma livraria e ia vender livros subversivos. Ficaram sabendo. Setembrino, o dono do prédio que me alugou a sala, foi honesto, disse que já tinha assumido compromisso comigo. Ai minha mulher ficou trabalhando lá. Eu vim aqui, peguei revistas e tal.

(...) Meu julgamento foi no fim de 68, eu ia todos os meses a Curitiba para depor. Quando um dia eu fui a Curitiba meu advogado falou: ‘Olha Nésio, tem uma coisa aí, tu é cabeça de processo, tu vai ser condenado, os rapazes vão ser absolvidos. Tu vai a auditoria um dia...’ Ai eu disse eu vou pensar.

(...) Vim prá Florianópolis... Bem, eu vou preparar a minha mudança, eu disse prá ele... Tomei a condução, peguei um pouco da minha bagagem... Ai um mês antes do julgamento, a minha senhora foi comigo a Curitiba, tinha uma senhora conhecida que era diretora de um colégio do grupo, falou com a mulher prá matricular meu guri, né? Inverno bravo quando chegamos lá, vendi a livraria, vendi de graça, até hoje não me pagaram... recebi uns trocados só de entrada...” (15)

Como expressa bem a fala de C.M.P.:

“Quando intervieram no Sindicato eu fiquei desempregado e não consegui mais emprego em lugar nenhum. Na época, quem tinha a mesma atividade que eu e outros colegas, ...quando chegávamos numa empresa, eles levavam um susto, era proibido... ‘nós éramos cabras marcados prá morrer de fome’.

(...) então eu arrumei um emprego no Paraná, em Monte Alegre. Eu tinha um tio que era capataz em Monte Alegre, mina de carvão que era o que eu entendia. Eu tava com tudo pronto prá ir, aí o meu tio me escreve e diz: Olha, não vem que o Jaci Freta já ligou aqui pros diretores e teu emprego aqui já tá fechado também. Jaci Freta é hoje o superintendente da CSN. E aí também acabou o meu emprego. Mais uma frustração. Isso que eu já tinha perdido o emprego em 66 na Carbonífera Próspera. Quando ganhamos a eleição do sindicato e eu perdi o emprego, quando deu a apuração da urna, no outro dia eu já fui mandado embora. Eu estava com minha mulher grávida. Chorou muito.

(...) Eu nem sabia o que era, nunca tinha feito um seguro para mim. Ai me colocaram, eu não tinha opção. Deram-me uma funçãozinha mais ou menos e fui prá Chapecó. Fui vender seguros em Chapecó. Eu não conhecia seguros, muito menos Chapecó. Acabei aprendendo, e era uma forma de manter a minha convivência, trabalhando como autônomo. Fiquei em Chapecó um ano.” (4)

Como nos lembra Derlei:

“(...) A fuga para o Paraná foi assim (...) Ai foi entreguismo mesmo. Tinham passado na minha casa o Betinho, ...Meloni, o Márcio que é um engenheiro da Bahia, a mulher do Márcio. Todo pessoal que saía do Brasil passava na minha casa. Éramos nós que dávamos os caminhos para sair. Esse Márcio foi preso e entregou a minha casa. Ele diz

que Derley estava morando em Londrina no endereço tal. Ai o Exército 'caiu'. Chegaram assim, cercaram a casa, foi um horror. Só que eu não usava o nome de Derley. Eu tinha casado, bonitinho no civil, como Maria Luiza Vitalli e eles chegaram procurando a Derley e encontraram O.C. com documentos legais casado com Maria Luiza Vitali, com um filho pequeno que estava registrado e filho de Maria L. Vitali. Ai eles ainda disseram assim prá mim: A senhora sabia que seu marido tinha uma amante? Derley Catarina de Lucca. E levaram meu marido prá explicar onde estava esta tal Derley.

(...) Fiz uma maletinha de roupa prá meu filho e eu sai de casa em seguida. Eu sai, e fiz a coisa mais dolorosa da minha vida, que me custou todo meu equilibrio emocional, tudo que eu não superei até hoje. Deixei literalmente meu filho na porta de um hospital. Ai eu me destruí. Porque eu fiquei dois anos e meio sem ver o meu filho, sem saber onde estava meu filho, sem saber se estava vivo ou morto, sem saber nada. Isso era em 72. Deixo meu filho ali e vou pro Rio de Janeiro, pedindo carona. Cheguei no Rio de Janeiro, passei fome, dormi em casa de prostituição. As prostitutas me deram roupas para vestir. Arrumei emprego de empregada doméstica, completamente desligada da organização, porque estava caindo todo mundo aqui. Lá no Rio de Janeiro, eu trabalhei numa casa (foi o ano da grande repressão), caiu todo mundo.” (5)

O exílio interno significou também: não poder falar com os vizinhos, não poder visitar os parentes, não vir para a festa do Natal, não poder ler um livro fora do padrão, não poder namorar como qualquer jovem de sua idade aos 20 anos.

Vivia-se o medo da prisão, o exílio real. A morte ou a quase morte. Resistia-se para sobreviver. Como diz Nésio “Eu comecei a inventar”. Este entrevistado procurou colocar uma banca de revistas na praça, foi-lhe negado, alugou a porta de um prédio para colocar uma livraria, alguém ligou para o dono, dizendo que ele era subversivo. Depois de algum tempo, foi obrigado a vender a livraria para não ser preso. Foi para Curitiba organizar a resistência. Voltou para Santa Catarina para ajudar na campanha do “voto nulo”, em 70, e na Campanha da Anistia, em 75. Retornou em 1980 a Santa Catarina e colaborou na fundação do Partido dos Trabalhadores. Apesar de ter sido considerado “morto contábil” e sua mulher receber pensão de viúva, Nésio continuou vivendo e resistindo.

Observa-se que, embora os indivíduos fossem obrigados a esconder-se e a silenciar, de alguma forma, continuaram resistindo, lutando por sua sobrevivência e a sobrevivência do ideal maior e imediato: derrubar o Estado Autoritário. O Estado conseguiu usurpar seus direitos de cidadania. Para alguns, o Estado teve o cinismo de promulgar uma lei que os considerou “mortos contábeis” - as mulheres eram consideradas viúvas e recebiam pensão. Não podiam ser candidatos a cargos políticos e não podiam

concorrer a concursos públicos. Inclusive, para alugar um apartamento, era preciso não ter ficha no DOPS. Quando candidatos a qualquer função na iniciativa privada, precisavam do “atestado de bons antecedentes”. Com ficha no DOPS era impossível conseguir emprego. Muitas vezes nem precisavam fazer a ficha, a informação já vinha de longe: “Não empregue, é um subversivo”. Tal fato é ilustrado no caso de C.M.P.: “éramos cabras marcados para morrer de fome”. E cita um exemplo de troca de informações telefônicas entre mineradores, que não lhe permitiu conseguir trabalho em nenhum lugar na região de Criciúma. Ficou sem emprego e foi vender seguros. Um combatente, sindicalista mineiro de Criciúma, transformou-se em vendedor de seguros. E sobreviveu.

Em todos os casos citados, é claro que o Estado conseguiu silenciá-los por algum tempo, mas a chama sempre ressurgia. Como brasas em meio às cinzas, vinha um vento, e o fogo aparecia em outro lugar.

O caso da Derley também retrata a sua capacidade de resistir. Saiu de Florianópolis em 1968 para viver clandestinamente em Curitiba. Foi trabalhar numa fábrica com o objetivo de “organizar a produção”. Disse que o silêncio era completo. Distribuía folhetos na “calada da noite” ou nas madrugadas geladas, escondida, para ninguém saber quem os colocava. Foi para São Paulo, trabalhar na organização do partido clandestino. Quis viver como uma jovem de 20 anos e não pôde. Foi presa quando descumpria uma regra da organização: tomando guaraná com outro jovem num bar no centro de São Paulo, num domingo às oito horas da noite.

Viajou para a Bahia e trabalhou mais uma vez na infra-estrutura do partido. Voltou para Londrina casada, com outra identidade, e foi denunciada por um companheiro de partido. Despistou a polícia e conseguiu não ser presa mas, desesperada, deixou o filho num hospital.

Seguiu de “carona” para o Rio de Janeiro, dormiu na casa de prostitutas que a ajudaram, dando-lhe roupas. Trabalhou de empregada doméstica. Fugiu para o Chile em 1972. Finalmente, depois de dois anos e meio, pôde rever seu filho, quando o próprio governo cubano montou uma operação, via Peru, para resgatá-lo através da ajuda de sua irmã. Seu exílio exigiu muito de si, mas o Estado não conseguiu destruí-la ou discipliná-la ao silêncio.

Há o exílio daqueles que nunca foram presos, mas tinham consciência da repressão. Há alguns que diziam a si mesmos: “Olhe, você não pode pensar, é perigoso” Há outros que diziam: “Cuidado, ele é um subversivo, tem idéias subversivas”. E o indivíduo era afastado, evitado. Há os que não sabiam, os que acreditavam na “bondade” dos governos militares, como alguns professores que rezavam felizes nas escolas a “Oração pelo Brasil”, e não enxergaram a realidade desse outro Brasil.

O exílio interno não pode ser entendido fora de todas essas dimensões que os indivíduos e a sociedade foram obrigados a suportar durante os anos de terror.

2.2. Solidariedade, expressão de resistência

Em todas as lutas humanas é a solidariedade o sustentáculo dos combatentes. Sem a solidariedade, durante o período autoritário, as pessoas não teriam sobrevivido. Como disse-me um dos entrevistados, “fomos cabras marcados para morrer de fome!” Não morreram porque foram ajudados por aqueles que, estando na “legalidade”, tinham condições de ajudar os que não estavam. As formas de solidariedade variaram e foram fundamentais para combater a chamada “cultura do medo”. Ao ser preso, uma das piores torturas era saber-se sozinho. Conhecedores disto, a forma mais utilizada pelos aparelhos repressivos era inculcar no preso o sentimento de abandono. “Você não tem advogado, ninguém sabe onde você está”. Ou mesmo estando fora, o sentimento de não ter ninguém, não ter amigos, desestabilizava e colocava o indivíduo fora de combate. Por isso, qualquer ajuda era fundamental. Além de suprir as necessidades individuais, como a casa e a comida, satisfazia esta outra fome do ser humano: o afeto, o sentimento de saber que não estava sozinho. A solidariedade misturou-se com a “voz oblíqua”. E fez parte do dia-a-dia dos exilados.

Derlei

“(...) Içara, que para mim é um exemplo deste aspecto, depois do AI-5 o pessoal se apavorou, não tocavam no meu nome. O padre Bernardo, que era o padre ali da Içara, juntava as velhinhas para rezar por mim. Mas era assim, dito baixinho, a minha mãe não sabia, e muito cuidadosamente. Ai elas iam pra Igreja, rezavam o terço, não citavam o meu nome.

Veja, tinha uma senhora, (...) ela fazia novena na casa dela. Ela convidava baixinho as pessoas que me conheciam, com medo, convidava uma, convidava outra e ficavam quinze minutos rezando por mim. O pessoal de Içara pra rezar, eles se escondiam. Eles não citavam o meu nome. O padre rezava permanentemente. Eles ficavam a semana inteira rezando por mim. Esse padre é vivo. A Quica também é viva. Fazia novena, fazia promessa, o diabo! Uma vez eu vi um caminhoneiro em S. Paulo e eu conversei com ele. Ai ele chegou lá na Prefeitura, rodeou, rodeou, e disse: ‘Eu vi a sua filha’. E foi embora. (...) As pessoas aprenderam a não falar, a não questionar, a não perguntar, eram solidárias. Mas às vezes até tinham medo de manifestar solidariedade. Eu sei porque quando eu sai, uma irmã do colégio ali de Içara, foi quem recolheu: roupas, dinheiro, até sabonete, calcinha essas coisas todas. Ela arrumou todas as coisas pra mim e disse: cada coisa foi pega numa casa. Mas, tem gente que não quer nem que tu saiba...” (5)

C.M.

“(...) Felizmente, eu encontrei uma pessoa que me ajudou muito. ... Me deu emprego numa firma de engenharia e eu tinha consciência que não tinha nada perfeito, que não tinha mais memória. E ele também, mas teve paciência comigo, não me cobrava...” (19)

N.J.P.

“(...) De 1964 a 1966, vivi de ajuda de companheiros.” (15)

C.M.P.

“(...) Os parentes, o povo ajudou muito, eu na primeira prisão que eu tive em 72, saiu uma lista no meio da classe operária de ajuda. (...) Eu fiquei sabendo lá da própria policia que muita gente que ia no sindicato chorava, criou um clima muito ruim pra eles. Aliás, foi muito diferente de 64...o povo ficava do lado de lá e batia palmas. E em 72 e 75, reverteu e o povo ficou contra as prisões em geral... até a classe média.” (4)

2.3. As perdas sociais dos anos de silêncio

A maioria dos entrevistados falou-me sobre as conseqüências da repressão para a sociedade, sempre no mesmo sentido, olhando para o passado e o presente, analisando os fatos. Alguns lembraram o passado de forma um tanto utópica, mas de maneira geral expressavam um significado de perda individual e coletiva. E creio que essa análise foi feita de uma forma muito real, muito consciente.

Derlei

“(...) O período da ditadura para o Brasil representa uma castração. Foi uma época em que realmente havia necessidade, para eles, de um controle militar. E acho que esse controle militar agora, não é mais necessário. Porque a televisão faz este papel para eles. O domínio ideológico é muito mais forte do que o domínio militar. E a Globo, no Brasil, cumpriu este papel, direitinho. Fez a cabeça. A geração de agora, é a geração da Xuxa, geração do Airton Sena... A alienação é completa.

A alienação substituiu a repressão. O controle ideológico é muito mais eficiente do que o controle militar. Você não consegue conversar com as novas gerações. Eles acham que estas coisas são coisas de filme. Tem aluno que acha (mesmo depois de você explicar a matéria) que os Estados Unidos ganhou a guerra do Vietnã!

(...) As pessoas só voltam a se organizar, a fazer alguma coisa mais pública, eu acho que a partir de 1983. Em 82 as pessoas ainda tinham medo. Ai em 82 teve a primeira eleição livre pra governador. Não, aqui teve greve antes de 82. Teve a greve dos ceramistas em 1979. Não sei se teve prisões. Só sei que pararam tudo.

(...) O pessoal começa a conversar depois da eleição direta para governador em 82. O pessoal tinha medo, tinha terror, porque sabiam da repressão. Aqui em Criciúma tinha gente que quando me via passar mudava de calçada, que era pra não se comprometer.”

(5)

Nésio

“(...) O silêncio foi maior depois de 1968. (...) As pessoas estavam apáticas, omissas. Achei omissão do povo. Surgiu a Arena e o MDB, as pessoas achavam que a opção era o MDB. Nós, em 70 fizemos campanha do voto nulo, vim aqui fazer campanha do voto nulo. O MDB e ARENA não tinham muita diferença, que era um... da ditadura. Tanto é que o presidente do MDB era um general, então não achávamos muita diferença. Embora tenha pessoas que optaram pelo MDB que eram boas... tinha uns companheiros que estavam lá...” (15)

C.M.

“(…) Não precisava nem haver a minha prisão, para percebermos que existe dois Brasis, o Brasil de 1964 e o Pós-64. O Brasil antes de 64 era um Brasil que pensava, que refletia, que analisava politicamente, fazia uma simbiose entre o homem político e o homem racional, físico. A metafísica era presente. Agora é que se está retomando aquilo que se tinha muito forte em 64. O regime militar em termos de catástrofe não pôde ser maior para a sociedade. O que os militares fizeram historicamente para o Brasil, até para a América Latina, eu penso que eles avaliam hoje, que eles embarcaram num barco furado, mesmo até porque eles não tinham consciência política como também o pessoal que resistiu ao golpe de 64 também não tinha.

Os militares não tinham consciência política de que estavam sendo instrumento de uma coisa que até mesmo eles negavam. Veja bem, que é um paradoxo, eles pregavam a liberdade e estavam sendo um agente do imperialismo internacional, de uma ordem que estava sendo implantada a nível arrasador na América Latina toda, ou seja, para todos aqueles a quem se nega a identidade. Eu fico mais triste, porque ainda hoje, eles não têm esta percepção. Pelo menos a nível macro.” (19)

Manoel Dias

“(…) Até 1968, o movimento estudantil era Vanguardeiro, a UNE, a UBES, as grandes manifestações populares, eles estavam aí presentes. Com o desmantelamento de todas estas organizações nacionais e estaduais facilitou também a ação ‘deles’ (do Regime) e então começaram a fazer esta desinformação, esta alienação total, que passaram através da escola sobre a história brasileira.(…) aumentaram as vagas nas escolas privadas porque eram muitas Fundações.(…) As Fundações eram feitas lá no interior, pagas... Formavam funcionários de empresas que não queriam saber de política, que não queriam saber de nada. (...) Hoje as pessoas não querem falar de política, não querem falar de partido, foram orientadas neste sentido. Política é coisa feia, sem vergonha, sacanagem.” (20)

2.4. As perdas individuais

Nessas falas percebemos que as conseqüências da repressão não foram provocadas somente pelo Estado. Há muitas pessoas que não eram gestores do Estado Autoritário e colaboraram com os aparelhos repressivos, omitindo-se ou sendo eles mesmos os executores da repressão. Semelhante aos empresários que negavam trabalho àqueles que tinham ficha no DOPS. “Eu havia procurado estas pessoas para reconquistar meu

emprego(...) o fato de ter sido preso, as pessoas nem me deixavam conversar, não me deixavam falar, não havia conversa". (19)

Houve ainda as conseqüências para o próprio indivíduo. Como diz C.M. (19): "Quando voltei, meus antigos amigos me evitaram. Aí eu senti que não tinha mais amigos(...) Depois da prisão, eu não sabia mais contar, não sabia mais escrever, eu havia perdido a memória. Eu não sabia o endereço de minha casa".

A repressão repercutiu profundamente nas famílias dos exilados, exilando-os também. Além de deixá-los traumatizados e medrosos, muitos passaram fome e viveram uma profunda insegurança durante muitos anos.

C.M.P.

"Todos os meus filhos têm traumas, e tenho uma filha que se ver um policial ela muda de cor". (...) Eu tive um filho que ficou dormindo uns três meses num posto de gasolina..." (4)

Alguns, passaram a vida inteira esperando encontrar o pai ou o filho, o irmão...

Como relata Arlindo:

"Fui o último a se despedir de meu pai (que estava indo pra Curitiba) e ele me disse: 'volto depois de amanhã!' Fiquei uma semana à margem do asfalto da Br 116, esperando por ele. Até hoje sonho com sua volta. (...) No mês que meu pai desapareceu (julho de 67) o mundo caiu sobre minha casa. Minha irmã do meio tomou veneno, o meu irmão mais novo ficou surdo, meu irmão mais velho teve seu estrabismo aumentado." (2)

Dos anos de fuga, dos anos de desespero e desesperança sobram muitas neuroses. E as conseqüências continuam até hoje.

Nésio:

"Os rapazes, os companheiros tinham medo de passar na rua, todo mundo recusava, tá entendendo? Ficaram exilados internos. A gente ia falar com as pessoas, notava que estavam com medo. Outros não, outros era o contrário... tinha este lado também.

(...) Quando sai da prisão, aqui não, mas lá em Curitiba, eu criei medo. Primeiro eu procurei uns amigos para pedir ajuda. Analisei bem aquele negócio, achei que foi válido, mas criei medo. Quando eu sai de lá eu não podia ver um carro buzinar... uma sirene, eu

já pensava que ia ser preso novamente. Sirene eu já ficava de orelha em pé. Militares... eu já pensava que ia ser preso... Falar, só com pessoas conhecidas, com estas eu conversava, eu não tinha problema. Mas eu era mais prudente, me mudei inclusive de casa.

(...) Meu filho mais velho tem um trauma, devia ter naquela época, 13 pra 14 anos . Ele chegou em casa e viu os caras de metralhadora. Este guri até hoje não quer saber de política." (15)

Derlei:

"(...) Desde que eu fui presa, aconteceu um negócio engraçado comigo, não consigo gravar nem telefone nem endereço. Se eu quiser telefonar pra minha mãe eu tenho que olhar na agenda. Isto foi um aprendizado: esquecer. (grifo nosso)

(...) Dentro da cadeia, foi tão forte o esforço que eu fiz pra não citar nomes, pra esquecer de tudo. Que botou uma fechadura, lacrou de tal maneira que eu não consegui desbloquear. Eu fiz tratamento psiquiátrico em Cuba. Eu fiz hipnose. Só depois da hipnose que eu consegui conversar sobre a tortura. Antes eu não conseguia, porque o terror era muito grande.

Hoje, eu sinto mais medo do que naquela época. É uma questão muito difícil. Porque o medo para mim não se apresenta assim: ah, eu tenho medo de morrer! Ah, eu tenho medo da repressão! Ele se apresenta assim: eu tenho medo de atravessar a rua, eu tenho medo de andar de carro, eu tenho medo do elevador, eu tenho medo de cair da escada, o medo se apresenta de outras formas. Eu vou na janela, eu tenho medo de cair. Entendeste? Às vezes eu saio, vou aqui na bodeguinha, de repente eu me apavoro.

Vejo um carro, eu estou na calçada e eu tenho a impressão que o carro vai me atropelar. Sinto um pânico profundo, muitas vezes eu entro em pânico. Eu entro em pânico, sem nenhuma causa aparente. Quer ver, quando desmanchou tudo na União Soviética. Me doía as duas pernas, eu senti todas as dores, eu não consegui comer e a angústia foi uma coisa horrorosa! No dia do golpe do Peru, foi a mesma coisa! Eu tinha a impressão que eu não ia conseguir chegar no Colégio. Que eu não ia conseguir caminhar até o Colégio.

O ano passado, eu cheguei na banca e comprei uma revista Isto É, e na capa estava a fotografia de um desaparecido, que haviam encontrado o corpo e que tinha sido meu namorado. Além da emoção, o medo era tão grande, o pavor era tão grande, que eu não consegui dar aulas. Cheguei no colégio e disse: 'Eu não consigo dar aulas', e não consegui explicar porque. Por exemplo: O Zé, vai daqui para Florianópolis de carro, enquanto ele não chega lá, eu fico subindo as paredes, porque eu tenho medo que aconteça alguma coisa com ele. Eu tenho terror que aconteça alguma coisa com o Zé!

Eu conversei com uma psiquiatra e ela me disse o seguinte: que o medo estava dentro de mim, desde o começo, evidentemente. E que antes eu não me dava o luxo de sentir medo. Que agora, como as coisas estão mais calmas, eu estou começando a liberar esse medo, só que ele se apresenta de diferentes formas, porque talvez eu tenha vergonha de reconhecer que tive medo da repressão. Eu acho que é isso mesmo. Porque ficou tanto tempo guardado assim, dentro de uma gaveta a 'sete chaves' naquele período que precisou ficar. Agora, já estou com uma vida mais estável, e não tenho nenhuma coisa aparente de uma repressão direta, está desbloqueando, está saindo pra fora. Só que está

saindo pra fora, em formas diferentes. Se apresenta, diariamente, só em diferentes formas.” (5)

M.C.

“(…) Depois da prisão, eu não sabia mais contar, não sabia mais escrever, eu havia perdido a memória. Eu não sabia o endereço da minha casa. Me deu ‘uma pane’ tão grande... além disso, perdi o emprego. Felizmente encontrei uma pessoa que me ajudou muito: Me deu um emprego numa firma de engenharia. Eu tinha consciência que não tinha nada perfeito, que não tinha mais memória. E ele também, mas teve paciência comigo, não me cobrava... Eu trabalhava na parte de contratos. Era uma empresa construtora. A retomada do curso de Direito se deu dentro da própria prisão. Porque preso eu já fiz um requerimento para fazer as provas para não perder o ano. Me deixaram fazer. Neste período houve a ajuda do professor Jaimor Guimarães Collaço, que intercedeu por mim e eu pude então fazer as provas. Só houve um professor que não me deixou fazer as provas.

(...) Quando eu voltei, os meus antigos amigos me evitavam. Aí eu senti que não tinha amigos. Porque eu considero que eu já tinha muito conhecimento, porque eu fui o primeiro presidente da Associação da BESC Financeira, portanto eu já tinha alguma liderança. Hoje eu avalio desta forma. Eu havia procurado estas pessoas para reconquistar meu emprego, pois eles haviam me tirado da BESC Financeira, e agora eu perdi os dois empregos. Eu procurei estas pessoas, colocando a situação, o fato de ter sido preso, as pessoas nem me deixavam conversar, não me deixavam falar, não havia conversa, colocavam uma desculpa. Eu percebia que estas pessoas também tinham medo. Veja bem você, que as influências da prisão, o terror que a prisão incute, vai além do espaço do indivíduo.

Voltei para a Universidade e fiquei quieto. Quando houve a ‘novembrada’ (o episódio da vinda do Figueiredo), fui lá, olhei, assisti a tudo. Não fiquei em pânico com as prisões que eu vi acontecer. As emoções mudam como tudo muda. Vou dar um exemplo bastante cru mais é real. Você perde um pai, você sente, perde a mãe, o avô, a intensidade da emoção tem uma variação bastante grande. Penso que o sofrimento também, passa por aí. Você vai dosando mais as ilusões, vai olhando as coisas com mais realismo, não é?(...) Depois que eu saí da prisão não tive condições psicológicas de participar de nada. Eu precisava atender a mim, para me recuperar. Eu, desestruturado, ia fazer o quê? Eu leciono na Universidade desde 79, e posso dizer para você com tranquilidade, que somente agora me sinto perto, enquanto cidadão, enquanto pessoa, pertinho daquilo que eu era antes de ser preso. Estou bem pertinho de me encontrar comigo mesmo. Estou bem perto de dar um abraço em mim mesmo!” (19)

As falas expressaram apenas alguns fragmentos de todas as coisas que foram ditas, lembradas, revividas. Há muito ainda por dizer e que talvez nunca seja dito.

CONSIDERAÇÕES

*Atividade normal da cidade.
A máquina, a mimica, a mendiga
Em perfeito estado de equilíbrio
Equilíbrio total de corpos
corroídos.
O aterro, o terror, a inércia do medo
sobrevive às bombas, aos beijos
a toda tentativa.
Nos portais o brilho frio das vidas desfolhadas
se espelha na passagem fria dos robôs.
Contra o céu a imagem destemida
dos pedreiros, dos navios, dos urubus.
Na fumaça o mesmo rumo,
a mesma fenda, a mesma venda
oculta a colisão.
A palavra sussurrada na memória se atrofia.
Esperança disfarçada
diluída em desengano
força a entrada em nossas veias
velhas veias viciadas no diário pesadelo
de viver sem perguntas.
Até o dia em que pássaros e pedestres
voltem a passear juntos*

Tanira Piacentini, 1970. (17)

CAPÍTULO 3

AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTADO SEM DIREITOS

I. Os momentos de coerção e resistência em Santa Catarina.

De 1964 a 1966

Em nível de país, identificam-se três momentos importantes no período autoritário militar entre 64 e 84, em que o Estado vai gradativamente usurpando os espaços sociais e silenciando, através das mais variadas formas, vozes individuais e coletivas.

O primeiro momento foi o desfecho do golpe militar e o Ato Institucional nº 1, as cassações, as intervenções em alguns estados e a montagem do novo sistema de poder, representado principalmente pelo Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informações (SNI).

O segundo momento é caracterizado pelo AI-5 e o início do chamado “milagre econômico”. É nesse período que se assiste a uma das maiores e mais violentas repressões da história da República. Consolida-se a partilha do poder entre militares e tecnocratas, pelo domínio de posições na administração pública federal e estadual.

No terceiro e último período, há, primordialmente, a consolidação da aliança militar-civil, quer na administração do Estado, quer nas decisões tanto no âmbito político como econômico e gerencial do governo. A partir daí, inicia-se a chamada “abertura política”. (Brigagão, 1985, pp.10-12)

Em Santa Catarina, durante aquele extenso período, identificamos vários momentos em que predominaram ações de resistência e coerção.

O primeiro, como em todo país, após o golpe, é a chamada “Operação Limpeza”; em seguida, o AI-1 e o AI-2, os quais desencadearam a prisão de importantes líderes políticos e o desmantelamento das instituições progressistas da sociedade civil. De 1966 a 1968, ocorre a reorganização das forças de resistência, principalmente do movimento estudantil. Após o AI-5, em dezembro de 1968, não se ouve o burburinho de vozes horizontais, que demonstrarão sua existência nas eleições de 1970, através do voto nulo.

Em 1974, percebe-se o crescimento do MDB e a rearticulação das forças de esquerda, principalmente o PCB. Em 1975, ressurgiu a organização dos grupos ligados à

Igreja, à Pastoral da Juventude e à Comissão de Justiça e Paz. Neste mesmo ano, foi desencadeada a **Operação Barriga Verde**, a intensa repressão aos militantes do PCB e aos membros do MDB que atuavam conjuntamente.

Em 1977, os estudantes voltam a organizar-se. No dia 30 de novembro de 1979, o movimento estudantil e alguns grupos de populares revoltados dão sua mostra de rebeldia numa manifestação na Praça XV, em Florianópolis, em repulsa à vinda do general Figueiredo, conhecida como "**Novembrada**".

2. Os primeiros momentos de opressão e silêncio. De 1964 a 1966

Imediatamente após assumir o poder, a Junta Militar, baseada na DSN - Doutrina de Segurança Nacional, instalou a chamada “Operação Limpeza”. Esta operação, executada pelo Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar, tinha por objetivo prender todas as pessoas que tivessem alguma ligação com o governo deposto, fossem partidos políticos considerados comunistas ou os chamados movimentos sociais.

Em Santa Catarina, a “Operação Limpeza” foi iniciada no dia seguinte ao golpe militar, sob a coordenação do Comando Revolucionário, subordinado ao comando de Brasília. Este comando era constituído por representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar, com sede na Base Naval de Florianópolis, que sediava a CGI - Comissão Geral de Investigação, encarregada de investigar os atos de subversão e corrupção. O comando das investigações ficava no V Distrito Naval, porque a autoridade militar de maior posto na época era o contra-almirante Murilo Vasco do Valle Silva.

As pessoas podiam ser presas por qualquer uma dessas forças repressivas (Polícia Militar, Polícia Civil-DOPS, Exército ou Marinha). Em seguida, eram conduzidas para o V Distrito Naval para serem interrogadas e levadas ao Quartel da Polícia Militar ou à Penitenciária.

Os aparelhos de informação já estavam devidamente esquematizados muito antes do golpe militar. Alguns datam de 1945, época do governo Getúlio Vargas.

Nos IPMs (Inquéritos Policial-Militares) organizados logo após o golpe, percebe-se que os órgãos de segurança já possuíam amplas informações sobre a vida política dos indivíduos. Como diz o Coronel Nery:

“Quando chegou 64, minha ficha estava lá, prontinha. Ai é que vêm as informações que o DOPS depois marca. Então vai ter um ato, o Nery vai tomar posse no Clube. Ai vão lá e anotam tudo, vão montando o dossiê. Quando prenderam, já estava tudo escrito, como hoje continuam, porque isso tudo é uma farsa, eles continuam fazendo.”⁴² (14)

⁴² Em Santa Catarina, o Deputado Vilson Santin (PT) e Lírio Rosso (PMDB), denunciaram a presença de fichas recentes de muitos políticos catarinenses na Diretoria Central de Investigações-DCI. Ver **Diário Catarinense** de 4 de novembro de 1992. Ver Revista **Isto É, Senhor** do dia 1/4/92, quando trata das fichas

O ex-vereador Manoel Alves Ribeiro - Seu Mimo - também fala da organização dos órgãos de informação antes do golpe:

“Já nos últimos meses do governo Goulart, em Santa Catarina, foi aumentado o contingente de investigadores da Secretaria de Segurança dos exploradores e para ela entrava o que havia de pior na população do estado, o lumpem da sociedade.” (1989, 173)

Nos dias pós-golpe, foram presos vários dirigentes políticos, desde comunistas já fichados há alguns anos, dirigentes sindicais, até pessoas diretamente ligadas ao Presidente Goulart. A UCE foi fechada e grêmios estudantis foram proibidos. Os principais representantes das vozes horizontais foram silenciados. Algumas pessoas ainda tiveram tempo de se esconder, mas outras, devido às próprias condições de vida (sem dinheiro e com familiares menores), tiveram que retornar às suas residências ou a residências de familiares e amigos ou mesmo aos locais de trabalho já identificados pela polícia, sendo, conseqüentemente, presas.

Nos dois importantes jornais da época, **O Estado** e **A Gazeta**, encontram-se poucos registros de nomes de presos políticos. No dia 11/04/64, uma nota foi publicada pelo contra-almirante Murilo Vasco do Valle Silva, comandante do V Distrito Naval, dizendo que o número de prisões efetuadas não ultrapassava quarenta.

Na verdade, é difícil calcular exatamente quantas pessoas foram presas em Santa Catarina, nos primeiros tempos pós-golpe. O jornalista e escritor Salim Miguel calcula que foram presas cerca de duzentas pessoas.

Nésio Jack Pereira contou que foi preso pelo DOPS nos primeiros dias de abril, nos Correios e Telégrafos, em Florianópolis, onde trabalhava. Ficou 75 dias preso no quartel da Polícia, num salão na parte de baixo da antiga Assembléia. Após a chegada do pessoal do interior, uma parte ficava lá e outra ficava na Penitenciária. Segundo ele, era muita gente. Dos depoimentos dos mineiros de Criciúma, constatamos que somente lá foram presos, logo após o golpe, cerca de 42 trabalhadores, o que contradiz completamente a informação do então comandante de V Distrito Naval:

Em relação ao movimento estudantil, segundo Serenito Moretti,

encontradas nos arquivos do DOPS, da Prefeita Luíza Erundina e do Arcebispo de S. Paulo Dom Evaristo Arns, com anotações de 1991.

“A repressão policial-militar, (...) desmantelou, num primeiro momento, completamente o movimento estudantil. A entidade máxima de representação dos estudantes, a UCE, teve a sua sede invadida, de madrugada, por soldados da Marinha, e os arquivos arrombados. A Kombi que a entidade recebeu do MEC foi expropriada por agentes do Exército.” (p. 88)

O então Capitão Nery foi preso em Chapecó no dia 7 de abril de 1964. Conhecido por ser membro do PSB, pesava sobre ele 14 denúncias, uma delas a de ter se comprometido a dar apoio às forças vindas do Rio Grande do Sul lideradas por Brizola, no momento do golpe. Após sua prisão, foi trazido para Florianópolis, ficando 45 dias preso no 14º DC, até seu julgamento.

O jornalista Salim Miguel também foi preso no dia 2 de abril de 1964. Na ocasião, era chefe do escritório da **Agência Nacional**, em Santa Catarina, e trabalhava na assessoria de imprensa do governo Celso Ramos, além de ter sido proprietário da Livraria **Anita Garibaldi**, nesse momento de propriedade do Partido Comunista Brasileiro estando registrada em nome de Fernando Pereira, conhecido como “Cláudio”. Era um ponto de encontro dos intelectuais da cidade, local de venda de livros e jornais dos movimentos de esquerda da época.

“Eu me lembro que tinha saído do escritório e ido ao Correio passar um telegrama sobre o movimento em Santa Catarina. Antes disso, eu passei no Ponto Chic, que é um ponto de encontro muito freqüentado ainda hoje em Florianópolis, e, de repente, com muita surpresa, eu vi todo o quarteirão cercado, e aí pensei comigo: ‘Quem será a figura tão perigosa?’ Sem saber que era eu, não é? O resultado é que fui detido durante 48 dias no Quartel da Polícia Militar, na Praça Getúlio Vargas. Ai, depois destes 48 dias, da mesma forma surpreendente como fui detido, eu fui solto.” (16)

No mesmo período da prisão de Salim Miguel, sua esposa, Eglé Malheiros, foi presa quando estava em casa com seus quatro filhos menores (o mais velho tinha 10 anos e o menor 4). Ficou detida durante cinco dias na enfermaria da Polícia Militar. Foi obrigada a deixar os filhos com os vizinhos até que chegasse uma cunhada e se responsabilizasse por eles.

“Mas eu, enquanto estava presa, vim a saber depois: houve um movimento muito grande de solidariedade. Como deixar uma mulher presa e as crianças sozinhas? Eu era militante do Partido Comunista Brasileiro e conhecida como tal... ficou muito esta idéia assim ‘deixou as crianças sozinhas’. Ai me deram prisão domiciliar, porque houve uma pressão de revolta pelo fato. Havia poucas mulheres presas (...). A prisão domiciliar foi um

negócio aborrecido, porque até minhas crianças cuidavam para que eu não pusesse os pés fora de casa.” (8)

Manoel Alves Ribeiro, (1989), o Mimo, ex-vereador cassado e membro do PCB, relata, em sua **memória política**, no livro **Caminhos**, as arbitrariedades das prisões:

“Pegavam não só os comunistas, mas todos aqueles que se manifestavam contra. Foi uma vergonha. Qualquer elemento ocupando o cargo de investigador segurava um juiz ou um desembargador com a maior estupidez e jogava na cadeia (...) Na área militar, foram escolhidos como encarregados de vasculhar as casas dos comunistas oficiais que tinham sido integralistas e simpatizantes do nazismo. Diante dessa situação, só me restava escolher entre duas alternativas: ‘confia na Virgem e não corre’ ou ‘enquanto eu corro, meu pai tem filho’: optei pela segunda. Dirigi-me ao Morro do Céu, onde um companheiro tinha uma canoa (...) chegamos a Prainha e tomamos a embarcação rumando em direção ao continente. A ponte estava fortemente policiada, o que nos obrigou a evitar o máximo de barulho.(...) Fiquei alguns dias no Estreito, e depois, valendo-me da picada da mata onde passa a linha de transmissão de energia elétrica para Florianópolis, viajando à noite, iluminado pelos pirilampos, vaga-lumes, como chama o nosso povo, cheguei ao amanhecer, num sítio entre o município de S. José e Biguaçu (...) o cantar de um galo e a fumaça branca que sai de um vale indicam-me o barraco do camponês amigo que procuro. Bato à porta de José Vicente, este grande companheiro outrora operário e agora lavrador.” (p. 174)

Para muitos o exílio foi externo, mas para um operário como Mimo, o exílio aconteceu no interior de sua própria casa.

“Preparei um esconderijo no telhado de minha casa e me dispus a ocupá-lo pelo tempo necessário.(...) Quando o Capitão do Exército chegou à nossa porta, Titina disse que estava só, ela e Glorinha, e que dissesse o que queria de nós que ela responderia. ‘Não, disse o capitão, queremos entrar para revistar a casa e a senhora abra a porta, senão nós a botamos abaixo.’ O capitão, filho de sua grande amiga companheira de missa na igreja, com um só pontapé botou abaixo não só a porta de nosso barraco, mas toda a fé de minha esposa (...) Os investigadores entraram na frente para desbravar o caminho. O capitão veio até a cozinha, puxando uma cadeira, sentou-se. Enquanto isso, os investigadores iam revirando tudo... ‘Dona Titina, onde se encontra seu marido?’, perguntou o capitão. ‘Não sei, e se soubesse eu não diria’, respondeu minha esposa. Eu, a menos de um metro de distância sobre suas cabeças, ouvia todo seu diálogo(...) Entre o telhado e o forro do meu barraco, com um metro de altura, vivi quatro meses.” (Idem, pp. 176 a 178)

Alguns dias depois, seu Mimo foi preso na rua e levado para o quartel da Polícia Militar.

“Dá licença tenente, disse o investigador: este é o seu Mimo: é preso político. O tenente virou-se e perguntou um tanto irritado: ainda não acabou-se isso?(sic) Eu aqui não tenho lugar para alojar ninguém (...) Vamos levá-lo para o quartel da Polícia Militar. (...) Me levaram para o terceiro pavimento onde dormiam os soldados e, num curral improvisado, com 4 metros quadrados, feito em madeira compensada onde se encontrava um catre de lona, tipo tabuleiro de baiana, um cobertor e nada mais, não tinha cadeira nem travesseiro.(...) Do pedaço de sarrafo eu fiz um travesseiro e o pedaço de reboco me serviu de lápis para escrever na parede a data de minha prisão, 09/08/64.” (pp. 179 a 180)

A coerção estava expressa na atitude do policial que representava o Estado e a **ideologia de segurança nacional**. Dona Titina sofreu e resistiu. Seu Mimo escondeu-se, não por covardia, mas porque sabia que sozinho não podia enfrentar um exército. O seu esconderijo, seu silêncio, era uma forma de resistência.

Nas entrevistas, compreendemos o sacrifício de homens comuns, trabalhadores e lutadores durante toda a vida. Naqueles momentos, esconderam-se da Polícia como se fossem bandidos, ainda mais numa cidade pequena como Florianópolis. Outros tiveram que praticamente se entregar, porque não havia outra alternativa, como nos narra **Nésio Jack Pereira**:

“Muita gente achava que o governo ia cair no dia 31. Eu fui para a repartição à noite ainda, solidário ao diretor que era pessoa ligada a Jango, esperando. Quando nós sentimos que o Presidente já estava derrotado, substituí o comando, Jair Dantas doente, substituí o Ministério da Marinha por um reformado... Aragão na rua querendo prender o Lacerda, e o Jango não querendo...

O Jango queria evitar derramamento de sangue e aquele problema todo. Resultado: no outro dia de manhã não fui trabalhar, fui para casa do meu sogro, peguei a mulher, levei pra S. José e voltei, isto dia 1º. Marquei com um companheiro do Correio na casa dele, porque ele morava em Capoeiras. Ainda deu tempo de manhã, falei com uns companheiros do PCB. Vim para Capoeiras. Íamos embora para Porto Alegre. Fiquei no ponto de ônibus esperando por ele para não ir na casa. Quando vi um policial ir na casa dele, esperei o policial sair, aí me disseram: ‘O Luiz acaba de ser preso’. Voltei para casa do sogro e comecei a escutar as prisões (...) O Jânio caindo fora, a maioria aderindo aos golpistas. O Brizola, no dia 1º, estava na rua querendo reagir, o Jango não quis reagir. Na casa do sogro, havia insegurança. Eu fui em Porto Alegre, ainda tinha condições de ir e voltar. Mas também não deu em nada. E pra entrar aqui agora? Peguei uma carona, fui no SAMDU, pedi um atestado, vim na repartição. Fui à casa de minha mãe, porque ali ninguém ia suspeitar. Fiquei ali. Ela morava perto da Ponte Hercílio Luz. Passei uns dois dias. No terceiro dia resolvi ir trabalhar. Sabia que as cadeias estavam cheias, né? Mas não havia violência, felizmente. A marcha da família ⁴³ estava na rua.

⁴³ Marcha da Família de Deus pela Liberdade.

(...) Voltei pra repartição, vim pelo mercado, com meu mano. Pedi a meu irmão para ir na repartição encontrar um determinado funcionário (figura de ligação nossa). Meu irmão deu o recado e eu fiquei esperando dentro do ônibus, ali na Alfândega. Fiquei esperando, a pessoa não veio. No outro dia fiz o mesmo horário. Cheguei, aí dei a volta, vim aqui atrás do Correio. Mandeí um recado para outro colega, para trazer algum resultado. O rapaz deu o recado, e ele também não veio falar comigo. Todo mundo se encagaçou. Resultado: voltei pra casa. No outro dia, eu resolvi: vou enfrentar. Saí, passei pela praça, pelo jardim, assinei meu ponto. Fui tomar um cafezinho. Foi só eu sair e telefonaram para o DOPS que eu tinha vindo trabalhar. Quando eles chegaram lá eu não estava mais, tinha saído. Fiz dois dias isto, no terceiro dia, eu disse: 'vou enfrentar os caras, não tem jeito.' Eu não podia ficar um mês esperando. Chegou um policial do DOPS, conhecido meu, inclusive. Saí com ele na rua, passamos num cafezinho. Eu disse: 'posso falar com meu irmão?' Tá, tudo bem. Fui na 'Casa Maia', que era aqui na Felipe Schmidt. 'Olha, estou sendo preso, estou sendo recolhido, tá? Eu não sei aonde vou ficar, ou na penitenciária ou no quartel da Polícia.' Me levaram para o quartel da Polícia, onde era a Assembléia antiga." (15)

A Pedagogia do Silêncio esteve presente, nas formas de enfrentamento à repressão. O silêncio se expressava pela ausência física ao local de trabalho, o medo de seus companheiros que optaram por não ajudá-lo, porque fazê-lo seria comprometer-se e correr o mesmo risco. A resistência de Nésio se expressava na busca de saídas para não ser aprisionado.

O Pe. Edgar,⁴⁴ assistente da Juventude Estudantil Católica - JEC -, em Florianópolis, foi interrogado por dois padres, seus colegas de paróquia, que eram capelães do Exército e da Marinha, e que haviam se comprometido com o general Argnes do Monte Lima, do 14º BC, para que o interrogatório fosse feito pelos mesmos.

"(...)Então, sentou o B. assim, o Q. assim e eu sentado assim começou o interrogatório. Durou 2:34 minutos. O B. fazia as perguntas. O que é Ação Católica? Quem são os elementos do seu grupo? O que fazem? Você tem ou não infiltração com o Brizola e o grupo dos 11? Quais as revistas que você assina? Que tipo de literatura você veicula? Quais as greves em que você participou? Onde está a lista daqueles que seriam fuzilados, caso vocês vencessem a revolução?" (6)

O Pe. Edgar olhava perplexo para seus colegas religiosos e se dirigia a um deles nomeando-o padre, ouvia em resposta: "Padre não, Capitão, você está num Tribunal Militar"! Depois do "interrogatório" padre Edgar confessa que trancou-se em seu quarto e chorou de tristeza e decepção.

⁴⁴ A entrevista do Pe. Edgar foi realizada pela professora de História Maria de Fátima Sabino, e encontra-se no Laboratório de História Oral do Departamento de História da UFSC.

O Bispo Dom Joaquim Domingos de Oliveira, após receber a comunicação dos dois representantes do Estado e da Igreja, respondeu: “Se é lei, cumpra-se.”⁴⁵

No dia 2 de abril, Dom Felício, um outro bispo, mandou buscá-lo e o deixou sob sua proteção no Convento Franciscano. Ficou do dia 2 a 24 de abril. Depois foi a uma entrevista com o bispo D. Joaquim. O mesmo havia recebido uma comunicação do V Distrito Naval, na qual ordenava-se: “afastar para o bem da tranqüilidade da ordem pública de Florianópolis o reverendo Edgar”.

*“Então Dom Joaquim leu a carta, olhou para mim e disse: ‘É, com militar não se brinca né, Pe. Edgar? Temos que obedecer(...) Então você vai pra S. João Batista pra a casa de seus pais, fica lá com eles, papai...mamãe, é bom, né? Fica lá, fica pensando. Pode rezar suas missas, pode ouvir suas confissões, nada de pregações como você vinha fazendo, né? Nada de JEC, nada de reuniõzinha, nem de grupinhos; proibido também de dar aulas de religião, nada disso, né? ... Eu vou lá, visitar você, tomar um cafezinho!’
(...) Fiquei 10 meses em São João Batista. Reformei a casa de meu pai, fundei um coro, fiz teatro, fiz festa junina. O pessoal daqui ia me visitar em caravana. Chegavam a ir dois ônibus pra lá todo domingo, com gente do Estreito e de Florianópolis.” (6)*

Padre Edgar foi exilado pela Igreja e pelo Estado, aprendeu a calar por um lado e a resistir por outro. Sofreu literalmente a Pedagogia do Silêncio. Sobreviveu e retornou em 1974 para Florianópolis, para reorganizar em outros moldes o seu trabalho.

Além do pe. Edgar, muitos membros da JEC foram presos, segundo o depoimento que nos deu um outro militante que não quis identificar-se.

A estratégia do **inimigo interno** exigia dos novos governantes o ataque imediato às principais forças populares organizadas. Devido à sua importância econômica e política, a região do carvão, onde se destacava a organização dos mineiros em Criciúma, deveria ser imediatamente “protegida”. Por esse motivo, foram transferidos contingentes do Exército de Tubarão e Blumenau para reforçar a **segurança** naquela área.

O Sindicato dos Mineiros era considerado um dos mais combativos da América Latina. Desde 1957, este sindicato estava sob a direção dos líderes mais combativos, como Antônio José Parente, que conseguiu romper com a infiltração “pelega”.

⁴⁵ Não sabemos a que lei o Bispo se referia. Parece-nos apenas que tal “lei” soava no sentido figurativo. Era a submissão desse segmento da Igreja à nova ordem estabelecida.

Criciúma era, naquela época, o palco de importantes movimentos sociais. Todos os entrevistados confirmaram tal fato, que está registrado também na memória do ex-vereador Manoel Alves Ribeiro (Mimo). Houve entrevistados que afirmaram que Criciúma era considerada a “Cuba Brasileira”, tal seu grau de combatividade e consciência política.

"O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão de Criciúma "estava na mira" do novo governo que se instalou no país. No dia 10 de abril de 1964, ocorreu a prisão dos principais líderes e dirigentes sindicais de Criciúma." (Volpato, 1982, p. 233)

Jorge Feliciano, em entrevista a Terezinha Volpato, afirma que foram presas, nessa cidade, cerca de 42 pessoas.

"A diretoria do sindicato quase inteira, e mais todo operário aí que era meio lutador nas minas, aproveitaram o embalo, botaram pra rua e tocaram pra cadeia." (Idem, p. 233)

Os presos foram conduzidos a Curitiba, alguns foram soltos e outros voltaram para Florianópolis, onde ficaram detidos até 1966.

C.M.P.⁴⁶ declarou, em entrevista, que o Sindicato dos Mineiros ficou sob intervenção de 1964 a 1966. Uma junta militar nomeou um interventor para o sindicato. A pessoa trabalhava em um frigorífico e não entendia nada dos problemas dos mineiros. A luta pela insalubridade, uma das principais bandeiras dos mineiros, foi colocada de lado.

A intervenção nos sindicatos fazia parte da **estratégia econômica** do novo governo como vimos anteriormente, através do discurso de “pega o agitador, o comunista, o inimigo”. A intenção era facilitar a vinda do capital estrangeiro, manter os salários arrochados.

Neste período, os trabalhadores sofreram um dos maiores “arrochos” salariais de nossa história e a principal arma de luta contra a “mais valia” foi proibida: a greve.

A tese do governo era que a instabilidade política anterior ao golpe de 1964 se devia à agitação provocada por certos líderes sindicais e não por defeitos e desigualdades sociais geradas pelo sistema. (Erickson, 1979, p. 70)

⁴⁶ C. M. P. foi entrevistado por Jacy Guilherme Vieira e consta na nossa relação de entrevistados.

Erickson faz três considerações importantes que motivaram as principais leis trabalhistas do novo governo:

“A primeira foi o desejo de apertar os controles diretos para impedir os sindicatos de montar uma base de oposição organizada ao sistema social e político existente ou políticas governamentais específicas. (...) A segunda foi fortalecer os sindicatos e o sistema corporativista para o papel que lhes cabe na construção nacional e na coesão social.(...) A terceira envolve a necessidade de sujeitar a classe operária a diversos programas de poupança, forçada dentro do plano de controle inflacionário.” (Erickson apud VOLPATO, 1982, p. 70 - grifo nosso)

Visando a alcançar estes objetivos, o novo governo toma algumas medidas importantes:

- prisão dos líderes sindicais e intervenção nos sindicatos, através da Lei nº 4.330, de junho de 1964, que proibia as greves;
- fixa os índices de anuidades salariais;
- revoga a Lei de Estabilidade e implanta o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, pela Lei nº 5.107, de 13/09/66).

3. Os Atos Institucionais

Para “legitimar” o poder constituído, os militares lançaram mão de um valioso instrumento de coerção legal: os atos institucionais.

Como nos lembra Naffah Neto:

“Assim, a primeira mudança fundamental para a implantação de um regime de terror é a eliminação de quaisquer normas ou leis de vida social, ou seja, a criação de um espaço de total arbitrariedade.” (Naffah Neto, 1985, p. 20)

O **Ato Institucional nº 1** foi assinado no dia 9 de abril de 1964, por uma junta militar que precedeu o general Castelo Branco, empossado seis dias depois como primeiro Presidente militar desse período. Esse Ato dava ao Presidente, dentre outros, o poder de introduzir emendas constitucionais. Por outro lado, transferia do Congresso para o Executivo a competência da legislação financeira e orçamentária. Cabia ainda ao Executivo decretar o **estado de sítio**. E, sobretudo, podia suspender, temporariamente, as garantias de imunidade parlamentar. (Alves, 1985, p. 54)

Desse Ato, destacamos dois artigos de extrema importância para o nosso estudo em Santa Catarina:

É importante notar que todos os funcionários públicos de nível municipal, estadual ou federal poderiam ser atingidos por este artigo, conforme foi constatado no Estado de Santa Catarina.

“O Artigo 8º estabelecia que inquéritos e processos seriam instaurados, ‘visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado, seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária’.” (Idem, p. 55)

O Presidente Castelo Branco publicou, no dia 27 de abril de 1964, o **Decreto-lei nº 53.897**, que criava e regulamentava os IPMs, estipulando os níveis de organização e responsabilidade das comissões de inquérito (Baseado no Artigo 8º do AI-1).

Os jornais de Santa Catarina, **A GAZETA** e o **ESTADO**, publicaram no dia 15/04/64, uma nota na qual se lia o seguinte:

“A Comissão que atenderá o Ato Institucional nº1 em Santa Catarina, será composta pelos seguintes nomes: Mário Tavares da Cunha Melo, Rubens Moritz da Costa, Milton Leite da Costa, Paulo Henrique Blasi e Mário Mafra.”

Acreditamos que essa comissão tem a mesma composição criada pelo Decreto nº 1412, de 13 de abril de 1964, pelo então governador Celso Ramos, estipulando, em nível estadual, as comissões de inquérito.

Em consequência do Decreto-lei 53.897, o Secretário de Segurança, Jade Saturnino Magalhães, mandou um ofício, no dia 4 de maio de 1964, à Assembléia Legislativa, pedindo a cassação do Deputado Estadual Paulo S. Wright. No dia 9 de maio de 1964, o Legislativo acabou votando pela cassação do deputado com a acusação de falta de decoro.⁴⁷

Foram também cassados os direitos políticos e os mandatos dos vereadores Manoel Alves Ribeiro e Manoel Dias. Essas cassações estavam previstas no Art. 10º do AI-1 que:

“(...) autorizava a cassação de mandatos legislativos federais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por um período de 10 anos. A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias.” (Alves, 1989, p. 55)

De acordo com Moretti, muitos estudantes também foram atingidos pelos IPMs e outros tiveram que responder a processos instaurados pelas faculdades. (1984: 88)

“Com a instalação dos diversos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), o governo militar instituiu o mecanismo legal que buscava eliminar ‘o inimigo interno’, como primeiro passo para a implantação do Estado de Segurança Nacional.” (Borges Filho, 1989, pp. 144-145)

Conforme consta do Diário Oficial de 9/10/64, através do Decreto de 2/10/64 e Comissão criada pelo Decreto nº 1.412, de 13/4/64, o governador Celso Ramos resolve:

“Tendo em vista a Resolução nº 27, da **Comissão Geral de Investigações**, e Parecer nº 1.412, de 13/9/64, bem como do que consta do Ofício nº 166/64, da Prefeitura de Lages.

Aposentar:

⁴⁷ Diário Catarinense, em 25/9/91.

Armando Muniz, ocupante do cargo Fiscal Auxiliar, padrão H. do Quadro da Prefeitura Municipal de Lages, com os proventos proporcionais ao tempo de serviço, calculados à vista dos registros municipais.⁴⁸

Ainda, Transferir para a Reserva Remunerada:

“De acordo com o Art. 7º, par. 1º, do Ato Institucional:...**Nery Clito Vieira, Capitão da Polícia Militar do Estado**, com os proventos proporcionais ao tempo de serviço apurado na forma da legislação vigente”.

Além desses, o referido exemplar do Diário Oficial selava o destino de mais duas pessoas, que foram aposentadas ou colocadas em disponibilidade: Lourival Goya, Inspetor de Itaiópolis e Luiz H. Mendes de Campos - auxiliar de escritório do Serviço de Fiscalização da Fazenda.

Os proventos proporcionais representavam pouco mais que um salário mínimo, significando muitas dificuldades financeiras para as famílias atingidas.

A repressão policial-militar em Santa Catarina foi desencadeada a partir de instituições de níveis federal e estadual. Constatou-se aqui, da mesma forma que nos outros estados brasileiros, a instalação do **estado de insegurança**, com a montagem do aparato repressivo instalado em todas as instâncias da sociedade civil.⁴⁹

As Comissões de Inquérito cassaram direitos políticos, negaram o trabalho a alguns catarinenses, decretaram aposentadorias forçadas e transferiram para a reserva militares que não se submeteram à violência do Estado.

Tais arbitrariedades implicavam a supressão do direito de apelação como determinava o Artigo 7º do AI-1:

“(...) o controle judicial desses Atos se limitaria 'ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como sua conveniência ou oportunidade’.” (Alves, 1989, p. 55)⁵⁰

⁴⁸ O fato de um simples ofício de uma prefeitura ou qualquer outra instituição pública autorizava a Comissão aposentar e processar uma pessoa, sem direito a defesa, estava previsto na Doutrina de Segurança Nacional.

⁴⁹ Ligada diretamente ao Serviço Nacional de Informações está a **DISI-Divisão de Segurança e Informações**, existente em todos os órgãos governamentais, estaduais e autarquias. (Organograma do Aparato Repressivo, em Alves, 1989 p. 174). A ASI agiu com grande eficiência nos órgãos públicos de Santa Catarina, Na UFSC esta comissão de censores controlou a vida de muitos professores e estudantes, expulsando-os de seus quadros ou impedindo sua entrada, o que constituiu em grande prejuízo para o desenvolvimento da Universidade.

⁵⁰ Ver jornal o ESTADO, de 15/6/64. Ver Lenzi, p. 325.

Ao fim de sua vigência, em âmbito nacional, em 11/06/64, o AI-1 deixou o balanço inicial de 378 cassações: três ex-presidentes da República, seis governadores de Estado, dois senadores, 63 deputados federais e mais três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados, compulsoriamente, 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente 10 mil funcionários públicos foram demitidos. Foram abertas cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas. (Arns, 1985: 61)

A arbitrariedade das prisões era garantida principalmente pela **Lei de Segurança Nacional**:

“Na maioria dos casos, as conclusões dos IPMs não se respaldavam em qualquer base jurídica, ao contrário: os responsáveis pelos inquéritos se utilizavam de critérios pessoais para justificarem as punições. O testemunho da opinião pública era, regra geral, o único elemento em que os chefes dos IPMs fundamentavam suas decisões. ‘Quando o fato é público e notório, este independe de provas, conforme preceito geral do direito, que aboliu o sistema de certeza legal, libertando o julgador de preconceitos textuais’.” (Borges Filho, 1989 p. 145 apud Revista Isto É, 4/4/79, p. 11)

Os abusos de poder eram comuns em Santa Catarina, principalmente levando-se em conta a propaganda baseada na **Ideologia de Segurança Nacional**. A realidade era trágica, ainda que por vezes tomasse conotações tragicômicas como lembra seu Mímo, que, retornando da ex-União Soviética, havia dado sementes de pepino para um amigo seu, que por sua vez as deu para um vizinho, que plantou-as, obtendo um grande sucesso. O delegado não gostou e depois do golpe mandou prender o camponês que havia ousado plantar pepinos vindos da “Rússia”.

A **guerra psicológica** foi uma tática prevista na Doutrina de Segurança Nacional que se efetivou de diferentes formas.

No plano individual, procurava aniquilar moralmente, através de torturas que desestabilizavam psicologicamente os indivíduos. No coletivo, tentava provocar a separação entre as pessoas, discriminando-as do restante da população (“Brasil, ame-o ou deixe-o”, “um elemento terrorista”, “os comunistas”, “os subversivos”).

“O esforço da DSN visa desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar, a denunciar e fazer aderir às políticas do Estado.” (Borges Filho, 1989, p. 67 - grifo nosso)

Como nos lembra Eglé Malheiros:

“Sim, em 45 dias a cidade mudou, ficou terrível. As pessoas não só ficaram com medo, como a face pior de cada um apareceu muito. Então houve delações. As delações eram terríveis, as pessoas passavam o tempo todo telefonando para o V Distrito Naval para fazer queixa.” (8)

Ao que Salim Miguel acrescentou:

“Chegou um momento que o comandante do V Distrito Naval começou a aceitar somente delações por escrito, com firma reconhecida.” (16)

O cidadão brasileiro e, em nosso caso, o catarinense, era cercado por todo tipo de coerção, executada através de aparatos repressivos: os atos, decretos e diversos veículos de educação ideológica. Como constatei através da pesquisa, as emissoras de rádio⁵¹ e os jornais, a partir do dia 1º de abril de 1964, apelavam diariamente para a caça ao inimigo, o comunista. **As Marchas da Família de Deus pela Liberdade**, dirigidas pela organização feminista, **Camde-Campanha da Mulher pela Democracia**, eram também um excelente veículo de educação ideológica, que levavam a opinião pública ao pânico e ao medo. Estávamos na iminência de sermos invadidos por seres “extraterrestres”, os comunistas, que vinham destruir nossas famílias, nossas instituições democráticas. Era preciso colocar um freio, era preciso destruí-los. Para tais inimigos, a prisão era pouco. Era preciso jogá-los dentro do mar. O alvo, as vítimas dessa guerra, poderia ser qualquer cidadão que exigisse ou tivesse lutado por direitos sociais.

Muitos trabalhadores, que antes apoiavam os movimentos progressistas, por fraqueza e por medo, aderiram às marchas, que, através dos apelos radiofônicos, foram excelente instrumento de alienação popular. Talvez comparado hoje ao espaço ocupado pela televisão. Todos os que não concordavam com o regime militar eram considerados comunistas, portanto, inimigos.⁵²

⁵¹ Aqui era a Rádio Diário da Manhã, de propriedade da UDN, e a Rádio Guarujá, do PSD. O Jornal O Estado era de propriedade de Aderbal Ramos da Silva, do PSD e a Gazeta era de Iná Vaz, da UDN.

⁵² De acordo com Comblin, a estratégia de guerra contra-revolucionária da Doutrina de Segurança Nacional, “em primeiro lugar, é preciso liquidar todos os possíveis simpatizantes da revolução. Em princípio, todos aqueles que, antes da eclosão da guerrilha, pertenciam a partidos ou a grupos favoráveis à causa são possíveis simpatizantes. (...) Em seguida trata-se de detectar todos os membros da subversão. As técnicas são as mais variadas: presença permanente em toda parte: nos locais de trabalho, de transporte, de recreio; prisões rápidas, informações. Principalmente informações. Nessa guerra, a arma decisiva é a

O General Vieira da Rosa possuía uma coluna chamada **Conquista da Paz**, no jornal **A GAZETA**, onde escrevia diariamente. Extraímos parte do conteúdo do dia 09/04/64, conclamando a repressão aos “comunistas”.

“A operação limpeza é sempre desagradável; contudo, “a detenção dos totalitários e de seus cúmplices justifica-se pela segurança, no sentido de prevenir contra-ataques, agitações, desordens, bem como pela justa responsabilidade dos que nos levaram à terrível agonia da perspectiva de uma guerra civil.” (p. 1)

No dia 10/04/64, no mesmo jornal, encontramos o seguinte trecho educativo:

“Muito embora a atitude das autoridades venha sendo benevolente, não infundindo grandes temores aos comunistas e seus acumpliciados, muitos dramas familiares vêm à tona, como dolorosa surpresa de pais que, de súbito, viram seus filhos completamente envenenados pelo comunismo. (...) Também os governos, pela sua complacência e estreiteza política, são culpados, pois permitiam o livre uso de cátedra por mestres comunizantes que agiam sub-repticiamente, mas sensivelmente, outros descarada e atrevidamente (...) Já é tempo de serem tomadas medidas positivas e decisão implacável, contra todos os agitadores, todos os propagadores, todos os inimigos da democracia”. (p. 5)

O texto acima reflete o conteúdo corrente da educação ideológica veiculada na época. A inversão da realidade, que tentava levar o indivíduo à confusão e a não enxergar o que era real, moldava-o desse modo, para uma forma estreita de pensamento e para a defesa de um tipo de sociedade que proibia a liberdade de pensamento, liberdade pregada pelo próprio sistema capitalista.

Nesses primeiros momentos o mecanismo foi eficaz, conseguiu criar o terror e conduzir as pessoas à defesa de uma pátria imaginária. Para o senso comum funcionou. Por isso, as delações eram feitas com as melhores intenções. O inimigo estava “solto”, escondido e disfarçado em algum lugar. Era preciso denunciá-lo para salvar a pátria amada.⁵³

informação. Ela é necessária através de quaisquer meios. Os revolucionários sabem o que os espera. A tortura é a regra do jogo” (1978, p. 47).

⁵³ No segundo momento, o Estado Autoritário buscou o consenso através de uma imagem otimista do Brasil. O Brasil Grande Potência. Esta era a imagem cotidiana para os brasileiros que os meios de comunicação e todas as estruturas ideológicas tentavam inculcar. (A Igreja, a Escola, os Sindicatos, entre outros).

Os verdadeiros objetivos da Lei de Segurança Nacional não foram ditos. O conflito de classes, a pretensão do arrocho salarial para manter uma maior margem de lucro aos investidores externos, principalmente os norte-americanos, o entendimento da geopolítica: tudo isto foi silenciado.

Seria preciso confundir a opinião pública, inventando o “inimigo interno”, que poderia ser seu irmão, seu amigo ou vizinho. O próprio cunhado de um dos entrevistados, entregou os livros deste para a Polícia, numa demonstração de que os apelos da “pátria” foram mais fortes que os laços de parentesco e amizade.

Nesse movimento contraditório, aparece o bom senso e a solidariedade. O Estado, através de suas instituições principalmente os meios de comunicação, não conseguiu fechar os olhos ou calar a todos. Mesmo não compreendendo, havia a indignação das pessoas que eram, acima de tudo, amigas. Ainda que o comunismo (por ser algo desconhecido) as amedrontasse, a Polícia não podia simplesmente invadir a casa das famílias, levar maridos e mulheres presos e deixar crianças menores sozinhas.

Como lembra ainda Eglé Malheiros:

“Mas, também apareceu a face daqueles que a gente não esperava. Muitas vezes, amigos nossos nos evitavam, e pessoas que nós tínhamos um relacionamento mais distante faziam questão de nos procurar. Então isto é uma coisa que precisa ser acentuada. Porque muitos amigos viraram a esquina para não me encontrar e outras pessoas faziam questão de saber como é que tinha ido”. (8)

Dentro das prisões, a forma de desmoralização, nesse primeiro período de terror, era a tortura psicológica, como diz Salim Miguel em seu depoimento:

“A tortura psicológica era a seguinte: de madrugada, parava um jipe no pátio, entravam os soldados embalados, colocavam as pessoas dentro do jipe e, sem dizer para onde a gente ia, começavam a circular e a conversar entre eles. Conversavam sobre torturas, sobre pessoas que haviam sido presas, mortas, exiladas, sobre a repressão, mas assim como se fosse conversa natural entre eles. Depois me deixavam na ante-sala do Secretário de Segurança, que era e continuava sendo um líder integralista, e me faziam esperar uma, duas, três horas, até perto do amanhecer... e depois vinham dizer que o secretário tinha muito o que fazer e não tinha tempo de me atender”. (16)

Nésio Jack Pereira também se refere à tortura psicológica.

“Na verdade, houve ameaças, eles diziam que iam nos levar para um navio, para a Ilha das Cobras... família sem receber dinheiro passando necessidade, isso é o que mais assustava.” (15)

A Lei nº 4464, de 9/11/64, conhecida como Lei Suplicy, substituiu a UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), os Centros Acadêmicos por Diretórios Acadêmicos (DAs), criando o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A lei proibia que esses órgãos estudantis tivessem qualquer participação política, atrelando-os ao Ministério da Educação e às direções universitárias, as quais poderiam intervir, a qualquer momento, como na fixação de datas e normas para eleição das diretorias, ou simplesmente dissolvê-las se não estivessem de acordo com o padrão indicado (Moretti, 1984, p. 89).

Essa submissão dos órgãos estudantis ao Ministério da Educação tinha como meta transformar as entidades estudantis, outrora centro dos grandes movimentos democráticos no país, em apenas centros de esportes e lazer (Id. ib., p. 89). O objetivo era simplesmente este: **fazer calar**, para implantar o novo modelo econômico. Os padrões norte-americanos deveriam ser o modelo de ensino brasileiro, introduzidos através dos acordos MEC-USAID.⁵⁴

“Os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculado de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional.” (Cunha, 1985, p. 33)

O Ato Institucional nº 2 foi assinado em outubro de 1965, pelo governo militar do Marechal Castelo Branco, ao ser derrotado nas eleições estaduais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Com tal Ato, o presidente acabou com todos os partidos políticos e os substituiu pela Aliança Renovadora Nacional - Arena, partido do governo, e pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, partido de “oposição”. O AI-2 permitiu

⁵⁴ Acordos assinados entre: o Ministério de Educação - MEC e a Agency for International Development - AID (voltada para a assistência técnica e cooperação financeira e organização do sistema educacional brasileiro).

ainda ao Executivo fechar o Congresso Nacional, tornar indireta as eleições para presidente da República e estender aos civis a abrangência da Justiça Militar, dentre outras coisas.

Em consequência do AI-2, em 19 de julho de 1966, foram suspensos os direitos políticos, pelo prazo de 10 anos, e cassado o mandato do vice-governador e deputado de Santa Catarina, Francisco Roberto Dall'Igna, deputado estadual pelo PTB. Dall'Igna havia sido eleito, através da coligação entre PSD e PTB, em 1965, última resistência da oposição que ainda tinha condições de se expressar. O governador eleito pelo PSD foi Ivo da Silveira, homem de confiança de Celso Ramos e continuador de seu projeto de desenvolvimento.

Após a extinção de todos os partidos pelo AI-2, os políticos filiados à UDN e ao PSD uniram-se e ingressaram na Arena, agremiação criada pelo governo autoritário militar.

“Em fevereiro de 1966, são divulgados (editorial de ‘O ESTADO’ de 9/02/66) os primeiros passos de formação da Arena em Santa Catarina, ‘agremiação do governo federal e da esmagadora maioria de governos estaduais’ (...) enquanto Doutel de Andrade organizava o MDB no dia 9 de março, foi confirmada a escolha de Armando Assis (um ex-secretário da Saúde do governo Celso Ramos) para a presidência desta agremiação.” (Lenzi, 1983, p. 339)

Ainda, segundo opinião deste mesmo autor, “oitenta e cinco outros políticos egressos da UDN e do PSD integravam o Diretório Regional da Arena, numa centrada divisão do bolo do poder”. (Idem, p. 341)

Era necessário, para concretizar essa união, colocar no governo um membro da ex-UDN, uma vez que Ivo da Silveira era do ex-PSD. É assim que, em janeiro de 1967, foi eleito para vice-governador, indiretamente, pelo Legislativo, o advogado blumenauense Jorge Konder Bornhausen (ex-UDN), então com 28 anos. “Para que sua eleição pudesse ocorrer, foi preciso alterar a Constituição Estadual, que previa para o ocupante do cargo a idade mínima de 35 anos.” (Lenzi, 1983, pp. 341 - 343)

Desse fato se pode inferir que o regime autoritário não se expressava somente pela presença dos militares no poder, mas se concretizou através dos mútuos

apoios entre o governo autoritário militar (e sua violência) e as famílias mais representativas das oligarquias locais.⁵⁵

⁵⁵ A afirmação está baseada na pesquisa de Renné Dreifuss (1987).

CAPÍTULO 4

AS VOZES HORIZONTAIS SE LEVANTAM

O Novo Golpe de Dezembro de 1968

I. O medo foi vencido

Esse momento (pós-64) dá início ao silêncio quebrado em 66 com a eclosão de vários movimentos de oposição ao regime. O surgimento de alguns jornais, a reorganização sindical, as músicas de “protesto” e, principalmente, a reorganização do **movimento estudantil**.

Em Santa Catarina, o sindicato dos mineiros de Criciúma consegue romper o cerco e eleger uma chapa de oposição.

“Em 66 houve a necessidade da eleição, porque eles estavam sofrendo um desgaste muito grande dentro do sindicato. Então na época, nas várias reuniões entre a classe operária, eu saía como candidato a presidente do sindicato.

(...) Montamos a chapa e chegando na Delegacia do Trabalho meu nome foi cortado pelo DOPS. Embora eu não tenha sido processado (em 64), ... qualquer denuncia que tivesse... a gente não conseguia ser candidato a nada, porque eles tiravam. Ai eu tinha um amigo de Porto Alegre, que não era conhecido da região, chamado Valter que trabalhava na ... Ninguém conhecia, mas nós do Partido conhecíamos. Um bom companheiro e até hoje o nome dele é falado dentro do sindicato. Então voltamos a reunir a classe. Fizemos várias reuniões e escolhemos o nome dele pra ser o candidato no meu lugar. Ai, quando nós estávamos com a nossa chapa montada, a situação⁵⁶ veio falar com a gente pra montar uma chapa única... O interventor que até certo ponto teve decência... o Cardoso, naquela eleição foi ele o interventor. Antes do Cardoso teve outros interventores que na verdade venderam... Cardoso entrou para dar eleição e sentiu muita dificuldade em montar uma chapa e veio falar conosco, pra fazer uma composição, a qual nós aceitamos. Ai nós fizemos uma proposta. Nós o apoiariamos pra presidente do sindicato e o resto nós bancávamos pra dar uma idéia ‘nós íamos pegá-lo de canoa pra atravessar o Rio’. Inicialmente ele aceitou a proposta e foi consultar o delegado do trabalho. Ai o Delegado do Trabalho pegou os nomes e começou a cortar: fulano não pode entrar, ciclano... também, ele voltou com a proposta e nós dissemos: olha, Sr Cardoso, o senhor faz a sua chapa e nós fazemos a nossa. Ganhamos a eleição. Ai, em 66 assumimos o sindicato novamente.(...) Nós não tínhamos como dizer que éramos do PCB porque quem dissesse ia pra cadeia. Seria uma infração, era motivo pra intervenção no sindicato.

(...) Nós tivemos de 66 a 72... mas no meio do caminho houve um racha no Sindicato porque naquele tempo tinha também a AP.”⁵⁷

Volpato, (1984, p. 126), confirma as declarações do entrevistado:

⁵⁶ A “situação” significava os interventores do sindicato.

⁵⁷ Entrevista de um ex-mineiro realizada por Jaci Guilherme Vieira, pesquisador do Departamento de História da UFSC.

“Ao final de 1966, a Delegacia Regional do Trabalho autoriza eleições sindicais para o sindicato de Criciúma, que se realizaram nos dias 2 e 3 de setembro de 1966. Concorreram duas chapas, saindo vitoriosa a chapa encabeçada por Walter Henrich Willy Horn - o alemão. (...) esteve na presidência do sindicato no período compreendido entre setembro de 1966 a junho de 1971. A gestão dos dirigentes sindicais deste período se caracterizou pelo trabalho e luta, convivendo com uma constante repressão, segundo depoimento dos mineiros.” (Volpato, 1984, p. 126)

Nesse mesmo ano a **Ação Popular (AP)**⁵⁸ volta a atuar em Santa Catarina, conseguindo importante penetração popular através do movimento dos mineiros em Criciúma e do movimento estudantil.

Segundo depoimento de Edésio Passos, em 1966, Paulo S. Wright, já membro dessa organização, percorre o litoral do Estado de Santa Catarina onde floresceram as cooperativas de pesca, para convidar seus velhos amigos pescadores a se organizarem na Ação Popular. Com medo da repressão, os pescadores não aderiram à organização clandestina.

O movimento estudantil em Santa Catarina se intensifica e se reorganiza gradativamente através do intenso trabalho de luta por direitos democráticos, reforma do ensino e a abertura dos diretórios acadêmicos.

Em 1966, uma professora em Içara conhece o movimento dos mineiros em Criciúma e começa a atuar como colaboradora, trazendo para os mineiros, os jornais da Ação Popular. Nesse mesmo ano resolve fazer vestibular e entra no Curso de Pedagogia, passando a atuar no movimento estudantil.

“Quando eu cheguei em Florianópolis, em 1966,(...) não se falava absolutamente nada. Silêncio completo. No dia 31 de março foi colocado na faculdade, um cartaz, um cartazinho pequeno, numa folha de papel de embrulho, que dizia assim: ‘31 de março vamos conversar sobre isso?’ marcava o local e eu fui. Ai no local estava o Wedekim, que também tinha lido. Quem tinha escrito era um estudante de direito que hoje é advogado em Joaçaba, chamado Getúlio Kalinoske. Os três babaquinhas ali e um não conhecia o outro. O Wedekim também era estudante de direito. Um olhou para a cara do outro. Ai, o

⁵⁸ A Ação Popular nesse período, ressurgiu já com outra visão de luta revolucionária. Depois da passagem por Cuba de alguns de seus membros, como Paulo Stuart Wright, absorve a influência foquista. Segundo Gorender, 1987, “em 1965, já é taxativa a decisão da AP de tomar o caminho da luta armada.” Mais tarde, a AP adere a tática chinesa de **guerra revolucionária** prolongada, rejeitando o imediatismo da luta armada e a atração por ações expropriatórias (p. 113). Para Alves, (1989, p. 143) (...) a Ação Popular, já endossara a luta armada e o foquismo num congresso clandestino realizado no Uruguai em 1966. A AP era particularmente forte no movimento estudantil; depois de 1964, conquistara muitas das posições eleitorais importantes na UNE e nas organizações estaduais”.

Getúlio de pé (mais ou menos formal), disse 'que era uma data que não podia passar em branco, porque o povo brasileiro estava calado e que nós tínhamos que ter a coragem de falar'. Eu disse que estava contente porque na minha terra eu tinha com quem falar. O Wedekim também falou, e a gente mais ou menos que criou um pacto. Mesmo que não seja dito, chegava no restaurante universitário, um olhava para o outro, já se entendia. Tomamos a decisão naquele dia de ver se tinha alguém que dava para puxar conversa na Universidade e tentar reabrir os diretórios.

(...) redigimos um manifestozinho bem suave para reabrir os diretórios. Eu distribuí na Trindade, lá onde é hoje o Básico. Porque na época era Pedagogia, Filosofia. Direito era no Centro. 'Eles' fizeram no Centro e foram fazer na Medicina que era perto. Marcamos uma reunião.

(...) nessa reunião, já vem mais o Heitor Bittencourt que era da Medicina, apareceu um menino do direito, apareceu outro que era da Administração. Eu sei que foi juntando mais ou menos umas oito pessoas. Mas não se falava em organização não (Partido). E eu acho que na época, a gente foi muito atirado porque a gente não tinha medo. Não pensava em repressão, nada disso.

(...) O ano de 1966, foi um ano assim de descobrir gente, de ganhar gente. Então começamos a fazer reuniões e reabrimos todos os diretórios." (5)

O governo autoritário de Castelo Branco, em setembro de 1966, numa tentativa de esvaziamento do movimento estudantil, liberou vinte bilhões de cruzeiros para o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico - MUDES, e substituiu em 1967 a Lei Suplicy pelo Decreto-Lei 228, consolidando a implantação do acordo MEC-USAID⁵⁹ e extinguindo o Diretório Nacional dos Estudantes - DNE.

Em consequência dessas medidas e de outras pertinentes ao próprio endurecimento do regime, os estudantes radicalizaram suas posições no XXIX Congresso Nacional realizado no convento dos padres dominicanos, na cidade de Valinhos-SP. (Moretti, 1984, pp. 93-94)

O movimento estudantil em Florianópolis crescia e, ao final de 68, foi um dos principais movimentos de resistência em Santa Catarina, como nos afirma ainda Derlei:

"(...) Nós organizamos um grupo bem grande que cresceu na Universidade. Valmir Martins, Lorenzetti, Heitor Bittencourt, Motta, Sérgio Grando, Edson Andrino, esses caras todos que estão na política começaram a aprender nas nossas reuniões da AP. O grupo era grande, chegamos a ter 40 militantes". (5)

⁵⁹ Acordo entre o Ministério de Educação e Cultura - MEC - e o United States Agency for International Development - USAID.

Em abril de 1967, Heitor Bittencourt foi escolhido como presidente do Diretório Central dos Estudantes - DCE da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Segundo a entrevistada, foi fundado o Diretório Acadêmico 8 de setembro e reabertos os diretórios dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras e Medicina. Organizou-se eleições. As reuniões aconteciam no DCE.

“Tem um prédio ali na Álvaro de Carvalho, a UCE tinha construído. Estava fechado. Em 67, nós reabrimos, mudamos a chave, organizamos o mimeógrafo. Ai estava assim, já funcionava mesmo como um centro estudantil. E o pessoal que não tinha onde morar, que é o caso do Bode,⁶⁰ dormia lá. Metade de 67, até o AI-5 aquilo ali foi um quartel general. Todo mundo freqüentava aquilo ali diariamente. E as discussões políticas eram abertas com realizações de assembléias...” (5)

O movimento estudantil em Florianópolis não conquistou uma grande expressão em termos de organização, como ocorreu nos grandes centros como Rio e São Paulo. Mas, levando-se em consideração o nível de desenvolvimento da capital e do Estado, e a própria composição política dominante, como já ficou claro no primeiro capítulo, representou um grande avanço na luta contra o Estado Autoritário. O trabalho era muito mais de “formiguinha”, como costumava-se falar. Eram constantes as pichações de muros, a distribuição de folhetos e jornais. Por exemplo, certa vez os estudantes saíram de carro e picharam o Estado inteiro com o slogan: **Abaixo a Ditadura!**

Uma característica do movimento estudantil catarinense da época era sua visão de responsabilidade.

“Nós íamos às aulas, éramos bons alunos, tínhamos boas notas. Os militantes participavam de todos os trabalhos. A nossa orientação era de que não podíamos faltar as aulas, tínhamos que ser bons alunos, ser um exemplo dentro da sala de aula. Trabalho de grupo que os professores pediam, a gente sempre liderava o grupo. Até o AI-5, dia 13 de 1968, continuamos freqüentando as aulas.

(...) Por exemplo, de 67 a 68, fizemos pichações de São José a Araranguá. A gente viajava pichando tudo. Pichações contra a ditadura. E nas reuniões, quando a gente planejava isso tinha alguns locais que a gente achava que não devia pichar. Por exemplo, o Palácio Rosado em Florianópolis. Era decisão nossa de não pichar porque era uma obra de arte, tinha que respeitar. O Heitor Bittencourt falava muito isso nas reuniões. Na Universidade, a gente fazia campanha para as pessoas não pisarem na grama. Não pisávamos na

⁶⁰ É o apelido carinhoso dispensado a Sérgio Grando, hoje Prefeito da Capital.

grama. Não arrancávamos flores. Nós não éramos predadores e nem estávamos desligados do contexto da sociedade em que vivíamos. Íamos a praia, íamos aos bailes...”
⁶¹ (5)

Uma observação interessante é que entre de 66 a 68 ainda se podia viver, principalmente em Santa Catarina, mais ou menos na “legalidade”. Não havia grande repressão política no Estado catarinense, no que se refere às prisões.. Muitos dos entrevistados afirmaram que agiam mais ou menos livremente. A repressão era feita de forma mais sutil, através do ensino alienado, da imprensa censurada e dos próprios grupos de direita organizados, como a TFP e o círculo operário.

Como diz a própria Derley:

“A gente até que tinha consciência que podia ser preso, mas não passava na nossa cabeça ainda a questão do medo. O medo surge a partir do AI-5.” (5)

Também outros entrevistados afirmaram o mesmo.

“Nós não ligávamos para a repressão (eu não sei se por ingenuidade ou porque a gente entendia aquilo, a participação como espaço puro de cidadania), sabíamos de sua existência, mas não tínhamos consciência dela.” (19)

“Até 68 ainda tinha condições de reação, a Frente Ampla, a marcha do Rio, o pior foi depois de 68. Em 66 ainda a gente discutia, nós discutíamos abertamente lá em São José.”
 (15)

Nesse mesmo período (66 a 68) reaparece, também em Florianópolis, mais organizada, a TFP - Tradição Família e Propriedade, representando os segmentos mais conservadores e reacionários da sociedade.

“Ficava na Álvaro de Carvalho (perto da UCE),(...) Então, nas manifestações, nas passeatas, eram eles quem nos reprimiam. iam com sarrafo, paulada, pedra... Uma vez teve uma manifestação (...), em que a gente estava indo ali para o palácio do governo, onde tem o prédio das secretarias, o Tesouro ... e eles vieram num grupo com pedra, funda, pedaço de madeira, sarrafo, e começaram a dar sarrafada no pessoal. E eles entraram na Catedral batendo no pessoal. Ai, tinha um padre ali chamado padre Pedro, ele é bem assim magrinho, falinha mansa... E ele disse não! aqui dentro ninguém vai bater

⁶¹ Não tinham lido Gramsci, mas pensavam numa reforma intelectual e moral.

em ninguém! podem sair. E nós ficamos dentro da Catedral porque eles estavam esperando lá fora.” (5)

Para os operários a repressão sempre foi mais rigorosa, pelas próprias condições econômicas e pressão dos patrões. Como ainda acontece hoje com o movimento dos trabalhadores sem terra e com os operários em geral.

“Em 67, também começam as greves nas minas de carvão lá em Içara e quem lidera foi um homem que mora em Imaruí, hoje velhinho, chamado Nerio. Ai, veio o primeiro de maio de 67, neste primeiro de maio, foi organizado uma pichação e foram presos 14 operários. Ai, veio o Maneca, o Doutel, para tirar esse pessoal da cadeia.” (5)

Houve ainda uma outra tentativa de organização do Movimento Contra a Ditadura, conhecido como MCD. Segundo entrevista com Edésio Passos, esse movimento não conseguiu grande expressão, em nível do Estado e nem mesmo de país. O MCD partiu de uma iniciativa da UNE e agiu mais em nível de propaganda contra o regime, distribuindo folhetos, pichando muros e entregando jornais em que se lia a mesma palavra de ordem: **Abaixo a Ditadura!**

Uma ação importante do MCD foi a campanha pelo Voto Nulo em 1966. No jornal **A Revolução**, da Ação Popular, encontramos o seguinte texto elucidativo sobre o fato.⁶²

“O MCD NÃO ENGANOU O POVO. O Movimento contra a Ditadura colocou, com uma clareza olimpica e dentro das possibilidades que possuía, uma incontornável escolha para o eleitorado: aceitar e referendar a ditadura, votando nos candidatos por ela (SNI) aprovados, ou partir da raiz do problema, denunciando as eleições que, sob a enganosa fachada da ‘redemocratização’ (redemocratizar onde nunca houve democracia?), apenas institucionalizam a ditadura.

Na verdade, a nossa palavra de ordem pelo “voto nulo”, longe de encerrar uma imposição ao povo, representou, como o foi a criação do próprio MCD, uma exigência popular. Representou, em termos de consciência e organização, a interpretação da revolta

⁶² Capa: JORNAL LIBERTAÇÃO n° 2 LIBERTAS QUAE SERA TAMEN. Brasil ocupado, dezembro de 1966 - 200 cruzeiros.

Este jornal foi guardado durante 20 anos por ex-militantes da Ação Popular. Escondido no porão de alguma casa em Criciúma, representa o pouco que restou do que havia de escrito na época da repressão. Encontrar um jornalzinho desses com alguém, na época, poderia significar a prisão e mesmo a morte. A maioria do material de propaganda contra a ditadura foi queimado, jogada no lixo por muitos militantes. Quando alguém era preso, tratava-se de queimar tudo, esconder na casa de alguém distante todos os livros que poderia comprometer ou ser considerado subversivo. Porque até um livro do IBGE foi considerado “material subversivo” pelos Órgãos de Segurança.

individual de cada assalariado do campo e das cidades, estudantes e intelectuais, todos de uma ou de outra forma oprimidos e espoliados pela ditadura entreguista.

Por isso, reafirmamos que o MCD NÃO ENGANOU O POVO, simplesmente porque o MCD, nesse gesto, sintetizou a opinião da grande massa, aquela já ensurdecida pelas mesmas ladainhas dos mesmos rotos messias ou calada pela força das armas e do terrorismo policial. O MCD foi às ruas e falou por todos nós: foi às urnas e formalizou, por todos nós que, afinal, somos o MCD, o voto de protesto, o voto sem discriminação, o voto aberto de um movimento que vem congregando todos aqueles dispostos a lutar pela democracia no Brasil.

(...) Negando a farsa, o MCD avançou para uma posição afirmativa: o voto ideológico, o voto da coerência. Não o emocional, o da meia-solução, o voto da consciência tranqüila, o da indireta conciliação com o aparato ditatorial. Conciliar com o opressores é assinar o atestado de óbito da nossa libertação, é renunciar ao nosso poder, à nossa luta, enfim.

A nossa consciência, alçada à compreensão revolucionária pela transformação radical da sociedade brasileira, recusa soluções que mecanicamente lhe sejam impostas. O voto nulo é o resultado da nossa capacidade de apreender a essência da realidade política dos dias que correm para não nos deixarmos envolver por manobras enganadoras. Votar na ditadura é capitulação; o voto nulo já é História."

Houve também uma tentativa de reaglutinação de forças conservadoras que, excluídas da participação política, tentaram organizar a chamada "Frente Ampla". Tal Frente partiu exatamente de dois articuladores do golpe de 1964: Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na época governador da Guanabara, os quais, insatisfeitos com o regime, articularam-se com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, aproveitando o seu prestígio político.

"Em setembro de 1967, os principais líderes da frente reuniram-se com o ex-presidente João Goulart, exilado em Montevideú, Uruguai, para discutir as atividades da oposição e determinar metas comuns. Um acordo formal de cooperação foi assinado pelos quatro líderes, estabelecendo as bases de sua aliança. Este documento, conhecido como Pacto de Montevideú, constituiu o Programa da Frente Ampla." (Alves, 1989, p. 127)

Segundo Alves (1989), a Frente recebeu amplos apoios de setores da sociedade civil, como líderes sindicais e estudantes, o que a tornou uma ameaça para o Estado de Segurança Nacional, provocando a proibição de qualquer menção dessa atividade nos meios de comunicação.

Todavia, a Frente não empolgou uma parte da esquerda e principalmente a UNE, conforme encontramos no jornal Revolução, da Ação Popular.

“(...) O problema da frente é portanto o problema de saber em que forças ela deve estar apoiada e quem pode se aliar a ela. É igualmente importante saber quem não deve fazer parte, quem não pode ser a base da frente contra a ditadura. Não pode ser a base da frente os agentes do imperialismo e seus aliados dentro do Brasil. Não será Lacerda, que escolheu Castelo, nem Juscelino que votou nele, nem Krueel que garantiu o golpe em São Paulo. Nem Magalhães ou Ademar, nem todos os outros gorilas sem farda credenciados para ser a base de uma frente contra a ditadura que ajudaram a criar. Todos eles são sócios menores do imperialismo que Castelo e Costa e Silva defendem através das forças armadas. A frente de luta contra a ditadura não deve ser resultado de conchavos, mas de uma luta de massas.

(...) À Frente Ampla Imperialista, de cúpula e conchavos, o povo responderá nas ruas com o MCD, frente popular antiimperialista contra a ditadura.” (Jornal Libertação, de dezembro de 1968)

O MCD, portanto, foi um movimento também de contraposição à chamada Frente Ampla. Sendo um movimento iniciado pela UNE, podemos inferir que a maioria dos estudantes de esquerda não apoiaram aquela Frente.

No início de 1968, o regime começou a endurecer em nível nacional e como os estudantes eram responsáveis por grande parte da resistência contra a ditadura no país, passaram a ser o alvo principal.

Como nos lembra Moretti, (1984),

“O estopim para que os estudantes passassem da radicalização das palavras à radicalização dos atos foi aceso a 28 de março de 1968. Neste dia, o estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto foi barbaramente assassinado pela polícia carioca quando jantava no restaurante estudantil do Calabouço.” (p. 94)

Segundo Derlei, a primeira cidade que se levantou para protestar foi Florianópolis, organizando uma passeata em frente à Catedral, com cartazes e faixas condenando e denunciando a violência da morte do estudante carioca.

“Nós estávamos em greve na Universidade e ficou assim em efervescência até outubro de 1968.” (5)

Em agosto, houve uma violenta repressão a uma manifestação realizada em São Paulo e também a invasão da Universidade de Brasília.

Em 12 de outubro de 1968, foi realizado clandestinamente em Ibiúna, o XXX Congresso da UNE, com a participação de cerca de 800 estudantes. Para

participarem desse Congresso foram eleitos 12 delegados de Santa Catarina; um representante de Tubarão, de Joinville, de Blumenau e nove de Florianópolis.

A maioria dos estudantes que participou do Congresso foi presa. O General Vieira da Rosa, Secretário de Segurança Pública na época, enviou o Delegado do DOPS, Dr. Arley, para buscar os estudantes catarinenses em S. Paulo.

Segundo depoimento de Derlei, os estudantes vieram espontaneamente porque sabiam que chegando aqui seriam soltos. No retorno o chefe da polícia ofereceu almoço e os tratou bem. A polícia encontrou uma estratégia para esvaziar a manifestação organizada em frente à Secretaria de Segurança Pública: deixou os estudantes que vieram de S. Paulo em locais diferentes.

“Depois do Congresso de Ibiúna, o Exército invadiu a Universidade e estava todo mundo nas salas de aula. O Professor Edmundo Moreira, disse: - ‘Junta todo o pessoal e leva pra minha sala’-. A Universidade tem autonomia”. (5)

O professor Edmundo, que era Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, enfrentou o comandante e defendeu a autonomia da Universidade. O Exército não prendeu ninguém.

No dia 5 de dezembro de 1968, veio a Florianópolis o presidente Costa e Silva. Os estudantes organizaram uma manifestação.

“Estava tudo organizado. Panfletagem, bilhetinho entregue de mão em mão, cada grupo de cinco tinha um coordenador. Passamos um trabalho danado para organizar. Na noite anterior, o Vieira da Rosa manda recolher nas casas todo pessoal. Ao todo foram presas 12 pessoas que eram coordenadoras dos grupos.

(...) O Vieira da Rosa disse: ‘Não, hoje vem o Presidente da República e nós não queremos confusão na cidade. As únicas pessoas que podem aprontar confusão são vocês então é pra prevenir’.” (5)

Levaram os estudantes para a Delegacia de Biguaçu. Deram comida de restaurante, chocolate e até levaram o Manifesto Comunista. Enfim, trataram os estudantes como criancinhas. No dia seguinte soltaram todos. Era uma repressão diluída com açúcar para não ser notada. Uma forma muito inteligente de silenciamento.

A reorganização do PCB.⁶³

Depois de 1964, o PCB em Santa Catarina ficou praticamente esfacelado. Muitos militantes transferiram-se para outras cidades ou ficaram em silêncio. Em 1967, o PCB gradativamente volta a organizar-se em “Células de Bases”. Em Criciúma, o Partido não chegou a ficar totalmente desarticulado, porque em 66 trabalharam para constituir uma chapa de oposição ao interventor do Sindicato dos Mineiros, saindo vitoriosos.

No processo nº 749, que tratava do julgamento dos implicados na Operação Barriga Verde em 1975, consta que: em 1967 foi fundada uma célula em Criciúma e outras se seguiram até 1975. Neste ano, o PCB já estava organizado em muitos municípios catarinenses como Florianópolis, Itajaí, Joinville e Criciúma.

De acordo com o mesmo processo, consta que em 1968 foi criada uma célula desse partido na UFSC. Segundo Gerônimo Machado (9), esta organização foi iniciada em 1967. A maioria dos entrevistados confirmam que os grandes movimentos de confronto com o regime militar como por exemplo, as manifestações, foram realizadas a partir de acordos conjuntos entre as organizações clandestinas, (no meu estudo eram principalmente a AP e o PCB), o que não impedia de ter ocorrido muitos embates e conflitos.

As organizações de esquerda divergiam quanto à estratégia a seguir. Muitas vezes acusavam-se de estarem fazendo o “jogo” do regime, chegando a serem considerados inimigos. Em muitos jornais da Ação Popular, e posteriormente do PC do B, haviam afirmações de que o inimigo principal da classe operária seria o **Imperialismo Norte-Americano** e o **Imperialismo Soviético** e seus seguidores. Os militantes do PCB acusavam os militantes das outras organizações mais radicais de atraírem a repressão ou de serem infiltrados da polícia.

Era orientação da direção nacional do PCB, já nessa época, apoiar o MDB,⁶⁴ segundo a estratégia da viabilização de um projeto socialista via burguesia nacional, como já afirmou Gorender (1987), a respeito da estratégia dos dois turnos.

⁶³ Existe uma pesquisa sobre a história do PCB em Santa Catarina sendo realizada por Jaci Guilherme Vieira, com data de defesa para fins de 1993.

Por outro lado, de acordo com os documentos da AP, em 1966 já se falava em guerra revolucionária. O inimigo principal era o “Imperialismo Norte-Americano”.

Dessa forma, perdia-se a visão do objetivo imediato, a luta contra o Estado Autoritário. Gastou-se muita energia inutilmente, dispersando forças que poderiam aglutinar-se, o que tornava-se proveitoso para o regime militar.

Em 1968, após o AI-5, a direção da UCE passa a ser ocupada por Roberto Motta, do PCB, e em 1969 os candidatos da chapa à sucessão dessa entidade, Gerônimo Vanderley Machado, Luiz Bonzon e Marcos Cardoso Filho foram cassados pela Reitoria da UFSC através de uma portaria que os tornou inelegíveis. O movimento estudantil desapareceu, foi silenciado com a eleição de Rodolfo Pinto da Luz para presidente do D.C.E.

Em 1970, o grupo de militantes do PCB passou a atuar via juventude do MDB. Em 1975, foi outra vez reprimido por ocasião da Operação Barriga Verde.

Segundo depoimentos de alguns entrevistados, parece que o PCB catarinense, nesses anos pós AI-5, não conseguiu grande penetração no movimento operário nem no movimento estudantil. Continuou seu trabalho muito mais via MDB, nos grandes acordos políticos ou através da imprensa oficial e alternativa. A maioria dos membros do PCB presos na Operação Barriga Verde também pertencia ao MDB.

⁶⁴ Todavia, segundo um ex-membro desse partido, Nésio Jacques Pereira, o PCB passou a apoiar o MDB desde sua criação em outubro de 1965, após o AI-2. A resolução oficial de apoiar o MDB foi tomada no VI Congresso Nacional do PCB em 1968. (Ventura, 1988, e fontes de pesquisa de Jaci Guilherme Vieira, mestrando em História da UFSC).

2. A consolidação do governo autoritário militar. O novo golpe

Em 1968, a luta contra o regime autoritário atingira altos níveis de organização. Houve muitos atritos com o Congresso Nacional; o movimento estudantil crescia em organização; uma parte importante da sociedade civil estava na rua exigindo liberdade. As greves de Contagem e Osasco⁶⁵ foram outro motivo de acirramento de ânimos da linha dura, somado às informações por parte do aparelho repressivo da preparação de grupos de guerrilha urbana. O discurso do deputado Márcio Moreira Alves⁶⁶ foi apenas o estopim que explodiu para o governo decretar o Ato Institucional nº 5 - AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

O AI-5, para a sociedade brasileira, foi o signo de poder do regime militar. Trazia no seu interior a pretensão dos militares de se perpetuarem no governo. Com o AI-5, o cerco estava completo: a tentativa do Estado era decretar o silêncio através da força. Não havia mais direitos nem garantias constitucionais. O Congresso foi fechado, parlamentares foram cassados. O Ato atingiu até mesmo seus sócios, como o ex-governador Carlos Lacerda, colaborador e articulador do golpe em 1964.

“O AI-5 já estava pronto em julho de 1968. Ele fora preparado em resposta ao crescente apoio da classe média às manifestações estudantis e à militância dos trabalhadores, demonstradas nas greves de Contagem e Osasco.” (Alves, 1985, Op. cit. 130)

Em fevereiro de 1969, Costa e Silva foi afastado do cargo por problemas de saúde. O Vice-Presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de assumir o poder, graças ao chamado “golpe branco” desfechado pelos três ministros militares que ocuparam a direção do governo até a posse do próximo presidente.

⁶⁵ Consultar Gorender (1987, p. 95).

⁶⁶ **“O pretexto despercebido.** Os tempos, evidentemente, não eram de conciliação, como mostravam também as passeatas de estudantes no Rio e em São Paulo. Certamente por isso passou completamente despercebido um discurso de pequeno expediente feito pelo deputado Márcio Moreira Alves, no dia 3 de setembro. Nele, o parlamentar carioca convidava as moças brasileiras a não namorar militares e pedia que os pais e mães boicotassem o desfile de 7 de setembro.” (Ver artigo de José Carlos Bardawill. **Nove Anos de Serviços**, de Marcito e Alencar. **Revista Isto É** 7/12/1977)

Mais tarde, o Congresso foi reaberto para referendar o nome do Presidente General Garrastazu Médici. Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, Médici iniciou um dos períodos de maior repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. De um lado, a repressão, de outro, a festa, com a música “Prá Frente Brasil”, o futebol e a Copa do Mundo. O país viveu o clima do chamado “Milagre Econômico” (1968 a 1973), enquanto a dívida externa passava de 3,9 bilhões de dólares em 1968 para 12,5 bilhões em 1973. (Alves, 1989, p.146)⁶⁷

Na opinião de Srour (1982),

“A conjuntura posterior à consolidação do regime abrange os últimos meses do governo Costa e Silva, os dois meses da Junta Militar que declarou o impedimento do presidente e de seu vice Pedro Aleixo, e os anos da folia ufanista do governo Médici (1969-1974). Uma conjuntura, sem dúvida, singular, depois da queda do Estado Novo. A dos anos dos paradoxos: do “milagre brasileiro” com sua cornucópia de benesses para os gestores estatais e privados, para as burguesias interna e internacional, para as altas camadas da classe trabalhadora e dos pequenos proprietários; mas também, da repressão feroz, meticulosa, apoiada num arsenal atualizado de brutais técnicas de tortura, e acompanhada pela generalização do medo. Foram anos de consumismo desenfreado e de perseguições, exílios, cassações, inquietações difusas; anos de vibrações apoteóticas pelos feitos esportivos e de Esquadrões da Morte; de apelos grandiloquentes às virtudes do Brasil-potência de censura impiedosa; de projetos-impacto com obras faraônicas (...) e de implacável arrocho salarial. Foram anos de chagas silenciosas de um povo que vai mal, num País que vai bem, segundo as palavras emocionadas - e vãs - do general-presidente Médici.” (p. 42)

Em Santa Catarina, após o dia 13 de dezembro de 1968, intensificou a fase do medo. O princípio de reorganização social conseguido de 1966 a 1968 foi desmantelado pela repressão. Com a notícia do AI-5, as lideranças catarinenses se esconderam para não serem presas pelo Exército que agora comandava a repressão.

Imediatamente após o AI-5, poucas pessoas foram presas em Santa Catarina. Decretado o Ato, os estudantes fugiram dos diretórios e os dirigentes das

⁶⁷ Segundo os manuais da ESG, “O desenvolvimento não visa a imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem objetiva o atendimento de suas necessidades básicas. Na realidade, como já foi observado, a doutrina da ESG aceita expressamente a necessidade de sacrificar a geração presente e mesmo sucessivas gerações como preço de rápida acumulação de capital” (Alves, 1989, p. 147). É importante ler desta autora, o item 3 do Cap. VI - “O Milagre Econômico”, onde retrata-se a situação de maior pobreza da população brasileira. Os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos. A situação dos trabalhadores que recebiam salário mínimo degradou-se em quase 50% no período. A média de trabalho no Brasil subiu de 12 para 14 horas diárias.

organizações políticas se esconderam.. O Exército invadiu o DCE (na rua Álvaro de Carvalho), então protegido pelo Ato. O estudante Sérgio Grando, que se encontrava na UCE no momento da invasão, foi preso. Outro estudante preso alguns dias depois, Roberto Cascaes, foi enviado a Curitiba e barbaramente torturado. Os militantes catarinenses, aqueles que tinham o mais leve desejo de viver em uma sociedade democrática, experimentaram mais uma vez em sua história, o silêncio.

Em fevereiro de 1969, o governo lançou mais um instrumento de repressão que pretendia “calar” de uma vez as vozes que se rebelavam - o famigerado decreto 477.⁶⁸ Em Santa Catarina, muitos professores e estudantes foram enquadrados nesse Decreto. Foram atingidos, entre outros, os membros do PCB já citados, que faziam parte da UCE.

Para ser punido, bastava estar incluído em alguma lista suspeita.. Os arquivos da Assessoria de Segurança e Informação da UFSC desapareceram e não foi possível detectar quantos professores, estudantes e funcionários foram punidos pelo Decreto 477.

Como disse na introdução deste trabalho, nesses anos os que **podiam falar** expressavam-se sempre na linguagem da classe dominante.

*“Multidões dançantes invadiam praças e ruas e cantavam, uníssonas, ‘prá frente Brasil...’ no embalo dos slogans governamentais - ‘ninguém segura este País’, ‘ame-o ou deixe-o’.*⁶⁹ *Era o arbítrio consorciado com a propaganda institucional, ambos maciços e implacáveis. Nesta conjuntura, sem dúvida, os prenúncios para uma transição possível do regime autoritário para alguma variante do regime totalitário ganharam contornos. Uma transição bastante viável para algo em que o ‘terrorismo estatal’ imperaria incontestado.” (Srouf, 1982: 43)*

⁶⁸ O Decreto 477: “Cometeria **infração disciplinar** o professor, o aluno ou funcionário de estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais os seguintes: aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito, distribuir material subversivo de qualquer natureza.

Se o infrator fosse professor ou funcionário, seria demitido (ou dispensado), e proibido de ser nomeado (ou admitido ou contratado) por qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de cinco anos. Se fosse estudante, seria desligado do curso, e proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por três anos”. (Cunha, 1985, p. 38)

⁶⁹ Segundo a propaganda do regime, os que discordavam, não amavam o Brasil, deviam deixá-lo, ou seja, exilarem-se. Esta também era uma forma de educar para o silêncio.

Foi o tempo dos projetos faraônicos, como a ponte Rio-Niterói e a Transamazônica. A voz oblíqua de muitos se expressou nas urnas demonstrando sua indignação. Em 1970, com a renovação do Congresso Nacional, a soma de abstenções e votos brancos e nulos atingiu 46% do total dos eleitores. Tal acontecimento foi uma vitória das organizações progressistas clandestinas que trabalharam intensamente para mostrar o caráter autoritário e repressivo do regime.

Para a Câmara Federal, a ARENA obteve, nessas eleições, 47,5% dos votos enquanto o MDB, 19,5%. Em Santa Catarina, foram eleitos pela ARENA 9 deputados federais e pelo MDB 4. As duas vagas para o Senado foram preenchidas pela ARENA, representada por Antônio Carlos Konder Reis e Lenoir Vargas Ferreira. Em 15 de março de 1971 foi empossado, por eleição indireta, o governador Colombo Machado Salles. O MDB, partido opositor em ascensão, era presidido pelo deputado Pedro Ivo Campos, com pouca expressão política no Estado.

“A dominação política do situacionismo em Santa Catarina era tão acentuada que mesmo dentro da própria ARENA (presidida pelo ex-pessedista Renato Ramos da Silva) não havia maior movimentação até o início do mês de novembro, quando no dia 15 se consumaria o ato eleitoral. A não ser as publicações de fotos dos candidatos nos jornais, nada mais denunciava o pleito.” (Lenzi, 1983 : 353)

Não é difícil perceber quão complexa era a tarefa de organizar a resistência ao regime. Já dizia o cantor Chico Buarque, “a minha gente hoje anda falando de lado e olhando no chão”. Como me referi anteriormente, o silêncio das eleições de 70 só foi quebrado pelas pichações nos muros e pelos folhetos dos militantes clandestinos.

3. A participação da Igreja nos movimentos de coerção e resistência

Os anos 70 estiveram impregnados de silêncio. Muitas lideranças nascidas da Ação Católica haviam rumado para movimentos mais radicais como a Ação Popular e se afastaram da Igreja para viver na clandestinidade. Os movimentos tradicionais da Igreja, como “Filhas de Maria” e os “Marianos” desapareceram. A Igreja escolheu para substituir os espaços vazios os movimentos que visavam a espiritualidade: os Cursilhos, os Emaús, o TLC - Treinamento de Lideranças Cristãs. Da mesma forma que o Estado, a Igreja optou por movimentos que não contestavam, mas que cantavam. “Todos juntos, pra frente Brasil, do meu coração ...”

Como relembra um entrevistado:

“Foi uma época em que explodiram esses movimentos, assim ‘água com açúcar mesmo’, completamente fora da realidade. E aí vem as músicas do Pe. Zezinho, os livros de Leomar de Barros. As irmãs Paulinas nunca venderam tanto disco e tanto livro como nessa época.” (10)

Em confronto a esse movimento,⁷⁰ começaram a surgir pequenos grupos de jovens que já tinham um outro tipo de visão social, orientados pela Conferência Latino-Americana de Medellín, cujo documento foi bastante utilizado pelos mesmos.

O Padre Edgar de Oliveira foi o responsável pela “assessoria” a esses grupos que nasciam do vazio deixado pelos antigos movimentos populares e estudantis.

⁷⁰ “Observamos que já antes de 74 a Igreja Católica estava envolvida na proteção de presos políticos e na denúncia da violência de Estado. Durante o período de mais drástica repressão, de 1969 a 1973, a Igreja agiu decisivamente na defesa dos que estavam em perigo ou eram vítimas de perseguição.” (Alves, 1989, p. 201)

Sabe-se que não foi toda a Igreja, mas parte da mesma que aderiu à luta contra o Estado Autoritário. Foi a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, em nível formal, através da Pastoral dos Direitos Humanos, assumiu essa responsabilidade. “A CNBB ou a conferência regional dos bispos podem redigir uma denúncia formal e oficial. O bispo ou arcebispo responsáveis podem interceder pessoalmente junto a alguma autoridade, valendo-se de sua influência em favor da vítima. Fracassando estas duas iniciativas, a Igreja pode convocar a solidariedade internacional, para proteger o preso de maiores perigos. Sobretudo, a Igreja trata imediatamente de informar a opinião pública através da imprensa ou, se isto for impossível em vista da censura, mediante canais de comunicação alternativos de que disponha, inclusive os das organizações de base e das várias paróquias” (Idem, p. 202).

Foi criada uma equipe coordenadora que funcionava na casa do bispo D. Afonso Niehues, e que dava total apoio ao movimento dos jovens.

“O objetivo desse trabalho era garantir a identidade destes pequenos grupos com a sua realidade local, promovendo uma articulação entre eles. Discutindo temas específicos e não realizar mais aqueles encontros de espiritualidades fortes que haviam a partir dos Cursilhos, depois o TLC (Treinamento de Lideranças Cristãs), e depois os Emaús.” (10)

Foram promovidos encontros regionais, principalmente em Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, Brusque e Itajaí. Os grupos eram articulados primeiro em nível de comunidade, depois em nível de município. Por exemplo, em Palhoça havia de 10 a 15 grupos. As discussões eram feitas a partir da realidade da juventude, por temas específicos, com o método utilizado pela Ação Católica: ver, julgar, e agir.

“Nós utilizávamos muito também o documento de Medellín, o documento de Puebla e os documentos oficiais da CNBB. E na época, em um momento oportuno, nós fizemos muitos seminários e discussões. Fazíamos encontros reunindo mais de dois mil jovens.” (10)

Segundo o mesmo entrevistado, o ano de 1975 foi um ano de grande mobilização. O conflito entre esse trabalho educativo e a corrente dos movimentos tradicionais da Igreja considerados reacionários,⁷¹ era evidente. O Pe. Edgar foi proibido de celebrar missas em muitas paróquias.

“(...) Na luta contra a ditadura a grande meta eram as ‘liberdades democráticas’, fim da censura, a liberdade de organização e liberdade de expressão.” (10)

Em 1975, a Arquidiocese de Florianópolis completou 25 anos. Durante aquele ano, foi desencadeado um trabalho sobre a juventude da região. Era uma espécie de pesquisa participante onde se faziam perguntas do tipo: Quem é esse jovem? O que faz esse jovem? Qual é sua realidade? Foram feitos levantamentos, análises dos dados e realizados

⁷¹ “Na linguagem política, o termo indica genericamente todo comportamento coletivo que, opondo-se a um determinado processo evolutivo em ato na sociedade, tenta fazer regredir essa sociedade para estágios que aquela evolução tinha ultrapassado. Em sentido mais restrito e corrente, são considerados reacionários aqueles comportamentos que visam inverter a tendência, em ato nas sociedades modernas, para uma democratização do poder político e um maior nivelamento de classe e de status, isto é, para aquilo que comumente é chamado de progresso social.” Bobbio, Mattencci e Pasquino, 1983 - Dicionário de Política.

vários congressos em cada região. O resultado da pesquisa foi enviado a Florianópolis em forma de slides, cartazes e publicações.

Em 25 de setembro foi organizada em Florianópolis uma grande concentração, com cerca de dois mil jovens, no Colégio Imaculada Conceição, na rua São Francisco.

"(...) Ai saímos da rua São Francisco e viemos para a praça em frente à Catedral. O Palácio de Governo estava em reforma e era domingo à tarde. E juntar duas mil pessoas naquela época... era difícil. E nós descemos pela Tenente Silveira e naquele domingo à tarde o governador Konder Reis estava lá no prédio e o pessoal percebeu isso e se concentrou em frente ao teatro e fizeram uma manifestação "espontânea" contra a ditadura. Konder Reis era governador nomeado."

(...) Na concentração que teve um dia antes houve jogral, teatro, música, a apresentação do histórico da juventude, dados estatísticos, número de jovens desempregados, número de jovens fora da escola. Assim, um levantamento da realidade da diocese de Florianópolis.

(...) Teve uma missa na catedral, uma missa que foi polêmica. Na hora do ofertório as pessoas traziam oferendas. Uma pessoa trouxe uma bala de revólver, falando da violência...ficou uma coisa muito forte, esses jovens tinham consciência da ditadura militar, nessa época já estávamos na "abertura".

(...) No dia seguinte, no dia 26 de setembro, eu estava lá na sede do Arcebispado, no porão. O bispo D. Afonso me chamou no gabinete e disse que a polícia estava lá e queriam fazer um interrogatório com a gente.

- Estavam lá três oficiais e mais um padre capelão que era da polícia militar, fardado também... Eu sei que Pe. Edgar não estava nesse dia e eu estava sozinho lá. Mas eles queriam conversar comigo e queriam que eu fosse para o quartel para ser interrogado. D. Afonso interveio e disse assim: 'não senhor, vocês querem interrogar, interroguem aqui'. Ai eu fui interrogado dentro do gabinete de D. Afonso, na presença dele.

(...) Nesse mesmo dia, D. Afonso ligou para o Konder Reis, o governador, e este disse o seguinte: 'tem que fazer (o interrogatório) porque era uma determinação do Grupamento Leste Catarinense do Exército'.⁷² O comandante do Grupamento Leste tinha ligado para ele de manhã cedo e queria saber o que tinha acontecido porque a única coisa que ele sabia eram as agressões que ele (o governador) sofrera na frente do palácio. Ai foi feito o interrogatório. (10)

A Igreja em Florianópolis viveu dentro da própria instituição a contradição da **coerção e da resistência**. Enquanto alguns de seus membros participaram

⁷² Quando se tratava da proteção física dos cidadãos o governador não podia interferir, era uma **determinação** do Grupamento Leste Catarinense. Isto demonstrava o quanto o governo tinha o papel de "gerir" a cidade. O Estado Catarinense já havia perdido a sua autonomia há muito tempo. A "Segurança Nacional" estava acima de qualquer suspeita. Acima dos governantes.

ativamente de todos os movimentos coercitivos do governo autoritário,⁷³ outros constituíam grupos de confronto ao regime que foram crescendo até se tornarem um dos movimentos de oposição mais organizados e efetivos do país.

A Pastoral da Juventude em Florianópolis teve um importante papel na luta pelos direitos humanos, como nos lembra ainda Alves (1989), referindo-se à organização da Igreja no confronto com o Estado Autoritário.

“Tais atividades foram decisivas na desestruturação dos três principais componentes da cultura do medo: o silêncio, o isolamento das vítimas de uma efetiva estrutura de ajuda e a descrença na eficácia de qualquer ação.” (p. 203)

Foi através da Pastoral da Juventude que se organizou, posteriormente, a Comissão de Direitos Humanos,⁷⁴ que teve papel preponderante na resistência à brutalidade militar em Santa Catarina, conhecida como a Operação Barriga Verde, em novembro de 1975.

⁷³ Vide todos os grupos organizados pela Igreja já citados: O Círculo Operário, a TFP, os Emaús, os Cursilhos, o TLC.

⁷⁴ Todo esse movimento foi denominado “voz dos que não têm voz”.

4. O milagre acabou, e o Estado Autoritário precisava sobreviver

Em 73, o chamado “Milagre Brasileiro” dava sinais de falência, situação agravada pela crise do petróleo. Além disso, as denúncias que vinham de fora sobre torturas no Brasil, obrigaram o próprio governo norte-americano a pressionar o governo brasileiro no sentido da abertura política. (Skidmore, 1989: 385)

O longo período repressivo, a falta de um inimigo comum após o fim da guerrilha urbana e rural, a deteriorização da própria imagem moral dos militares, acirraram o conflito já latente nas elites das Forças Armadas. A linha castelista, considerada “liberal”, foi fortalecida e encaminhou-se para uma nova estratégia de poder, o projeto distensionista, apoiado pela burguesia internacional. Esse movimento era encabeçado pelo General Golbery de Couto e Silva e o Marechal Cordeiro de Farias. (Srouf, 1982, pp.39-43)

“A posse do general Ernesto Geisel (irmão do ministro) na Presidência da República (15 de março de 1974) pode ser considerada, hoje, um indicador correto de mudança de conjuntura.” (Idem, pp. 43-44)

Esse governo inaugurou um novo estilo do regime militar: reabertura do diálogo com a oposição, liberação da imprensa⁷⁵ e reativação da vida partidária. Medida importante em relação à censura foi a possibilidade, por parte da imprensa, de divulgar as prisões e as torturas. Uma outra foi a liberação das estações de rádio e dos canais de televisão, nas eleições de 1974.

Muitas forças opositoras ao governo, reavaliando todas as perdas com as tentativas de guerrilhas urbana e rural, e com a maioria dos seus quadros exilados ou mortos, resolveram adotar nova estratégia: apoiar o partido oposicionista, o MDB. Os militantes do PCB já vinham adotando tal prática desde o início da década. Foi também

⁷⁵ Soares (1989), referindo-se à censura, declarou que : “Estas proibições foram muito numerosas durante o primeiro ano de Geisel, declinando rapidamente a partir de 1975. Se, por um lado, não há dúvidas de que a censura durante a ditadura de Geisel foi amena, se comparada com a existente durante a ditadura de Garrastazu Médiçi, é evidente que ela continuou existindo durante todo o seu governo. A censura sobre os meios eletrônicos continuou inclusive durante o governo Figueiredo”. (p. 26)

Em algumas instituições onde os conflitos se faziam visíveis, como no INCRA, até os anos 90 ainda existiam agentes do SNI.

nesta década, principalmente a partir de 1975, que foi crescendo o combate ao Estado Autoritário em setores da Igreja..

As eleições de 1974 conferiram, em nível de país, uma vitória inesperada ao MDB.

“As críticas ao regime foram contundentes e o MDB cresceu muito: elegeu 16 senadores contra 6 da Arena, além de conquistar a maioria nas assembleias legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara.” (Srour, 1982, p. 44)

Em Santa Catarina, segundo Lenzi, o MDB obteve uma surpreendente votação no pleito de 1974 ⁷⁶, elegendo sete deputados para a Câmara Federal, enquanto que a ARENA elegeu nove.

Para a Assembléia do Estado, a ARENA elegeu 22 deputados, enquanto o MDB ampliou sua bancada de 11 para 18 parlamentares. (Lenzi, 1983, p. 362)

Durante esse período, percebia-se o conflito dentro das Forças Armadas. A “linha dura” do Exército não concordava com a abertura política e continuava a agir com a mesma violência anterior, somente tomando o cuidado de esconder as prisões e as mortes (que já podiam ser divulgadas). Apelou-se, a partir daí, para os seqüestros.

Para manter o equilíbrio, o governo Geisel oscilou entre atender à principal plataforma de seu governo, a “distensão”, e satisfazer a necessidade de afirmação da “linha dura”, que atuava em setores do governo. Com os instrumentos de exceção era impossível a concretização da abertura.

As contradições entre o discurso e a prática começaram a aparecer publicamente em vários momentos. Em primeiro de agosto de 1975, o General Geisel afirmou em seu discurso,

“(...) que o governo não iria abrir mão de seus poderes excepcionais, rejeitara a reivindicação de uma anistia ampla, e denunciara a infiltração comunista em vários setores da vida nacional.” (Srour, 1982, p. 44)

⁷⁶ **Deputados do MDB.** Jaison Barreto, Laerte Ramos Vieira, Francisco Libardoni, Luiz Henrique da Silveira, Ernesto José de Marco, Walmor de Luca e José Thomé.

Deputados da Arena: Adhemar Ghisi, João Cândido Linhares, Wilmar Dallanhol, Angelino Rosa, Albino Zeni, Henrique Córdova, Pedro Colin, Dib Cherem e Abel Ávila dos Santos.

Durante o ano de 1975, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, ordenou a “caça aos comunistas”, os quais eram acusados de ter desempenhado um papel fundamental na vitória do MDB nas eleições parlamentares de novembro de 1974. Essa foi a tática utilizada pela “linha dura”, que havia comandado o Estado Autoritário a partir do AI-5, em 1968. Era preciso demonstrar que a ameaça subversiva estava presente, pondo em risco a soberania do Estado.

A distensão era uma medida perigosa para o regime militar.

“Em março de 1975 ele promoveu julgamentos em que os acusados foram sentenciados por tentar reconstruir o destroçado Partido Comunista ou por terem pertencido à outrora ativa ALN de Carlos Marighela.” (Skidmore, 1989: 369, 370)

Em setembro de 1975, o Secretário de Segurança de São Paulo, o Coronel Erasmo Dias, desencadeou uma operação militar denominada “**Operação Jacarta**” para prender os principais dirigentes do Partido Comunista Brasileiro.⁷⁷ Em consequência dessa operação, em 24 de outubro de 1975, foi preso e assassinado Wladimir Herzog, diretor de jornalismo do canal de Televisão Educativa de São Paulo. Por ser um jornalista conhecido, sua morte provocou reação internacional.

Em Santa Catarina, nos mesmos moldes da **Operação Jacarta** realizada em São Paulo, foi instaurada, a partir da 5ª Região Militar de Curitiba, a **Operação Barriga-Verde**.

Conforme consta no Processo 749, após as prisões, as pessoas foram enquadradas no artigo 43 do Decreto-Lei 898/69, de 29 de setembro de 1969.

“Art. 43: Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosa à segurança

⁷⁷ As operações militares desencadeadas nos diversos estados brasileiros, naquela época como a “Operação Jacarta” em S. Paulo, a “Operação Marumbi” no Paraná; e a “Operação Barriga-Verde” em Santa Catarina, foram agilizadas para reprimir os membros do PCB, em todo território nacional. Estas operações usaram todo aprendizado “fascista” da força unificada antiguerrilha, a Operação Bandeirante, que passou a operar após o AI-5 em S. Paulo a partir do dia 1º de julho de 1969, com o objetivo de reprimir as guerrilhas urbanas e rurais. Segundo depoimento de um ex-militar, teria sido o mesmo comandante do II Exército, também membro da OBAN, o general José Canavarro Pereira, que veio a Curitiba “adestrar” os militares desse Estado, para desencadear no Paraná e em Santa Catarina o maior terrorismo policial militar que se tem conhecimento nessas últimas décadas, na região.

nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso: Pena recluso, de 2 a 5 anos.”

A **Operação Barriga-Verde** foi decretada pelo próprio Ministro do Exército, General Frota, com a participação das três armas sob a Coordenação da 5ª Região Militar de Curitiba e do Grupamento Leste Catarinense, localizado em Florianópolis. As pessoas eram seqüestradas, na maioria das vezes por membros do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Federal, sendo encaminhadas a Curitiba para interrogatório e prisão. Os amigos e familiares não ficavam sabendo o paradeiro das vítimas. Elas simplesmente saíam para trabalhar ou estudar e não voltavam. Sumiam.

Como disseram alguns entrevistados:

“Aí vem um sujeito e diz: ‘você é estudante de Direito?’ Respondi: sou. ‘Pois é, estão prendendo um amigo teu ali embaixo e ele porta maconha. Ele está te chamando, não queres dar uma mão para ele?’ Olha nem deu tempo para saber o nome dele. Logo que passei a porta, dois policiais já me tomaram pelo braço. Disseram: ‘não faça nenhuma reação’, abriram um capote que eles tinham e me mostraram uma metralhadora, se você reagir, morre!

(...) Depois nos levaram para Curitiba à noite num carro fechado, e ninguém sabia para onde é que ia, não é? Já estávamos com outras pessoas.” (19)

Outro entrevistado afirma:

“Fui preso, algemado, encapuzado, encaminhado através da cidade sem saber aonde estava. Depois fui saber que havia entrado pelos fundos do 14º BC, 6º Batalhão do Exército, ali do Estreito. Só vim a saber posteriormente, porque no dia não dava para saber, porque estava algemado, encapuzado, e na cela onde estava não havia visão nenhuma.” (20)

É unânime a opinião dos entrevistados em dizer que os policiais não eram daqui do Estado. Os policiais locais “apenas” indicavam a vítima. Tal prática foi adotada em todo o país. Os catarinenses raramente prendiam catarinenses porque poderia haver relações afetivas que atrapalhariam a operação. Para Santa Catarina, vinham policiais paranaenses, paulistas, ou de outros Estados. Por outro lado, os catarinenses eram encaminhados para operações em outros estados.

A partir de 4 de novembro de 1975 foram presos e torturados 32 membros do Partido Comunista Brasileiro. Alguns deles, eram membros da juventude do

MDB. Essas prisões, em Santa Catarina, marcaram uma especificidade do regime autoritário brasileiro neste estado, pois pela primeira vez durante esse período registrou-se a violência de forma exacerbada, exatamente no momento em que já se falava em distensão e anistia no país. A repressão instalou-se sobre a oposição catarinense, desestabilizando os grupos que se organizavam.

O objetivo da repressão, anteriormente justificada pelo regime, era combater os principais inimigos da nação - os “subversivos”, os “terroristas”.

Anteriormente, prendiam-se e matavam-se grupos armados que assaltavam bancos ou que faziam guerrilha urbana. Agora, o terror se instalava atingindo também pessoas que viviam legalmente, que participavam de organizações políticas permitidas pelo Poder Militar, como o MDB.

A Igreja (Pastoral da Juventude), representada pelo Bispo Diocesano D. Afonso Niehues, e membros do Diretório dos Estudantes do Centro de Educação - **Daced**, exerceram um importante papel de denúncia contra a Operação Barriga Verde. Mesmo com muito medo, esses grupos se organizaram e resistiram contra mais essa arbitrariedade.

Segundo um ex-membro da Pastoral da Juventude e também do **Daced**, no dia seguinte àquele em que foi desencadeada a operação Barriga Verde, 5 de novembro, ele chegou à Universidade logo às 7;30 da manhã, onde estudava Filosofia, e recebeu com grande surpresa a notícia de que alguns amigos haviam sido presos.

“Quando eu chego na sala de aula o presidente do Daced estava me esperando e disse: ‘É o seguinte, bateu a repressão aí, prenderam Marcos e mais uma turma’. E o que a gente faz? Fomos saber o que é que houve, quem foi mesmo preso. Fomos ver que a coisa era grande, que era uma operação nacional mesmo e para pegar exatamente o pessoal do PCB.

(...) Começamos a denunciar e tal, colocar cartazes e aí saber... bem também tinha aquele medo danado. Começamos o trabalho de achar as pessoas. E aquela mesma história, corre para o bispo. O bispo liga para o governador do Estado, o governador diz que não sabe de nada, que é do Exército. O governador não tinha nenhum controle sobre a repressão.

*(...) Aí constituímos uma equipe de advogados e formamos uma comissão chamada **Justiça e Paz**, na Igreja. O objetivo da comissão era dar assessoria jurídica aos presos políticos. A comissão era a princípio formada de três pessoas: eu, a irmã que trabalhava no Coração de Jesus e um advogado.... depois veio o Wedekin. Quando esse advogado morreu de câncer, nós ficamos acompanhando todo processo. Fizemos denúncias. Esse foi um dos grupos que resistiu e denunciou a Operação Barriga Verde.”(10)*

De um folheto da Juventude do MDB⁷⁸ de Florianópolis, datado de abril de 1977, denominado **A VOZ**, consta o protesto, através da greve de fome, dos prisioneiros Marcos Cardoso Filho, Roberto Cologni e Alécio Versola. Era a voz oblíqua em ação. O silêncio significando. O silêncio exigindo resposta. O silêncio que era denúncia.

“Marcos Cardoso Filho, Alécio Versola e Roberto Cologni, se encontram desde o último dia 27, no Hospital da Polícia Militar nesta capital. Estão recebendo doses de soro glicosado para substituir a alimentação, numa tentativa das autoridades de prolongar a vida dos três.

Segundo a família de Alécio Versola, este se encontra com febre alta, o que torna-se perigoso devido à fraca resistência de um organismo sem alimentação.

Por sua vez, o Superior Tribunal Militar e a 5a. Região Militar, não se pronunciaram sobre o caso. Enquanto isto, cresce a ansiedade de amplos setores da opinião pública nacional e internacional.” (A Voz, de 25/11/77)

Segundo Célio Espíndola, logo após as prisões efetuadas pela Operação Barriga-Verde, alguns intelectuais e estudantes iniciaram um trabalho de articulação a fim de criar uma organização suprapartidária para iniciar um trabalho de educação mais ampla. Resultantes desses encontros organizou-se uma entidade denominada Associação Catarinense de Estudos e Pesquisa - ACEP. Essa entidade foi fundamental naquele momento histórico, dada a possibilidade de agregar muitas pessoas que se encontravam dispersas. Muitos membros dessa organização também faziam parte da Comissão dos Direitos Humanos.

A ACEP organizou muitos seminários e debates abertos dentro da Universidade, além de ter contribuído para desencadear um movimento de atuação na Associação dos Professores da UFSC, que, até então, tinha passado por várias administrações “pelegas”. Alguns nomes que fazem parte hoje da vida social catarinense faziam parte nessa época daquela Associação. Célio Espíndola, Valmir Martins, Jorge Lorenzetti, Vera Lúcia Bazzo, Nelson Wedekin, Pedro Port, Remy Fontana e Tanira Piacentini.

Ainda em 1976, ocorreram mais cassações de mandatos de deputados. Por outro lado, as eleições municipais realizadas nesse ano tinham suas regras determinadas

⁷⁸ Como já foi mencionado, a Juventude do MDB era formada majoritariamente por membros e simpatizantes do PCB.

pela **Lei Falcão** - Decreto Lei nº 6.639,⁷⁹ uma outra tentativa de silenciar a voz horizontal que ressurgia do silêncio.

O último ato do governo Geisel foi o “**pacote de abril**” - **Emenda Constitucional nº 8**, assinado em 14 de abril de 1977, que estabelecia alterações fiscais e uma série de importantes modificações na constituição de 1969, que diziam respeito às eleições em geral.⁸⁰ O governo fechou mais uma vez o Congresso, redefiniu o Colégio Eleitoral, e passou a eleger os governadores indiretamente. Surgiu, a partir daí, a figura do senador “biônico”. O mandato presidencial foi ampliado para seis anos. (Arns, 1985: pp. 63 a 65)

Em 1978, as vozes horizontais saíram às ruas. A Pastoral da Juventude, juntamente com as Comunidades de Base, organizou a “passeata da panela vazia”. O pessoal dos morros e das favelas desceu pelas ruas de Florianópolis protestando contra o elevado custo de vida. O Movimento Contra o Custo de Vida eclodiu em 1978, organizado pela Igreja⁸¹ em todo o Brasil e pela Oposição Sindical nas regiões fabris, como resultado da luta contra o modelo econômico implantado pelo regime autoritário militar.

⁷⁹ “A Lei Falcão” determinava que durante as campanhas para eleições municipais os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, seu nome, o número e o currículo dos candidatos, com uma fotografia deste, no caso da televisão. (...) A propaganda eleitoral transformou-se em monótona sucessão de nomes, números, currículos e fotografias de centenas de candidatos de ambos os partidos (...) Foi também proibido aos candidatos de afixar outros tipos de material de propaganda em lugares públicos. Desse modo, a campanha para as eleições municipais de 1976 reduziu-se ao virtual silêncio, negando-se à oposição o emprego de seu principal recurso: o debate e a argumentação. (Alves, 1989, p. 190)

⁸⁰ As reformas do “Pacote de Abril” destinavam-se a reforçar o controle governamental do processo de escolha dos governadores, limitando a votação a um colégio eleitoral mais facilmente autocontrolável. (Alves, 1989, p. 193)

⁸¹ Alves (1989), referindo-se à organização celular da Igreja, narra a mobilização do Movimento Contra o Custo de Vida, “que em três meses recolheu em São Paulo, em 1978, um milhão e meio de assinaturas para um documento pedindo ao governo federal que congelasse os preços dos gêneros alimentícios essenciais”.

A Novembrada.⁸²

A Novembrada aconteceu em 30 de novembro de 1979, em Florianópolis. A visita do Presidente João Figueiredo tinha muitos propósitos: dentre eles, mostrar que era de fato popular e que pretendia a “conciliação”. Para isso, chegou com muita pompa, sendo recebido pelo governador (nomeado) Jorge Bornhausen que também buscava promover-se. O presidente e o governador foram vaiados e daí começou todo o incidente. Segundo um ex-estudante, que estava presente ao ato, quem começou as vaias foram os motoristas de táxi que estavam “furiosos” com o aumento da gasolina comunicado no dia anterior. Depois do início do incidente, que era divulgado pela televisão, populares dirigiram-se à praça como curiosos ou para protestar também.

O dia 30 de novembro foi apenas o começo da quebra das correntes. A manifestação na praça, no dia 4 de dezembro, em protesto contra a prisão dos estudantes que participaram da Novembrada foi uma demonstração de que as pessoas, apesar dos anos de educação ideológica, não tinha aprendido a calar. Amedrontados ou não, parecia que os manifestantes tinham muito pouco a perder. A solidariedade tomou conta das ruas. A Novembrada encerrou um capítulo da história catarinense que repercutiu em todo o país. E no nascer dos anos oitenta, as vozes horizontais tinham aprendido a dizer o que era proibido. Nessa década, iniciaram-se neste Estado movimentos populares de grande vulto, como o movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

A Novembrada foi a demonstração do cansaço da sociedade e do sufoco de anos de arbitrariedade do regime militar. Era o basta que a sociedade precisava dar. Dessa vez, o povo de Florianópolis deu uma lição de sabedoria.

⁸² Creio que Srouf (1982) e Auras (1991) já falaram suficientemente deste “episódio” denominado Novembrada, que passou para a História Catarinense como algo positivo, o dia em que o povo “lavou a alma” depois de 15 anos. Por isso, não pretendemos repeti-lo, mas lembrá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões podem ser levantadas:

1) O presente trabalho apresentou, ao longo do seu desenvolvimento, um aspecto da sociedade catarinense muito falado em trabalhos acadêmicos sobre o Estado: a característica marcadamente conservadora do poder estatal e de suas elites dominantes. Neste trabalho reafirmei os compromissos, e mesmo em alguns momentos a submissão dessas elites às arbitrariedades do regime militar. Todavia, há um detalhe pouco mencionado na maioria dos trabalhos anteriores: a rebeldia dos subalternos. É verdade que foram poucos, uma minoria que poderia ser identificada facilmente. Mas houve sempre um grupo de rebeldes. Nem todos se curvaram às arbitrariedades, nem todos foram engolidos pela ideologia dominante, nem todos usufruíram das “benesses” que o regime militar oferecia como pagamento pela submissão, como prêmio pelo silêncio.

Durante todo o período houve sempre resistências, que foram mais numerosas e muito mais significativas quando encontraram uma causa comum: a luta pelos Direitos Humanos, a Campanha pela Anistia, as mobilizações por Eleições Diretas e Liberdades Democráticas. Estas foram as bandeiras dos últimos anos do período militar. Conseguiu-se através da união de forças progressistas, como a liberdade de expressão, por exemplo.

2. Em relação aos entrevistados, especialmente aqueles que sofreram diretamente as arbitrariedades da prisão, percebe-se a luta de cada um para continuar resistindo.

Apesar das dores e das seqüelas resistiram para sobreviver. O aprender a calar significou sempre uma pausa até encontrar uma outra forma de resistência. Às vezes, o enfrentamento foi direto, através da guerrilha. Outras, o enfrentamento ocorreu em manifestações públicas. Ou, o meio mais cauteloso, mais silencioso, utilizando a estratégia da voz oblíqua: falar o que era permitido para dizer o que era proibido.

Um outro aspecto que tentei ressaltar neste trabalho foi o da solidariedade. A solidariedade andou de “mãos dadas” com a resistência e foi também uma forma de sua manifestação.

Considero que trabalhar a dimensão do exílio interno foi também um momento inovador em relação a outros trabalhos realizados sobre o período. O exílio tem sido muito pouco referido e valorizado em outras pesquisas. Frequentemente falou-se do exílio externo, da tortura e das perdas sociais e individuais dos que foram obrigados a sair do país. E os outros? Aqueles que ficaram em território nacional? Aqueles que moravam em Santa Catarina? Que eram estudantes, operários, pescadores, tinham família? Como viveram aqui?

Não se tinha a dimensão de como foi difícil viver esse exílio. Neste trabalho, apresentei apenas algumas “amostras” daquilo que foi o exílio interno. Este difícil aprendizado de viver na “sombra”. Há muitas pessoas que não consegui encontrar, mas sabe-se que as histórias individuais seriam tantas que não caberiam aqui. As semelhanças dos relatos garantirão que cada um possa se encontrar, de um ou de outro modo, nos depoimentos apresentados.

3. Em relação à contradição coerção-resistência, fiz uma contextualização histórica com os documentos encontrados e levantei alguns fatos que nunca foram registrados. Percebi os limites e o quanto teria que pesquisar para identificar tantos acontecimentos importantes dos últimos anos do regime militar. Tenho consciência desse limite.

Há também um outro aspecto do silêncio que foi muito pouco trabalhado. A questão de como o Estado e as instituições trabalharam a formação das consciências, ou seja, como tentaram educar para submeter. Não através da violência física, mas através da censura e da alienação. A censura foi a medida mais eficaz de controle e formação das consciências. O controle nos currículos e conteúdos escolares foi muito eficaz para produzir essa “ausência” nas pessoas. Como diz um entrevistado, o pior prejuízo para a sociedade foi a censura. Em 1973, esse entrevistado estudava em um seminário e não tinha conhecimento da existência do AI-5.

Com o passar do tempo, os gestores do Regime Militar perceberam que não seria mais preciso falar tanto de comunistas e de subversivos. Era necessário somente

negar a informação. Esquecer. Vamos trabalhar para “progredir”. O sistema de crédito com a mudança do sistema de ensino foi uma excelente medida de isolamento dos estudantes. Os universitários só precisavam se preocupar com os “créditos” e nada mais. Não havia mais turma, era difícil estabelecer um maior convívio e portanto uma consciência social. Especificamente aqui no Estado de Santa Catarina, a alienação ideológica utilizada principalmente pela Igreja, Rádio e Escola nos primeiros tempos, e a Televisão nos últimos anos do regime militar, foi bastante eficiente. Todavia, como foi demonstrado ao longo do trabalho, não o bastante para calar a todos.

O papel da Igreja Católica como educadora chamou-me a atenção. Nos primeiros tempos, ocupou um espaço importante na articulação do golpe, como força educadora das massas populares. Uma pequena parcela resistiu através dos trabalhos da Ação Católica, especificamente da JEC. Como exemplo dessa dominação da Igreja, encontrei dois casos em que os indivíduos, durante o regime autoritário, exerciam ao mesmo tempo diferentes papéis. Faziam parte da Universidade como professores do Departamento de Filosofia, eram também párocos e, portanto, influenciavam as massas populares através dos sermões, das confissões, dos cursos de religião. E ao mesmo tempo eram membros do aparelho repressivo do Estado, Marinha, Exército e Aeronáutica. A Doutrina de Segurança Nacional, estava presente também na Escola e na Igreja.

A “Oração pelo Brasil”⁸³ misturava Deus com pátria e servia a um mesmo “senhor”: O Estado Autoritário Militar.

Num segundo momento, principalmente após 1975, a resistência cresceu no seio da Igreja e ela se tornou uma importante expressão, impondo-se às forças conservadoras da mesma.

Deixo aqui, como sugestão, que esses aspectos do silêncio e das conseqüências do regime militar possam ser melhor trabalhados em outras pesquisas.

⁸³ Segundo depoimento de alguns professores, a Oração pelo Brasil, era obrigatoriamente rezada antes das aulas em todas as escolas públicas.

ENTREVISTADOS

1. Annamaria Beck - ex-estudante.
2. Arlindo Costa - Filho de Lucindo Costa - desaparecido.
3. Célio Espíndola - Membro da ACEP.
4. C.M. P. - Ex-mineiro, ex-membro do PCB.⁸⁴
5. Derlei Catarina de Luca - ex-estudante e Membro da Ação Popular - AP.
6. Pe. Edgar de Oliveira - Ex-Assistente da JEC e coordenador da Pastoral da Juventude.⁸⁵
7. Edésio Passos - advogado, ex-membro da AP.
8. Eglé Malheiros - Ex-professora e membro do PCB.
9. Francisco Pereira - Jornalista e advogado. Membro do PCB.
10. Francisco Veríssimo - Membro da Pastoral da Juventude e estudante.
11. Gerônimo Machado - Ex-estudante. Membro do PCB.
12. Isaías Tomás Afonso - ex-soldado.
13. Manoel Dias - advogado, ex-vereador, ex-deputado estadual e ex-membro do PTB.
14. Neri Clito Vieira - capitão. Comandante da Polícia Militar em Chapecó. Ex-PSB.
15. Nésio Jacques Pereira. Funcionário aposentado dos Correios.
16. Salim Miguel - Escritor e jornalista.
17. Tanira Piacentini. Poetisa autora dos versos. A “voz oblíqua”.
18. Valmir Martins - ex-estudante. Membro da ex-Ação Popular.
19. Ex-Estudante de direito e membro da juventude do MDB (C.M.).
20. Advogado, membro do PCB e MDB.⁸⁶

⁸⁴ Entrevista realizada por Jacy Guilherme Vieira - aluno de mestrado do Curso de História da UFSC - 1990.

⁸⁵ Fonte de pesquisa: Laboratório de História Oral do Departamento de História da UFSC. Entrevista de Maria de Fátima Sabino em 1978.

⁸⁶ Entrevista realizada por Jacy Guilherme Vieira - aluno de mestrado do Curso de História da UFSC.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M.H. Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis, Vozes 1989.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 4a. ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "Opção Pelos Pequenos". São Paulo, PUC, 1991. Tese de Doutorado em Filosofia da Educação Pontificia Universidade Católica.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. ed., 1979.
- BASBAUN, Leôncio. **História sincera da república**. 3a. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983.
- BOBBIO, Norberto. **O Conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- BORGES FILHO, Nilson. Estado e militarização - As políticas militares como aparelhos repressivos de Estado. Florianópolis, UFSC, 1989, Tese de Doutorado em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina.
- BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**. das origens à Integração no desenvolvimento brasileiro. Impresso pela Confederação Nacional das Industrias e Federação da Industrias do Estado de Santa Catarina, EDITOGRAF, 1988.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2a. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- BUCCI, Glucksmann Christinne. Gramsci e o Estado. 2a. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1990.
- BRIGAGÃO, Clóvis, **A militarização da sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- CARDOSO, Carlos Rodrigues. **A educação dos trabalhadores das minas no interior das lutas da Categoria**. Florianópolis, UFSC, 1990. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Os regimes autoritários na América Latina. In COLIER, David. **O Novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

- CARREIRÃO, Ian de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina.** (1945-1979). UFSC, 1990.
- COMBLEIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional.** O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- CORRÊA, P. Humberto. **História oral: Teoria e Técnica.** Florianópolis, UFSC, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e a América Latina.** São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- CUNHA, L. A. e GÓES, M. de. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- DIAS, José de Souza. **Santa Catarina em perspectiva: Os Anos do Golpe.** Petrópolis, Vozes, 1979.
- DREIFUS, René Armand. **1984: A conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe,** 5a. Ed. Petrópolis, Vozes 1987.
- FAZENDA, C.A Ivani. **Educação no Brasil anos 60.** O pacto do silêncio. São Paulo, Loyola, 1985.
- FELIZARDO, Joaquim. **A legalidade, O último levante gaúcho.** Porto Alegre, UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir - História das violências nas prisões.** 7a. ed. Petrópolis, Vozes, 1989.
- _____ **Microfísica do poder.** 8a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 18a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____ **Pedagogia do oprimido.** 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** 8a. ed. Rio de Janeiro, 1989.
- _____ **Maquiavel, A política e o Estado Moderno.** 7a. ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1989.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira. Das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel.** As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, Porto Alegre, L&PM, 1986.

- JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia**. Campinas, Cortez, 1989.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1983.
- LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 3a. Ed. São Paulo, Busca Vida, 1988.
- MARTINS, Valmir. O Golpe de 64: a participação do grupo civil em Florianópolis. In Dias José de Souza. **Santa Catarina em Perspectiva: Os anos do Golpe**. Petrópolis, Vozes, 1989.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**.- Prefácio. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. IOSC, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina S.A. 1984.
- NAFFAT Alfred Neto. **Poder, vida e morte na situação de tortura**. Esboço de Uma Fenomenologia do Terror. São Paulo, Hucitec, 1985.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As forças armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____ **MILITARES: Pensamento e ação política**. Campinas, Papyrus, 1987.
- O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: Autoritarismo e democratização**. São Paulo, Vértice, 1986.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. No Movimento dos Sentidos. Unicamp. 1992.
- PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 6a. ed. São Paulo, Cortez 1986.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 5a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983.
- RIBEIRO, Manoel Alves (MIMO). **Caminho**. Florianópolis, EDEME, Industria Gráfica e Comunicações S/A. s/d.
- ROMANELLI, Otáisa. **História da Educação no Brasil**. 6a. ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

- SANTOS, Patrícia. 1964 através da Imprensa Catarinense, Reflexos do Estado Autoritário em Santa Catarina: O Caso da Operação Barriga-Verde. Florianópolis, 1986, Monografia de conclusão de Curso de História. Universidade Federal de Santa Catarina.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1987.
- SCHILLING, Flávia Inês. Estudos sobre resistência. Campinas, UNICAMP, 1991. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Werneck J.L. da. **A deformação da história** ou para não esquecer. Rio de Janeiro, Zahar, 1986. (Coleção Brasil os anos de autoritarismo).
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, 1964/1985. 3a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- SOUZA, Herbert in Uchoa Cavalcanti, Pedro Celso e Ramos, Jovelino. Memória do exílio: Brasil de (1964-1979). Livramento, São Paulo. 1978.
- SROUR, Roberto Henry. **A política dos anos 70 - A Lição de Florianópolis**. São Paulo, Econômica, 1982.
- TOMELIN, Victor. **Pedagogia do Silêncio**. O tamanho do medo. Campinas, Papirus, Blumenau, FURB, 1986.
- VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- VOLPATO, Terezinha. **A Pirita Humana**. Florianópolis, UFSC, 1982.

JORNAIS E REVISTAS:

- BARDAWILL, José Carlos. **Nove anos de serviços, de Maurício a Alencar**. Revista Isto É, 7/12/77.
- MARTINS, Luciano. **A geração AI-5 (Um ensaio sobre autoritarismo e alienação)**. Revista Ensaio de Opinião. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOARES, Gláucio A. Dillon. **Censura durante o regime autoritário**. Revista Brasileira de Ciências sociais. R.B.C.S. nº 10, vol.4, junho de 1968.